



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO PARANA

RELATÓRIO DE GESTÃO

SFA – PR (130070)

EXERCÍCIO 2008

INDICE

Identificação da Unidade Gestora	10/11
Responsabilidades Institucionais e papel da unidade na execução das políticas públicas	12/17
Estratégia de atuação	-
Distribuição geográfica das sub-unidades operacionais da SFA-PR	18
Sistemas informatizados e bancos de dados utilizados nas atividades da SFA	19/22
Difusão de informações e tramitação documental	23/24
Gestão de programas e ações	-
Programas de Governo geridos na SFA-PR	25/30
Ações implementadas na SFA-PR	31/33
Divisão Técnica – DT	34/36
Serviço de Gestão da Vigilância da Agropecuária Nacional-VIGIAGRO	37/42
Ação FISCPLANTA – Vigilância e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Vegetais e Produtos	42/44
Ação FISCANIMAL - Vigilância e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Animais e Produtos	44/46
Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA	47/53
Ação PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos Animais	54/58
Ação VIGIZOO – Vigilância e Fiscaliz. do Trânsito Interestadual de animais e Produtos	59/61
Ação FEBREAFTOSA – Erradicação da Febre Aftosa	62/65
Ação PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais	65/70
Ação ERRADMOSCA- Erradicação da Mosca da Carambola	70/74
Ação VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de vegetais e Produtos	74/78
Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG	79/84
Ação FISCINAN – Fiscalização de insumos destinados a alimentação animal	84/88
Ação FISPROVET1 -Fiscalização de Produtos Veterinários	88/94
Ação FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	94/104
Atividade FISCAGRIC - Fiscalização de Serviços Agrícolas	104/106
Ação FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal	106/111
Ação FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos	111/117

Ação FISCALSEM1 – Fiscalização de Sementes e Mudanças	117/130
Ação FISCORGEM – Fiscalização de Atividades com OGM	130/133
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG	134/143
Ação IPVEGETAL2– Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	144/148
Ação PADCLASSIF – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	149/152
Ação INSPANIMAL – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	152/161
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA	162/164
Ação FISCONTRATO – Fiscalização de Contratos de Repasse	164
Ação APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas	164
Ação INOVAGRO – Fomento a Inovação no Agronegócio	164
Ação CERTORGAN – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	164
Ação APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias	164
Ação APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	165
Ação INDGRAF - Fomento e Fiscalização Geográfica de Produtos Agropecuários.	165
Ação DESENGORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró- Orgânico	165
Ação PROTCULTIV – Proteção e Fiscalização de Cultivares	165
Ação FISCALPEC – Fiscalização de Serviços Pecuários	165
Ação ORGAGROEN – Organização e capacitação de agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas	165
Ação REGENAGRO - Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação	165
Ação ORGMANEJO - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas.	165
SECAF - Gestão da Seção de Café	165/168
DT – Divisão Técnica	169
DAD - Divisão de Apoio Administrativo	170/184
SPA - Seção de Planejamento e Acompanhamento	185/189
STC - Seção de Apoio Técnico e Comunicação Social	190
Ouvidoria	191
Análise Geral do Gestor	192/194

IDENTIFICAÇÃO UNIDADE GESTORA JURISDICIONADA

1. NOME DO ÓRGÃO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO PARANÁ – SFA/PR.

2. CNPJ

00.396.895/0029-26

3. NATUREZA JURÍDICA

Unidade descentralizada pertencente à estrutura regimental básica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3. VINCULAÇÃO MINISTERIAL

MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

4. ENDEREÇO DA SEDE

Rua José Veríssimo, 420
Bairro Tarumã
Curitiba/Paraná
CEP 82.820-000
Telefone 041 3361 4000
Fax 041 3627 2411

5 . PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET

www.agricultura.gov.br

6. TIPIFICAÇÃO DO ORGÃO E UNIDADE GESTORA

a. ORGÃO

MAPA – 22.000

b. UNIDADE GESTORA

SFA / PR -

130070 - GESTÃO 00001

7. NORMA DE CRIAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Instituiu-se a SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA no PARANÁ através do DECRETO 5351/2005 de 24 de janeiro de 2005

8. NORMA DE REGULAMENTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA

Até JUNHO/2005 - PORTARIA MAPA 576/98, de 08 de dezembro de 1998, publicado no DOU EM 29/12/98

A partir de JULHO/2005 – PORTARIA MAPA 300/05 , de 16 de junho de 2005, publicada no DOU EM 20/06/2005 (*em anexo*)

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E O PAPEL DA UNIDADE GESTORA NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2008, a sociedade mundial, principalmente a partir do segundo semestre, começou a visualizar, com diferentes graus de intensidade, a complexidade e a profundidade do colapso das finanças globais.

No Brasil, não diferente de toda população mundial, teve como sinais mais evidentes da crise, o encolhimento dos mercados, dentre eles, com vultuosas perdas, a do agronegócio.

O Governo Federal, na tentativa de neutralizar os desdobramentos internos da instabilidade internacional, cria novas políticas fiscais (redução de alíquotas de impostos, e ampliação das faixas de incidência do IR) e monetárias (liberação de depósitos compulsórios e ampliação de créditos do BB e CEF).

Ante a isto, a balança comercial brasileira encerrou 2008 com superávit de US\$ 24.735 bilhões, bastante aquém do saldo positivo de US\$ 40.032 bilhões de 2007. Tendo as exportações somadas US\$ 197.942 bilhões, e as importações totalizadas US\$ 173.207 bilhões, sendo ambos os resultados recordes.

No agronegócio, registrou o recorde de US\$ 71,9 bilhões nas exportações em 2008, 23% superior a 2007. Tendo o saldo da balança comercial contabilizando recorde de US\$ 60 bilhões, contra os US\$ 49,7 bilhões em 2007. A participação do setor nas exportações totais brasileiras foi de 36,3%.

Com o crescimento das exportações para China (70%), este país passou a ocupar a primeira posição no ranking dos mercados compradores de produtos agrícolas brasileiros, com 11% das exportações.

O bom desempenho das exportações em 2008 foi resultado do aumento da receita com a venda dos principais produtos da balança comercial do agronegócio. O complexo soja (óleo, farelo e grão) registrou crescimento de 58%, mantendo a liderança das vendas, ao encerrar 2008 com receita de US\$ 18 bilhões; o setor de carnes, com crescimento de 29%, permanecendo em segundo lugar, alcançando o valor de US\$ 14,5 bilhões; café, 22%; fumo e seus produtos, 22%; complexo sucroalcooleiro, 18%; e produtos florestais, 6%.

A receita com as exportações de produtos lácteos apresentou incremento de 80%, saltando de US\$ 299 milhões em 2007 para US\$ 541 milhões no ano passado. Também este segmento foi beneficiado pelo aumento dos preços destes produtos no mercado internacional. Além disso, muitos produtos registraram acréscimo em volumes embarcados na comparação com 2007, como o álcool (45%) e os lácteos (43%).

Também registraram crescimento expressivo o mel, devido à retomada das vendas à União Européia (UE), os animais vivos e rações. Os produtos de origem vegetal responderam por 72,8% da pauta exportadora do agronegócio, praticamente a mesma proporção em 2007, quando corresponderam por 72,3% das exportações.

O êxito da agricultura está atrelado aos objetivos e prioridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para 2008, estando norteados pela missão e visão do MAPA.

A missão do MAPA consiste em "Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira".

A visão de futuro foi estabelecida como: Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

Para cumprir sua missão, o Mapa formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação do ministério baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

O MAPA tem definido 10 macros objetivos, que guiam as suas atividades:

- 1) expandir a produção agropecuária para o abastecimento do mercado interno, a geração de saldos crescentes na balança comercial e o atendimento das novas demandas e programas sociais, estimulando as cadeias produtivas para a geração de renda e emprego e o desenvolvimento regional.
- 2) assegurar a regularidade do abastecimento interno dos produtos agropecuários e a garantia de renda dos produtores, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, estocagem e consumo e pela diminuição dos riscos da atividade agropecuária, por meio da expansão do seguro rural, do zoneamento agrícola e da geração e difusão de informações agroclimatológicas.
- 3) ampliar, diversificar e agregar valor às exportações do agronegócio, mediante firme defesa dos interesses nas negociações internacionais, estudos de mercado e promoção comercial, e capacitação de agentes envolvidos no comércio exterior.
- 4) garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
- 5) desenvolver e promover a conservação dos recursos naturais e a geração, adaptação, transferência e distribuição de conhecimentos científicos e tecnológicos para os agentes do agronegócio, viabilizando o aumento da produtividade e da qualidade e a redução dos custos de produção, em bases ambientalmente sustentáveis.
- 6) propiciar o progresso técnico, econômico e social da agricultura familiar, dos empreendimentos de pequeno porte, dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades tradicionais, considerando as especificidades regionais, sociais e ambientais.
- 7) contribuir para a melhoria da infra-estrutura e equipamentos sociais fundamentais para o processo de produção, armazenagem e comercialização agropecuária e das condições de vida no campo.

8) fortalecer a organização e a eficiência do sistema produtivo, através do associativismo rural e do cooperativismo como instrumentos de desenvolvimento econômico, objetivando a inclusão social e a integração dos produtores ao mercado.

9) subsidiar a tomada de decisão dos agentes das cadeias produtivas, através da capacitação profissional, da previsão de safra e da geração e difusão de informações nos diversos campos de interesse do agronegócio.

10) aumentar a eficiência na gestão dos recursos e das políticas públicas, promovendo o fortalecimento institucional, a transparência nas ações e a participação da sociedade.

A infra-estrutura básica do Mapa é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

Nos estados, o MAPA conta para executarem as políticas públicas voltadas ao agronegócio, com as empresas a ele vinculadas – Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Companhia de Entrepósitos e Armazéns de São Paulo (CEAGESP), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG) e a Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA/MG), e principalmente com as Superintendências Federais de Agricultura (SFA).

No que tange ao agronegócio paranaense o mesmo caracteriza-se por atividades diversificadas, além de se destacar como o maior produtor nacional de grãos. A utilização de avançadas técnicas de cultivo colocam-no como o estado brasileiro com os maiores índices de produtividade. A soja, o milho, o trigo e a cana-de-açúcar são os principais produtos agrícolas. Nos últimos anos, a fruticultura vem gradativamente aumentando a produção, destacando-se a banana, a tangerina e a laranja.

Na pecuária sobressai a avicultura, com 25,3% do total de abates do País. Já nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 16,0%, respectivamente.

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS - PARANÁ

PRODUTO	QUANTIDADE (T)	PARTICIPAÇÃO PARANÁ / BRASIL (%)
Café	97.389	4,5
Cana-de-açúcar	45.887.548	8,9
Feijão	766.792	23,6
Milho	14.258.086	27,5
Soja	11.876.790	20,5
Trigo	1.927.216	47,1
FONTE: IBGE		

Depois de três anos em segundo lugar no ranking nacional, o Paraná retomou a dianteira das exportações das cooperativas brasileiras. No acumulado de janeiro a outubro o sistema paranaense exportou o equivalente a US\$ 1,278 bilhão, um crescimento de 45,7% em relação a igual período do ano passado.

O complexo soja, as carnes e o milho, apesar da queda nos embarques do cereal, foram os produtos que sustentaram a variação positiva do estado. Juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Paraná foi o estado que registrou o maior crescimento nas exportações de cooperativas.

Destacamos ainda algumas culturas, como o Algodão, em que o ano de 2008 foi "extremamente positivo" para o setor algodoeiro, segundo avaliou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Haroldo Cunha. O balanço apresentado mostrou um aumento de 27% no volume e de 37% no valor exportado no ano passado na comparação com 2007, consolidando o país como o quarto maior exportador mundial de algodão. Além do aumento de 419,4 mil para 532,9 mil toneladas exportadas, a indústria brasileira também importou 55,6% menos algodão, reduzindo as compras vindas do exterior de 96,8 mil para 54,8 mil toneladas. Dessa forma, o saldo da balança comercial de algodão no Brasil fechou 2008 em US\$ 641,2 milhões.

Em relação ao arroz, de janeiro a dezembro de 2008, a exportação brasileira aumentou 153,5% em comparação ao mesmo período de 2007, atingindo 749,8 mil toneladas em equivalente casca. Quanto à receita em dólares, o aumento foi de 484%, contabilizando em 2008 US\$ 311,6 milhões. O valor médio do produto exportado, em 2007, em equilante-casca, foi de US\$ 9,01/saca de 50 kg; já em 2008, esteve em US\$ 20,78. Tal variação se explica pelas vendas de produto de maior valor agregado e pelas cotações internacionais mais altas. O aumento nas vendas externas também foi impulsionado por choques de demanda no mercado asiático.

No tocante ao mel, o ano de 2008, mesmo cheio de desafios para o setor apícola brasileiro, terminou com valores positivos e preço recorde. O setor dobrou o valor das exportações, alcançando US\$ 43,57 milhões, e aumentou em 42% - 18,27 mil toneladas - o volume negociado com o externo em relação a 2007, quando foram comercializadas 12,9 mil toneladas, com faturamento de US\$ 21,2 milhões.

O maior incremento nos valores exportados, quando comparado com as quantidades, se deve ao fato de o preço médio obtido pelo mel brasileiro em 2008, US\$ 2,83/kg, ter sido o mais alto da história das exportações brasileiras. Esse preço superou os US\$ 1,64/kg pagos pelo produto em 2007, bem como quebrou o recorde do ano de 2003, que foi de US\$ 2,36/kg.

Neste contexto de vital importância na economia Paranaense insere-se a Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, executando as atividades e projetos de defesa, inspeção e sanidade agropecuária, implementação de projetos de infraestrutura rural, cooperativismo, organização de cadeias produtivas, fomento e fiscalização da produção, assegurando a qualidade de matérias primas e insumos, e fiscalização comercialização de produtos agropecuários no âmbito nacional e internacional. Além de assegurar a qualidade dos produtos voltados ao mercado interno e promover a segurança alimentar, as inspeções de complexos industriais e produtos de origem animal e vegetal, foram fundamentais para a manutenção e significativa ampliação dos mercados internacionais atendidos pelo agronegócio do Paraná.

Para atender o exigente setor produtivo do Estado, esta Superintendência mantém, em consonância com o que rege a Portaria/MAPA nº 300/2005, 07 (sete) Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 06 (seis) Unidades de Vigilância Agropecuária e 02 (dois) Serviços de Vigilância Agropecuária, onde estão lotados mais de 70% do seu quadro de pessoal.

Na área de Política e Desenvolvimento Agropecuário, em 2008, foram analisadas 409 propostas de Contrato de Repasse, com recursos oriundos das Emendas Parlamentares, tendo sido contratadas pela Caixa Econômica Federal, 341 propostas, no valor total de R\$ 61.699.140,97 (Sessenta e um milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta reais e noventa e sete centavos) o que motivou a formação de uma força-tarefa, com Fiscais de outros Serviços, para atender esta demanda. Sendo firmados 16 Convênios, com prefeituras e entidades sem fins lucrativos, totalizando descentralização de recursos financeiros, pelo MAPA, na ordem de R\$ 1.715.829,34 (um milhão setecentos quinze mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos).

Em relação à Inspeção Federal, mantemos Serviço de Inspeção Federal em 1034 estabelecimentos, cuja produção é destinada ao mercado interno e para exportação. A força de trabalho da Inspeção Federal conta com 118 FFA's e um total de 330 servidores. O serviço realizou 243 fiscalizações em estabelecimentos de bebidas em geral, correspondendo a 121,50% da meta reprogramada (200), e ainda, este resultado foi 115% maior em relação ao ano anterior; 228 fiscalizações da identidade e qualidade dos produtos vegetais, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, com 193 amostras coletadas; nas indústrias que abatem animais destinados ao consumo humano ou manipulem matérias primas de origem animal através da inspeção tecnológica higiênica sanitária nos estabelecimentos produtores, beneficiadores, e que realizem comércio nacional e internacional de alimentos e derivados de origem animal destinado ou não a alimentação humana, ocorreram 11.025 fiscalizações num universo de 13.628 programadas.

Quanto a Sanidade Agropecuária, o SEDESA/SFA-PR, realizou 3.704 fiscalizações num total de 3.551 programadas. Teve como destaque à descentralização de recursos para o órgão executor pelo convênio MAPA/SEAB nº 001/2008 (Sanidade Animal), no valor de R\$ 9.365.411,00 (nove milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais).

No tocante a Fiscalização Agropecuária, tem por fulcro, garantir a qualidade dos insumos e serviços agropecuários ofertados aos consumidores e usuários. Dentro de 2008, foram certificados cerca de 32.920 toneladas de sementes, gerando a emissão de 780 certificados para a categoria Básica C1 e C2; analisaram-se 891 processos de inscrição/credenciamento no RENASEM; foi desencadeada uma operação fiscal para verificar o atendimento da norma legal nesta safra de milho OGM, contemplando 16 comerciantes e 61 produtores rurais no Estado do Paraná, com 1130 hectares de área cultivada.

Relativo à Gestão de Vigilância Agropecuária, o VIGIAGRO/PR desenvolve ações em unidades localizadas em pontos estratégicos de fronteiras e/ou trânsito internacional, a saber: Paranaguá, Foz do Iguaçu (Serviços de Vigilância Agropecuária – SVA); Maringá, Cascavel, Santa Helena, Antonina, Guairá e São José dos Pinhais (UVAGRO). Foram inspecionadas 118.848 de uma programação de 120.000 partidas, dentro da fiscalização e controle fitossanitário em Portos, Aeroportos, Postos de Fronteira e Portos

secos; quanto à vigilância e controle zoossanitários, foram inspecionadas 58.084 de uma programação de 72.000 partidas.

Discorridos os dados acima, somados as informações relatadas na seqüência deste, possibilitará uma real visualização dos trabalhos executados por esta Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, que, não obstante as dificuldades gerenciais e financeiras enfrentadas, aliadas a um quadro de pessoal técnico e administrativo quantitativamente insuficiente para responder às crescentes demandas do agronegócio paranaense, cumpriu sua missão institucional, como poderá ser avaliado nos relatos dos Planos Internos (PI's).

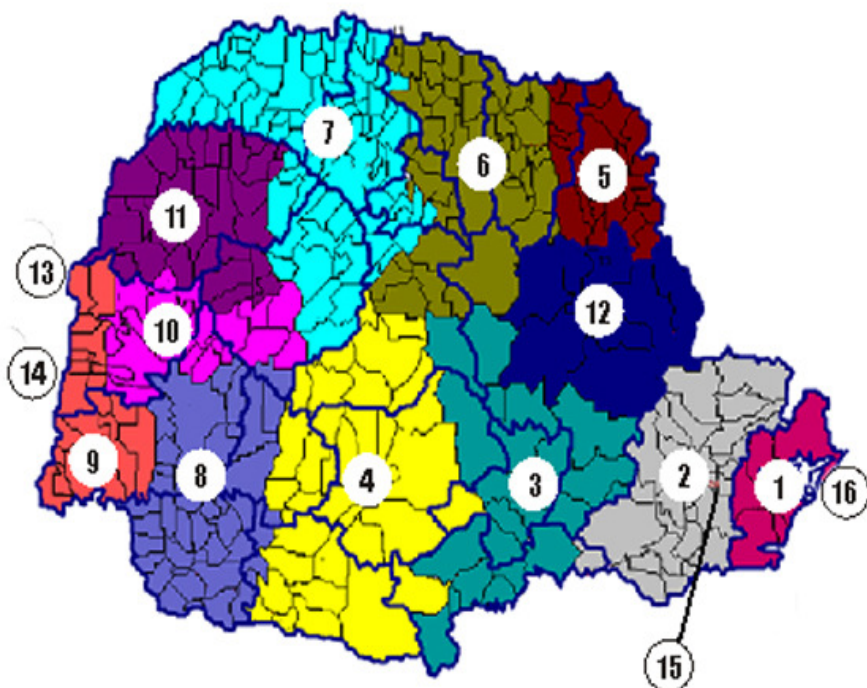
ESTRATEGIA DE ATUAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS SUB-UNIDADES OPERACIONAIS DA SFA-PR

Conforme demonstrado no mapa abaixo, a estrutura gerencial, que encontra-se em fase de oficialização em razão do novo regimento interno das Superintendências, é constituída pela sede da SFA-Paraná/Curitiba, de 11 unidades descentralizadas operacionais com abrangência territorial delimitada e 4 unidades de atuação exclusiva em fiscalização agropecuária internacional (Santa Helena, Antonina, Aeroporto / EADI –SUL e Guaira):

Superintendência Federal da Agricultura no Paraná

ÁREA DE JURISDIÇÃO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS



UNIDADES TERRITORIAIS

1. SVA Paranágua
2. Superintendencia
3. UTRA Ponta Grossa
4. UTRA Guarapuava
5. UTRA Jacarezinho
6. UTRA Londrina
7. UVAGRO Maringá
8. UVAGRO Cascavel
9. SVA Foz do Iguaçu
10. UTRA Toledo
11. UTRA Umuarama
12. UTRA Castro

UNIDADES SINGULARES

13. UVAGRO Guaíra
14. UVAGRO Santa Helena
15. UVAGRO Aeroporto
16. UVAGRO Antonina

SISTEMAS INFORMATIZADOS E BANCOS DE DADOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA

A Superintendência utiliza-se de diversos bancos de dados e sistemas informatizados em rede para o desenvolvimento das ações delegadas, pelos seus Serviços Técnicos, Administrativos e Gerenciais. Alguns são sistemas geridos por outras instituições públicas federais, entretanto a grande maioria dos sistemas são de uso e acesso exclusivo aos serviços do MAPA, conforme abaixo descritos:

WWW.AGRICULTURA.GOV.BR: a página oficial propicia aos clientes internos e externos acessar uma grande gama de informações, tais como legislação, procedimentos legais e administrativos, tramitação processual, normas técnicas nas diferentes áreas de atuação do agronegócio, informações funcionais, políticas públicas, organograma funcional e gerencial, ouvidoria, dentre outros. As superintendências não possuem sítios individuais.

[SIGID](#) – Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentações- Intranet. É um sistema interno do MAPA de uso comum a todas as repartições, que tem por objetivo manter o Cadastro e Gerenciamento de Documentação e Informações de acordo com a Portaria Normativa nº 05 de 19 de Dezembro de 2002 da SLTI/MP. Permite a tramitação de processos em suas diversas instâncias com opção de priorização e determinação de prazos de respostas. Propicia aos clientes internos e externos a localização e acompanhamento através de consulta via Internet, do processo/documento de seu interesse. Pelo alto volume de acessos, torna sua operação lenta aos usuários.

[SISCOMEX](#) - Sistema de Comércio Exterior – Seu gerenciamento é de competência do SERPRO, e permite o registro de diversos órgãos anuentes no comércio internacional. Possibilita anuir Licenças de Importação no Sistema, quer em caráter antecipado ou pré-despacho, quanto por ocasião da inspeção física e internalização de produtos agropecuários em pontos alfandegados, para os quais haja a previsão legal do pronunciamento do MAPA. Utilizado para desembaraço aduaneiro, autorização de embarque de produtos, estabelecimento de exigências sanitárias, pareceres sanitários para bebidas, agrotóxicos, matérias primas, ingredientes ativos e produtos formulados, produtos não comestíveis, fertilizantes e inoculantes, ingredientes para ração, fármacos, produtos destinados a alimentação animal, fertilizantes, materiais de reprodução e multiplicação, produtos animais e vegetais e seus subprodutos e derivados, além de embalagens de madeira, dentre outros. Utilizado para registro de pronunciamentos na sede da Superintendência pelos gestores dos diversos programas e nas unidades alfandegadas para desembaraço aduaneiro. O sistema foi desenvolvido pelo Ministério da Indústria e Comércio, sendo o MAPA apenas um órgão anuente. Consideramos que este sistema supre as necessidades do MIC, mas ao que se refere a Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO) este sistema apenas representa um serviço adicional, não trazendo nenhum benefício à nossa instituição e às nossas atividades.

[SIPLAN](#) - Sistema de Informações de Planejamento. Tem por objetivo permitir a programação e o acompanhamento das informações quantitativas e qualitativas da execução física e financeira de todos os Programas e ações técnicas e administrativas do

Plano Plurianual - PPA, sob responsabilidade deste MAPA, bem como ter interfase de importação e exportação de informações com o SIGPLAN, sistema do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Os lançamentos e consultas são realizados através dos PI's- Planos internos de gestão , nas diferentes instancias hierárquicas em Brasília e nos Estados. A gestão do programa é de responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão - CGPLAN/SPOA/MAPA. Busca ainda um maior monitoramento e avaliação da Gestão Pública, garante o acompanhamento de informações geridas por todos Responsáveis Técnicos na execução física e financeira dos Programas e Ações de responsabilidade do Ministério da Agricultura. Este Sistema é alimentado pelos nossos RT's .

SIOR - Sistema de Informações Orçamentário - Oficializado mediante o Art. 1º da Portaria Ministerial nº 02, de 09 de janeiro de 2004, tem por objetivo a elaboração e o acompanhamento das programações orçamentário-financeiras no âmbito da Administração Direta deste Ministério da Agricultura. Programações estas, elaboradas por Coordenadores de Ações Nacionais e Estaduais e Técnicos Responsáveis por Plano Interno (PI). Na unidade gestora, é responsável o Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná. As Programações são efetuadas de acordo com Limites de Movimentação de Crédito por PI, estabelecidos pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – COF/SPOA/MAPA e elaboradas em conformidade ao Decreto nº 5780, de 19/05/2006, que dispõe sobre programação orçamentária e financeira e Plano de Contas da União.

SIAFI – sistema de administração financeira - O sistema é gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Neste sistema é que se executa todos os pagamentos, recebimentos das Operações Orçamentárias, Financeiras e Patrimoniais do Governo Federal. Dentro do mesmo encontram-se os sub-sistemas: CPR – Contas a Pagar e Receber aqui é que são lançados os dados dos pagamentos e recebimentos e o SIASG – Sistema de Administração Serviços Gerais neste sub-sistema são efetuados lançamentos tais como Empenho da Despesa, Registro de Contratos, Registro de Convênios, Publicações de Editais, os dados lançados neste subsistema são enviados ao SIAFI;

SICAR: Sistema Integrado de Controle de Arrecadação. Tem por objetivo cadastrar os Estabelecimentos Infratores e a geração de Guia de Recolhimento em ações fiscais , bem como a geração de relatórios de ocorrência no SICAR (Cadastro de Infratores). Também gera consulta de registro no SIPE . Sua gestão é feita pelo MAPA . Utilizado para emissão de guias de pagamentos, multas, notificações e consultas de pagamentos.

SIPEWEB: Sistema Integrado de Registro de Produtos e Estabelecimentos – Gerenciado pelo MAPA. Para o registro de estabelecimentos e produtos das áreas, Fertilizantes, Aviação Agrícola, Material Genético e Inscrição e Baixa de Registro de Reprodutores. Especifica a qualidade do produto, localização dos estabelecimentos credenciados, registrados e autorizados, geração de relatórios gerenciais tanto de controle quanto administrativos e emissão do certificado de registro de produtos e estabelecimentos. Permite apenas consulta.

SIPEORA: Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos. Permite controlar os estabelecimentos e produtos registrados no Ministério, especificando a qualidade do produto, localização dos estabelecimentos credenciados, registrados e autorizados, geração de relatórios gerenciais tanto de controle quanto administrativos e emissão do

certificado de registro de produtos e estabelecimentos. Sistema utilizado para cadastrar os estabelecimentos/produtos. A gestão compete ao MAPA

CATIR - Comunidade do MAPA. Permite consultar exigências sanitárias para importação de animais, materiais de multiplicação animal e produtos e sub-produtos de origem animal. No último ano, foram implantadas diversas sub-comunidades classificadas por temas específicos de interesse institucional.

SISLEGIS - Sistema de Legislação Agrícola Federal. Permite pesquisar (atualizar) a legislação referente a agricultura, pecuária e abastecimento. Encontra-se hospedado no site oficial do MAPA. Permite acesso interno e externo. Sua gestão é feita pelo MAPA - Biblioteca Nacional de Agricultura - BINAGRI/SE.

EBIS – Sistema de Informações de Sementes – utilizados na inscrição dos campos de sementes e mudas. Este sistema foi desenvolvido inicialmente com o objetivo de que os dados de inscrição de campos de sementes fossem inseridos pelos próprios produtores de sementes através de seus responsáveis técnicos através da rede mundial de computadores, porém até o momento, mostrou-se lento no processamento das informações lançadas e não permite gerar relatórios específicos por espécie, cultivar e unidade da federação, o que é indispensável para um bom planejamento das ações de fiscalização da produção de sementes.

SPIU – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União. Serve para cadastramento e situação de estado de conservação de bens imóveis da União, sob a jurisdição da UG. Gerenciado pelo Ministério do Planejamento.

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotivo (INTRANET). Sendo utilizado para gestão de uso e controle de despesas da frota de veículos. É um sistema de uso interno do MAPA.

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (INTERNET). O SIAPE é um sistema on-line, de abrangência nacional, que se constitui hoje na principal ferramenta para a gestão do pessoal civil do Governo Federal, realizando mensalmente o pagamento de cerca de um milhão e 300 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas em 214 órgãos da administração pública federal direta, instituições federais de ensino, ex-territórios, federais, autarquias, fundações e empresas públicas, mantendo atualizados os dados cadastrais e financeiros.

SISAC - Sistema de Avaliação de Atos de Admissão E Concessões (INTERNET). O SISAC, é de uso restrito aos usuários devidamente cadastrados, para fins de remessa dos Atos de Admissões, Aposentadorias, Reforma e Pensões Cíveis e Militares dos Servidores Públicos Federais, para julgamento do TCU, de acordo com o contido na Instrução Normativa TCU nº 44/2002.

SRH10 - Sistema de Controle de Recursos Humanos (INTRANET). Tem por objetivo controlar dados cadastrais dos servidores possibilitando informações completas.

SIASG – Sistema de Administração Serviços Gerais (INTERNET). São efetuados lançamentos tais como Empenho da Despesa, Registro de Contratos, Publicações de Editais, operada conjuntamente com o SIAFI.

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (INTERNET). Presta serviços a órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações, finalidade verificar se a empresa esta em dia com as obrigações da União para participações de licitações, pagamento de faturas e outros.

QLD – Quadro de Levantamento de Despesas (INTRANET LOCAL). Controla e emite os QLDs como procedimento para empenho de despesas, com os dados de fornecedores baseados em banco de dados local, não emite relatórios. Este sistema funciona apenas na SFA/PR.

LINKDATA (STAND ALONE). Sistema de gerenciamento de patrimônio. É um sistema interno do MAPA , que serve para controles, transferências, migrações , averbações e baixas de bens moveis do Ministério. Também é utilizado para controles de estoques, entradas e saídas de materiais.

SISBOV – controle de entrada, movimentação , rastreabilidade e baixa de bovinos importados.

FISCORGEN- utiliza um banco de dados do próprio Serviço de Fiscalização Agropecuaria que permite o controle da entrada de OGMs, para cultivo,sementes,importação e pesquisa.

CADASTRO VETERINARIO- dispõe-se no SEFAG de banco de dados para os médicos veterinários habilitados para o Programa de Brucelose e Tuberculose e para os profissionais credenciados a emitir guia de trânsito animal(em fase inicial).

DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E TRAMITAÇÃO DOCUMENTAL

As informações e documentos do MAPA são movimentadas via protocolo geral da Superintendência, onde são tramitados via SIGID-sistema de gerenciamento de informações documentais do Ministério da Agricultura, para outros Serviços da Superintendência, Unidades Descentralizadas ou Órgão Central em Brasília.

No trânsito interno de documentos dentro dos Serviços, utilizamos o livro registro, sendo os lançamentos feitos de forma manuscrita.

Faz-se o uso de mensagens eletrônicas e fax no fornecimento de informações, sejam elas internas ou externas, por ser este um meio rápido de divulgação.

A Unidade Gestora, em suas diferentes áreas técnicas e administrativas, faz uso também dos diversos Sistemas do Ministério e de outras instituições públicas, já descritos anteriormente.

Os bancos de dados, construídos pela própria Unidade Gestora, são utilizados para execução de malas diretas e envio de correspondências, registros de produtores, estabelecimentos, produtos e ações executadas. Estes são desenvolvidos dentro da disponibilidade de mão de obra, visando suprir a falta de sistema oficial, ou o não fornecimento das informações necessárias nos sistemas utilizados. Entretanto, o ideal seria o desenvolvimento de novos programas ou aperfeiçoamento dos existentes para atendimento à essas necessidades.

Dentre os programas utilizados, algumas melhorias fazem-se necessárias, e são apresentadas a seguir:

SIPEORA – O Sistema é antigo, e utiliza uma interface ultrapassada e poderia ser atualizado, facilitando e agilizando seu uso.

SISCOMEX – Sistema criado pela receita e utilizado pelo MAPA, mas que não nos fornece qualquer possibilidade de acesso a relatórios e permite acesso parcial às informações inseridas pelo próprio MAPA. Necessidade de gestão junto a receita de aumento ao nível de acesso dos Servidores do MAPA.

SIPE2000 – Sistema que apresentava muitas falhas em sua execução, passou por alterações este ano, que o melhoraram significativamente, tendo sido publicado também um manual de instruções que auxiliou bastante o seu entendimento por parte dos usuários. Entretanto, é um sistema lento por ser on-line e a possibilidade de resgate de informações através de emissão de relatórios em seus bancos de dados, é praticamente nula. Pode-se trabalhar no sentido de desenvolver uma possibilidade de uso off-line com atualização da base central e melhoria no sistema que gera os relatórios, considerando que as informações estão presentes em seu banco de dados.

SICAR – Programa apresenta falha na baixa das guias emitidas e pagas, sendo comum o executado apresentar o comprovante de pagamento e no sistema ainda consta como ativo. Os relatórios gerados também poderiam ser melhorados, pois também apresentam falhas em suas atualizações.

Finalmente, a desativação do sistema de gestão de documentos (SIDOC), foi um retrocesso muito grande observado no processo de gestão do MAPA, pois este era um sistema que permitia uma série de controles em relação a emissão de diárias e relatórios

de viagem, possibilitava uma emissão controlada de pareceres e acima de tudo era um instrumento de transparência das ações do Ministério da Agricultura.

A emissão de PCDPs-diárias e requisição de passagens é feita manualmente.

A volta do SIDOC ou o desenvolvimento de um novo programa neste moldes deveria ser considerada. A exclusão do SIDOC implicou em uma série de controles manuais, que prejudicam o bom andamento do Serviço, sendo ainda agravado pela falta de pessoal administrativo.

As unidades descentralizadas fazem todas as suas solicitações, pedidos de material e consultas técnicas através de memorandos, e-mail ou fax. As consultas técnicas normalmente são encaminhadas para Brasília e após análise são devolvidas às unidades de origem.

Mensalmente, as unidades descentralizadas enviam à sede, relatórios demonstrativos de suas atividades finalísticas.

GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

PROGRAMAS DE GOVERNO GERIDOS NA SFA-PR

O Plano Plurianual 2008-2011 estabeleceu os programas da Administração Pública Federal com seus respectivos objetivos, indicadores, ações, custos e metas para o quadriênio que se encerra neste Exercício . Foi elaborado de acordo com a orientação estratégica da Presidência da República pautada em um modelo de desenvolvimento de longo prazo.

Este Plano indicou as diretrizes e o caminho da retomada do crescimento e da consolidação do modelo de desenvolvimento de longo prazo, equilibrado pelas dimensões sociais, econômicas, regionais, ambientais e democráticas. Integram este Plano, Programas que foram elaborados de modo a assegurar o alcance dos objetivos centrais da Orientação Estratégica de Governo.

No âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, os Programas foram desenhados na sua maioria por cadeias produtivas agropecuárias, tendo como norteador:

1. Orientações Estratégicas da Presidência da República;
2. Orientações Estratégicas para os Ministros de Estado;
3. Orientações Estratégicas do Ministério onde os programas foram elaborados conforme o conjunto dos Objetivos Setoriais do MAPA.

Em consonância com as atribuições legais e regimentais, a SFA-PR gerencia os seguintes Programas de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; segundo dados extraídos do sistema SIPLAN/2008 e do PPA 2008-2011:

TABELA - PROGRAMAS DE GOVERNO DE COMPETÊNCIA DO MAPA , IMPLEMENTADOS NO ÂMBITO DA SFA –PR , NO EXERCÍCIO 2007 .

PROGRAMA	QUESITO	DESCRIÇÃO
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	TIPO DE PROGRAMA	apoio administrativo
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	prover os órgãos da união dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
	INDICADORES	sem indicadores definidos
	PUBLICO ALVO	governo
0371 – DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	eleva a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
	INDICADORES	Taxa de controle da doença de Newcastle nos plantéis avícolas Valor das exportações de aves
	PUBLICO ALVO	produtores, industriais da avicultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário
0359- DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	eleva a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
	INDICADORES	Produtividade leiteira bovina Taxa de erradicação da febre aftosa em bovinos
	PUBLICO ALVO	criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos
0377 – DESENV. CAPRINOC. EQUIDEOC. E OVINOCULTURA	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	eleva a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
	INDICADORES	Produtividade leiteira caprina Taxa de rendimento de carcaça de caprinos e ovinos

0367- DESENVOLV. SUIDOCULTURA	PUBLICO ALVO	cooperativas, associações de produtores, pecuaristas e agroindústrias
	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
	INDICADORES	Taxa de controle da peste suína clássica Valor das exportações de suínos
0361- DESENV. CEREIAIS, RAIZES E OUTRAS ESPECIES	PUBLICO ALVO	produtores, industriais da suinocultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário
	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias
	INDICADORES	Produtividade das lavouras de arroz Produtividade das lavouras de feijão Produtividade das lavouras de mandioca Produtividade das lavouras de milho Produtividade das lavouras de trigo
0363- DESENV. OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS	PUBLICO ALVO	produtores, associações de produtores, agroindústrias e consumidores
	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas
	INDICADORES	Área plantada com girassol, canola e algodão Produtividade das lavouras de algodão Produtividade das lavouras de soja
0375- QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUARIOS	PUBLICO ALVO	produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores
	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores

	INDICADORES	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas Taxa de conformidade de fertilizantes agrícolas Taxa de conformidade de inoculantes Taxa de irregularidade de defensivos agrícolas
	PUBLICO ALVO	agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários
0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários
	INDICADORES	Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário Taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas
	PUBLICO ALVO	produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor
0357- SEGURANÇA FITOZZOSSANITÁRIA TRANSITO PRODUTOS AGROPEC.	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária, viabilizando a produção, o comércio e as exportações
	INDICADORES	Taxa de conformidade no controle de fronteiras
	PUBLICO ALVO	produtores, comerciantes, importadores, exportadores, passageiros e demais envolvidos com o trânsito de animais e vegetais
6003- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
	INDICADORES	sem indicadores definidos
	PUBLICO ALVO	pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário
0350- DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	TIPO DE PROGRAMA	finalístico
	GERENTE PROGRAMA	

	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	<i>gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos</i> gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos
	INDICADORES	<i>Volume de exportação de café</i> <i>Volume de produção de café</i>
	PUBLICO ALVO	<i>segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação</i> segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação
1225 – DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA ORGANICA	TIPO DE PROGRAMA	<i>finalístico</i>
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	<i>aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação</i>
	INDICADORES	Taxa de participação dos alimentos orgânicos no total da produção agropecuária brasileira
	PUBLICO ALVO	<i>produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos</i>
0354- DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	TIPO DE PROGRAMA	<i>finalístico</i>
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	<i>elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional</i>
	INDICADORES	Área cultivada com fruticultura Quantidade de exportação de frutas Taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas Valor das exportações de frutas
	PUBLICO ALVO	<i>agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais</i>
0369- DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA	TIPO DE PROGRAMA	<i>finalístico</i>
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	<i>aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional</i>
	INDICADORES	Área cultivada com batata, tomate e cebola.
	PUBLICO ALVO	<i>agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias</i>
5005 – DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	TIPO DE PROGRAMA	<i>finalístico</i>

	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	<i>garantir a estabilidade de preços e o abastecimento interno de álcool e açúcar, além de aumentar as exportações de álcool combustível</i>
	INDICADORES	Taxa de variação de preços do álcool anidro Volume das exportações de álcool
	PUBLICO ALVO	<i>produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores</i>
1169 –DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	TIPO DE PROGRAMA	<i>finalístico</i>
	GERENTE PROGRAMA	
	GERENTE EXECUTIVO	
	OBJETIVO	<i>fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços</i>
	INDICADORES	Taxa de variação do número de cooperados e de associados rurais no País
	PUBLICO ALVO	<i>associações rurais e cooperativas</i>

FONTES: (1)*SIPLAN- Sistema de Informações de Planejamento*

(2)*PPA 2008 - 2011*

AÇÕES IMPLEMENTADAS NA SFA-PR

Esta Unidade Gestora que administrou cerca de 40 ações ou Planos Internos de caráter finalístico e uma ação de apoio administrativo no exercício de 2007, já no exercício de 2008 foram reduzidos os Planos Internos e outros foram criados. Os Planos Internos que deixaram de existir foi apenas o nome do Plano Interno que saiu de cena, mas as ações finalísticas continuaram incorporadas. Alguns no PCEANIMAL e outros no PCEVEGETAL. Com essas mudanças hoje a Superintendência Federal de Agricultura no Paraná tem cerca de 35 Planos Internos, mas muito mais do que isto são as ações finalísticas, cujas programações e execuções ocorreram na Sede do MAPA sob a responsabilidade direta dos CAN – Coordenadores de Ação Nacional, ou de forma descentralizadas e sob a responsabilidade dos CAE – Coordenadores de Ação Estadual.

Conforme poderá ser visto adiante, uma grande parte destas ações, as atividades programáticas foram descentralizadas, com estabelecimento de programação física e financeira de metas, cuja execução é demonstrada e analisada oportunamente, de forma agrupada em consonância com o organograma funcional da Superintendência.

Para as demais ações foram desenvolvidas atividades esporádicas e descontinuadas como eventos técnicos e auditórias, para as quais as coordenações nacionais descentralizaram recursos financeiros de forma pontual.

Com vistas ao melhor entendimento, apresentamos a seguir as ações finalísticas e de apoio administrativo implementares no âmbito desta Unidade Jurisdicionada ao longo do exercício de 2008 cuja denominação interna neste ministério assume a expressão PI – Plano Interno.

Para operacionalizar o desenvolvimento das ações ou Plano Interno foi oficializado através da Portaria 300 de 16 de junho de 2005 o organograma funcional de Superintendência e com isso oficializou a criação das unidades descentralizadas no Estado do Paraná como demonstraremos a seguir.

Sete UTRAs – Unidade Técnica Regional Agropecuária que são: Ponta Grossa , Umuarama, Toledo, Jacarezinho, Castro, Londrina e Guarapuava.

Seis UVAGROs – Unidade de Vigilância Agropecuária, que são: Maringá, Guairá, Antonina, Santa Helena, Cascavel e Aeroporto Afonso Pena em São José dos Pinhais.

Dois SVAs – Serviço de Vigilância Agropecuária tais como Foz do Iguaçu e Paranaguá.

As atividades desenvolvidas nos serviços de Vigilância Agropecuária – SVA, estão descritas no relatório do VIGIAGRO – Vigilância Agropecuária que gerencia os seguintes Planos Internos: FISCPLANTA e FISCANIMAL.

As atividades desenvolvidas nas Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGRO, além de desenvolver os trabalhos relacionados ao VIGIAGRO – Vigilância Agropecuária, desenvolver também atividades dos Planos Internos relacionados nos serviços tais como: SEDESA, SEFAG, SIPAG e SEPdag.

AS Unidades Técnicas Regionais – UTRA, desenvolvem somente atividades dos Planos Internos relacionados aos serviços tais como: SEDESA, SEFAG, SIPAG e SEPdag.

TABELA - PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO IMPLEMENTADOS NA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO PARANA – EXERCÍCIO 2008.

PROGRAMA		AÇÕES (PLANOS INTERNOS)	
CODIGO	DESCRIÇÃO	CODIGO	DESCRIÇÃO
PROGRAMAS DE APOIO			
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	NA-2000.0001	MANUT/PR – administração da unidade
PROGRAMAS FINALÍSTICOS			
0359	DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA	4842	FEBRE AFTOSA - erradicação da febre aftosa
	GARANTIR A SEGURANÇA ZOOSANITÁRIA NACIONAL.	8658	PCEANIMAL – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.
	GARANTIR A SEGURANÇA FITOSSANITÁRIA NACIONAL.	8572	PCEVEGETAL – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos Vegetais.
		4738	ERRADMOSCA - erradicação da mosca da carambola
0357	SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	2134	VIGIFITO - vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos
		2139	VIGIZOO - vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos
		2180	FISCPLANTA - vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos
		2181	FISCANIMAL1 - vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos
0375	QUALIDADE DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	2124	FISCINAN - fiscalização de insumos destinados a alimentação animal
		2140	FISPROVET 1 - fiscalização de produtos de uso veterinário
		2019	FISCGENE- fiscalização de material genético animal
		2141	FISFECOI - fiscalização de fertilizantes corretivos e inoculantes
		2177	FISCAGRIC- fiscalização de serviços agrícolas
		2909	FISAGROTOX - fiscalização de agrotóxicos
		2179	FISCALSEM1 - fiscalização de sementes e mudas
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	4745	FISCORGEN - fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados
		4746	PADCLASSIF - padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais
		2131	IPVEGETAL 1 - inspeção de bebidas, vinagres, cafés e outros produtos de origem vegetal
		2145	INSPANIMAL - inspeção industrial e sanitária dos produtos , subprodutos e derivados de origem animal
		2487	RASTREAB - certificação da origem e da movimentação de insumos e produtos agropecuários - rastreabilidade
		1486	FISCONTRATO – fiscalização de contratos de repasse nacional
			APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

			INOVAGRO – Fomento à Inovação no Agronegócio
			CERTORGAN1 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.
			APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das cadeias Produtivas Pecuárias.
			APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.
			INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica Agropecuários.
			DESENORG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.
			PROTCULTIV – Proteção e Fiscalização de Cultivares.
		4747	FISCALPEC - fiscalização de serviços pecuários
			ORGAGROEN – Organização e Capacitação de Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas.
			REGENAGRO – Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação.
			ORGMANEJO – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas.
	PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES		RESIDUOS – Garantia da qualidade e da segurança química dos alimentos.
			PROMOEDUC – Programa de Educação Sanitária Animal e Vegetal.

Na sequência, apresentamos a análise detalhada das Ações implementadas por esta Unidade Gestora, no âmbito das **DIVISÕES TÉCNICA-DT e ADMINISTRATIVA – DAD** da Superintendência e seus respectivos **SERVIÇOS**, cuja estrutura funcional é demonstrada no Organograma juntado nos anexos I e II do presente relatório.

SERVIÇO DE GESTÃO DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO / DT / SFA-PR

PERFIL DO SERVIÇO

O Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária no Paraná – VIGIAGRO-PR, bem como no restante do país, foi criado pela Portaria MAPA 300/05 de 16/06/2005, com o objetivo de atender a crescente demanda do mercado internacional no trânsito de vegetais e animais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, materiais biológicos e de multiplicação vegetal, materiais genéticos animal, produtos para alimentação animal, produtos veterinários, agrotóxicos, seus componentes e afins, fertilizantes, bebidas, além de materiais de acondicionamento e embalagens.

Este Serviço está subordinado à Divisão Técnica na SFA/PR e vinculado à Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional em Brasília. Sob sua Gestão técnica estão dois SVAs – Serviço de Vigilância Agropecuária e seis UVAGROs – Unidade de Vigilância Agropecuária.

De acordo com a portaria MAPA 300/05, ao Serviço de Gestão do VIGIAGRO-PR compete:

- Programar, promover e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária, em portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais;
- Instruir processos administrativos, de acordo com a legislação pertinente;
- Coletar, processar e manter os dados do Sistema de Informação Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO, do MAPA;
- Participar das comissões relacionadas às suas competências;
- Acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades subordinadas tecnicamente;
- Promover articulação com as autoridades aduaneiras, policiais e outras relacionadas ao comércio internacional, para harmonizar as ações de vigilância;
- Promover a expedição de certificado sanitário para trânsito internacional de animais, vegetais ou partes vegetais, produtos e derivados de origem animal ou vegetal, materiais biológicos animal ou vegetal; colheita de amostras de produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial, com fins de desembaraço aduaneiro e liberação para consumo ou comercialização, conforme legislação específica; a análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, em especial apoio aos SVAs e aos UVAGROs, conforme legislação vigente; quarentena, na forma definida pelas normas específicas; a fiscalização de produtos e insumos agropecuários e dar destinação aos mesmos, conforme legislação específica;
- Elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Cabe ao VIGIAGRO a função de zelar para que não adentre no país nenhuma praga ou doença exótica advinda de produtos de outras origens.

Para o funcionamento do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional no Paraná o Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária possui 02 (dois) PI's – Planos Internos, conduzidos pelos Responsáveis Técnicos conforme segue:

- a) FISCPLANTA - RT Engº Agrº. Julio Noboyuki Ochiai – Chefe do Serviço**
- b) FISCANIMAL – RT Méd. Vet. Gleci Bahia Mangger – Chefe substituta**

Endereço eletrônico: vigiagro-pr@agricultura.gov.br

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS AÇÕES

As ações são desenvolvidas de forma conjunta, envolvendo os RT's e Chefias dos Serviços e Departamentos Técnicos do Órgão Central, as chefias de Divisão Técnica e Administrativa, bem como o Superintendente da SFA/PR.

Uma das características da Vigilância Agropecuária Internacional é que suas atividades são realizadas por demanda, impondo uma programação e estabelecimento de metas baseadas nas atividades realizadas nos últimos anos. Os dados têm mostrado com coerência a realidade do crescimento do mercado, ocorrendo pequenas variações em função da cotação do dólar, de problemas zôo-fitossanitários enfrentados pelo Brasil e algumas variações da produção nacional.

No Estado do Paraná, em 2007, foram inspecionadas 166.353 partidas, em 2008 foram 164.358 partidas. A previsão de partidas inspecionadas para o ano de 2009 é em torno de 200.000, necessitando-se portanto a adequação de quadro de pessoal e implantação de um sistema informatizado de emissão e controle de documentos.

Temos um prejuízo considerável na qualidade de nossas ações em função do reduzido número de servidores técnicos e administrativos e a falta de infra-estrutura, principalmente no que diz respeito à informatização do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

No Paraná, o VIGIAGRO é composto pelo escritório sede do VIGIAGRO -PR, em Curitiba, além de outras bases físicas do interior, conforme segue:

1. Serviço de Vigilância Agropecuária de Paranaguá – SVA/ PGUA
2. Serviço de Vigilância Agropecuária de Foz do Iguaçu – SVA / FOZ
3. Unidade de Vigilância Agropecuária São José dos Pinhais – UVAGRO / SJP
4. Unidade de Vigilância Agropecuária de Maringá – UVAGRO / MGA
5. Unidade de Vigilância Agropecuária de Cascavel – UVAGRO / CVL
6. Posto de Vigilância Agropecuária de Antonina – PVA /ANT
7. Unidade de Vigilância Agropecuária de Guaíra – UVAGRO / GUA
8. Unidade de Vigilância Agropecuária de Santa Helena – UVAGRO / STH.

Estas Unidades atuam nas áreas de:

- Cadastramento dos importadores, exportadores e seus representantes legais credenciados;
- Fiscalização de importação e exportação de produtos de origem vegetal, seus produtos e subprodutos;
- Fiscalização de importação e exportação de material de propagação vegetal;
- Fiscalização de embalagens e suportes de madeira;
- Fiscalização de importação e exportação de produtos com procedimentos especiais;
- Fiscalização de importação e exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins;
- Fiscalização de importação e exportação de bebidas, vinhos e vinagres;
- Fiscalização de importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes;
- Fiscalização de importação e exportação de animais vivos;
- Fiscalização de importação e exportação de materiais de multiplicação animal e/ou material de pesquisa;
- Fiscalização de importação e exportação de produtos de origem animal comestível (cárneos, pescados, lácteos, ovos, mel e seus derivados, envoltórios naturais e pratos prontos que contenham como ingrediente produto de origem animal);
- Fiscalização de importação e exportação de produtos origem animal não comestíveis ou para fins opoterápicos e industriais;
- Fiscalização de importação e exportação de produtos de uso veterinário / produtos biológicos;
- Fiscalização de importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal, de origem vegetal, animal, ou outra origem;

- Fiscalização de importação e exportação de troféus de caça e taxidermia;
- Fiscalização de bagagens;

O apoio laboratorial é realizado através da rede de laboratórios oficiais ou credenciados pelo MAPA.

Dentro do programa de convênio desta SFA-PR com o CIEE- Centro de Integração Empresa Escola, o Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária no Paraná conta com o apoio de um estagiário de nível superior na sede em período integral e 26 (vinte e seis) nas unidades descentralizadas, sendo 9 (nove) de nível médio e 17 (dezessete) de nível superior..

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

TABELA – EFETIVO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E TERCEIRIZADOS DO VIGIAGRO/DT/SFA - PR, EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS E NÚMERO IDEAL DO QUADRO DE PESSOAL.

CATEGORIA FUNCIONAL	2007	2008	QUADRO ADEQUADO
<u>Fiscais</u> Federais			
<u>Agropecuários</u>			
Engenheiros	35	37	60
Agrônomos			
Médicos	21	20	30
Veterinários			
Zootecnistas	0	0	0
Farmacêuticos	0	0	0
Agente de Atividades Agropecuária	9	9	50
Agente Administrativo	6	6	35
Auxiliar de Ativ. Agropecuária	3	4	0
Auxiliar Ativ. Operacionais	0	0	0
Outros (identificar)	0	0	0
SUB-TOTAL	74	76	175
Estagiários Nível Médio	8	9	10
Estagiários Nível Superior	14	18	20

As dificuldades de gestão do VIGIAGRO-PR passam principalmente pela falta de pessoal; portanto é urgente a contratação de servidores para melhorar as condições de atendimento à demanda do serviço. Apesar de ter havido novas contratações de FFAs no ano de 2007, ainda há déficit de fiscais e principalmente de auxiliares – agentes de atividade e agentes administrativos; sobrecarregando assim as atividades dos fiscais.

TREINAMENTOS

TABELA- TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO VIGIAGRO/DT/SFA-PR NO EXERCÍCIO DE 2008.

EVENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Cursos	III Curso de Auditoria da Vigilância Agropecuária	4
	Curso de Identificação de Madeira e Pragas Florestais Quarentenárias	5
	Curso de Processamento de Couro	11
	Curso de Harmonização de procedimentos do controle higiênico sanitário do amendoim	1
	Curso de aplicação de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários	3
	Curso de formação e habilitação de classificadores de amêndoas de cacau	1
	Curso de formação e habilitação de classificadores de farinha de mandioca	6
	Curso de formação e habilitação de classificadores de maçã	4
Reuniões	Diversas	44
	Do representante dos Superintendentes e os coordenadores regionais das Superintendências	2
	Harmonização de procedimentos na importação de fertilizantes, corretivos e inoculantes	4
	Comitê Gestor do Vigiagro	2
	Reunião Regional do Plano Nacional de Sanidade Vegetal	1
	Reunião para padronização de procedimentos no Vigiagro	4
	IV Reunião dos chefes de Gestão do Vigiagro	1
	Reunião dos sub-comitês	3

ATENDIMENTO AO CLIENTE

O Vigiagro utiliza como instrumento de avaliação de satisfação dos usuários de nosso Serviço, formulários gerados pela Ouvidoria, sendo ainda disponibilizado o telefone 0800 61 1995 do MAPA.

Cliente Externo

São usuários do Serviço, as empresas importadoras e exportadoras, empresas prestadoras de serviço, Despachantes Aduaneiros, Agências Marítimas,

passageiros de aviões, e os consumidores dos produtos fiscalizados pelo FFA's, tanto pessoas físicas, como jurídicas, órgãos públicos e iniciativa privada.

As atividades do VIGIAGRO têm interface com outros órgãos públicos como Receita Federal, IBAMA, Polícia Federal e privados como administradores de recintos alfândegados, despachantes, Agências de navegação entre outros, nas ações de fiscalização acima citadas.

Cliente Interno

Na SFA/PR, O VIGIAGRO tem interface com:

- Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) - que emite as autorizações de importação e exportação de animais vivos, produtos de origem animal não comestível ou de uso opoterápico e pareceres fitossanitários para a importação de material de multiplicação vegetal e consultas à interpretação da legislação vigente;
- Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) - que emite as autorizações de importação de produtos de origem animal comestíveis e consultas a interpretação à legislação vigente;
- Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) - que emite as autorizações de importação dos produtos para alimentação animal, autorizações de importação e exportação dos materiais de multiplicação e consultas a interpretação à legislação vigente.

FLUXO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Na Sede são realizadas:

- Reuniões formais e informais com o corpo diretivo da SFA/PR.
- Reuniões parciais envolvendo grupos internos através de processo participativo.
- Repasse de legislação e informes gerais através de distribuição direta de documentos.
- Mensagens enviadas por e-mail, fax, malote e telefone.
- Convocações para reuniões na sede da SFA/PR

Em Grupos externos:

- Participação em reuniões em outras Unidades de Serviço mediante convocação formal.
- Participação de reuniões com instituições públicas e privadas, sempre com o objetivo de integrar e adequar à realidade da sociedade e do agronegócio brasileiro.

Os Sistemas do MAPA acessados e utilizados pelo Serviço são: SIGID, SIOR e SIPLAN.

DEFICIÊNCIAS E PROBLEMAS DO VIGIAGRO

Os problemas e deficiências encontrados são mais expressivos na escassez de recursos humanos, tanto FFAs, como servidores de nível médio, área técnica e administrativa. No ano de 2007 ingressaram no Vigiagro 6 (seis) novos FFAs através da realização de concurso público, porém esse número é quase que inexpressivo em face a demanda de trabalho.

Em 2008, foram deslocados para Foz do Iguaçu 32 FFAs para atendimento na fiscalização, bem como 45 servidores de nível médio que atuaram na fiscalização de passageiros nas pontes de fronteira com o Paraguai (PIA – Ponte Internacional da Amizade) e com a Argentina (PTN – Ponte Tancredo Neves).

Para o porto de Paranaguá foram enviados 16 FFAs médicos veterinários do estado do Paraná e 3 vieram de outros estados, enviados por Brasília, além de um servidor de nível médio para auxiliar na fiscalização de embalagens de madeira durante todo o ano.

Na área administrativa foram deslocados 11 servidores para o SVA de Paranaguá e 8 para o SVA de Foz do Iguaçu.

GESTÃO DAS AÇÕES

AÇÃO 2180 – FISCPLANTA - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2180 – FISCPLANTA, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	finalística
Finalidade	impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundas de outros países, de modo a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento -sede
Unidades executoras	Superintendência Federal da Agricultura
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço VIGIAGRO , SVAs e UVAGROs
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Julio Noboyuki Ochiai

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Fiscalização e controle fitossanitário em Portos, Aeroportos, Postos de Fronteira e Portos secos do país, por meio da análise documental, vistoria de ambientes e da inspeção de partidas de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos.

RESULTADOS**EXECUÇÃO DE METAS FÍSICAS:****TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FISCAIS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007, NO PLANO INTERNO FISCPLANTA . SFA PARANÁ .**

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	PARTIDAS INSPECIONADAS	TF	118.848	120.000	106.274	88,56
	TOTAL		118.848	120.000	106.274	88,56

TF – Termo de Fiscalização

PRODUTO: PARTIDAS INSPECIONADAS**TABELA- DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA PRODUTO “PARTIDAS INSPECIONADAS” REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCPLANTA. SFA/ PARANÁ .**

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realizada QR	Programa da QP ¹	Realizada QR	Universe QT	Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2008		
118.848	120.000	106.274	106.274	571.517,11 _a	651.540,48 _a	5,43	6,13
				326.844,04 _b	547.862,29 _b	4,56	5,15
				244.673,07 _c	103.678,19 _c		

a- Custo total

b- Despesas de custeio realizadas em 2008

c- Despesas com investimento realizadas em 2008

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

1 – Programação conforme SIPLAN

2 – Custo Realizado, extraído do SIAFI 2007

EXECUÇÃO FINANCEIRA**TABELA- DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISCPLANTA. SFA/ PARANÁ.**

ELEMENTO	2007		2008		
	Liberado	Executado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	137.350,00	133.558,51	356.319,33	344.609,67	96,71
3390-30	118.000,00	112.508,39	82.743,00	79.225,15	95,75
3390-33	17.600,00	16.961,44	62.700,00	61.965,56	98,83
3390-39	32.000,00	31.738,82	66.000,00	52.662,57	79,79
3350-39	28.000,00	28.000,00	4.000,00	4.000,00	100
4490-52	245.000,00	244.673,07	145.000,00	103.678,19	71,50
3390-93	4.500,00	4.076,88	5.982,55	5.399,34	90,25
TOTAL	582.450,00	571.517,11	722.744,88	651.540,48	90,15

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISCPLANTA PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. SFA/PR

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
PARTIDA INSPECIONADA	6,13	1,26	88,56	

Economicidade: custo médio por partida inspecionada em 2008

Eficiência: custo médio de uma partida inspecionada em relação ao ano anterior.

Eficácia: número de partida inspecionada realizada em relação ao programado em 2008.

Efetividade: Dados não disponíveis.

A ação transcorreu normalmente durante o exercício de 2008, apesar das deficiências, principalmente no que diz respeito a Recursos Humanos. Falta ainda a implantação de um sistema informatizado, ao menos, nos SVAs – Serviços de Vigilância Agropecuária, onde o movimento é muito grande.

Ainda persistem problemas de infra-estrutura nas unidades, bem como de pessoal, tanto fiscais como técnicos de nível médio e agentes administrativos.

AÇÃO 2181 – FISCANIMAL1- VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2181 – FISCANIMAL1, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2007. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

parâmetro	Descrição
Tipo	finalística
Finalidade	impedir a entrada e a disseminação no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, de modo a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento
Unidades executoras	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SVAs e UVAGROs
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Gleci Bahia Mangger

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras interiores, tanto nas importações como nas exportações de produtos animais.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCANIMAL . SFA/ PARANÁ .

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	PARTIDAS INSPECIONADAS	TF	47.505	72.000	58.084	80,67
	TOTAL		47.505	72.000	58.084	80,67

TF - TERMO DE FISCALIZAÇÃO

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

TABELA - DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO PARTIDA INSPECIONADA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCANIMAL. SFA/PARANÁ .

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT	Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2008		
47.505	72.000	58.084	58.084	558.644,60 ^a	602.787,15 ^a	8,37	10,38
				233.644,60 ^b	456.763,07 ^b	6,34	7,86
				325.000,00 ^c	146.024,08 ^c		

a- Custo total

b- Despesas de custeio realizadas em 2008

c- Despesas com investimento

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

1 – Programação conforme SIPLAN

2 – Custo Realizado , extraído do SIAFI 2008

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISCANIMAL SFA/ PARANÁ.

ELEMENTO	2007		2008		%E/L
	Liberado	Executado	Liberado	Executado	
3390-14	77.900,00	74.946,58	310.401,70	286.286,30	92,23
3390-30	42.500,00	35.523,73	98.010,00	88.243,35	90,03
3390-33	30.000,00	7.901,43	46.450,00	39.395,42	84,81
3390-39	40.977,00	38.997,11	56.000,00	36.731,40	65,59
3350-39	67.500,00	67.500,00	3.500,00	3.500,00	100

4490-52	325.000,00	325.000,00	203.900,00	146.024,08	71,61
3390-92	7.200,00	5.936,42	0	0	0
3390-93	3.000,00	2.839,33	5.085,00	2.606,60	51,26
TOTAL	594.077,00	558.644,60	723.346,70	602.787,15	83,33

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISCANIMAL PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. SFA /PR

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVID.
	Índice	Índice	Índice	Índice
PARTIDA INSPECIONADA	10,38	0,88	80,67	

Economicidade: custo médio por partida inspecionada em 2008

Eficiência: custo médio de uma partida inspecionada em relação ao ano anterior.

Eficácia: número de partida inspecionada realizada em relação ao programado em 2008.

Efetividade: Dados não disponíveis.

A ação transcorreu normalmente durante o exercício de 2008, apesar das deficiências, principalmente no que diz respeito a Recursos Humanos. Falta ainda a implantação de um sistema informatizado, ao menos, nos SVAs – Serviços de Vigilância Agropecuária, onde o movimento é muito grande.

No terceiro trimestre do ano houve grande aumento de trabalho no SVA de Paranaguá em virtude das fortes chuvas que atingiram o estado de Santa Catarina. Grande parte das cargas que seriam movimentadas por aquele Estado, através dos portos de Itajaí e Navegantes que foram destruídos pela chuva, foram transferidas para Paranaguá, o que gerou grande aumento na demanda de trabalho. Apesar do trabalho ter sido transferido para Paranaguá, o mesmo não ocorreu com a força de trabalho do estado de Santa Catarina. Os fiscais não foram deslocados para o Paraná, o que nos gerou sérias dificuldades em atender tamanho fluxo de importações e exportações.

Ainda persistem problemas de infra-estrutura nas unidades, bem como de pessoal, tanto fiscais como técnicos de nível médio e agentes administrativos. Alguns problemas administrativos da SFA – PR comprometem as compras de materiais tanto de consumo como permanente, prejudicando e muito o andamento das atividades e o funcionamento das unidades.

ANÁLISE DO CHEFE DE SERVIÇO

Na Gestão do Exercício 2008, o Serviço VIGIAGRO/SFA-PR recebeu recursos para deslocamento de Fiscais das Unidades Descentralizadas deste Estado para atender emergencialmente a necessidade do Serviço nas atividades de fiscalização das partidas exportadas, importadas ou em trânsito, em decorrência da falta de pessoal.

Foi marcante o esforço demonstrado pelos fiscais lotados nas UVAGROs e SVAs diante do volume e diversidade das atividades do VIGIAGRO no Paraná.

No que se refere ao sistema SISCOMEX, sugerimos que o MAPA proponha melhorias no nível de acesso ao sistema, de uma forma que possamos nos beneficiar com o resgate de dados registrados e também com a emissão de documentos relativos à nossa área de fiscalização, tais como Termo de Fiscalização, Autorização de Despachos e tantos outros que nos acarretam imensa quantidade de trabalho manual, podendo ser elaborado por este sistema informatizado.

SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – SEDESA

PERFIL DO SERVIÇO

O Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) foi criado em 2005 pela Portaria MAPA nº 300/2005 e tem como objetivo principal as ações de defesa sanitária animal e vegetal.

Para isso, conta atualmente com seis Planos Internos – PI's, distribuídos entre o quadro técnico composto por Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários na sede da SFA-PR, os quais exercem a função de Responsáveis Técnicos. As ações do SEDESA são exercidas também pelas UTRA's, conforme a demanda em cada região e de acordo com a disponibilidade de técnicos nas unidades descentralizadas.

Este Serviço mantém um estreito relacionamento com o VIGIAGRO, uma vez que a fiscalização nos pontos de ingresso é estratégica para a prevenção de pragas e doenças exóticas ao país. Da mesma forma, o SEDESA se relaciona com os demais Serviços existentes na Superintendência, uma vez que todas as ações de fiscalização visam também à sanidade dos produtos e insumos utilizados na agropecuária brasileira.

A execução direta das atividades no âmbito estadual é de responsabilidade da instância intermediária do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, que no caso do Estado do Paraná é a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, cabendo aos Responsáveis Técnicos de cada Plano Interno, a orientação, acompanhamento e supervisão das atividades executadas pelo órgão estadual. As atividades sanitárias e fitossanitárias referentes ao comércio internacional são de exclusividade do MAPA (SEDESA e VIGIAGRO).

Cabe ainda ressaltar a importância do Estado do Paraná no cenário nacional. Com 2,3% da área do território brasileiro, o PR é o primeiro produtor nacional de milho (27,8%), trigo (48,3%), feijão (23,3%) e frango (20,4%), segundo produtor nacional de soja (20,5%) e terceiro em suínos (13,4%), havendo destaque em outras cadeias produtivas como a do gado de leite, gado de corte, cana-de-açúcar, laranja, banana, etc. (Fonte: SEAB/DERAL). O PIB do Agronegócio do PR corresponde a 27,06% do PIB nacional (Fonte: CNA/CEPEA – USP).

Neste contexto, nota-se a importância das atividades de sanidade animal e vegetal, de forma a manter os altos índices de produtividade no Estado, através da proteção da entrada e ou disseminação de pragas e doenças, as quais se não controladas colocam em risco a produção e comprometem o status zoofitossanitário brasileiro no concorrido mercado internacional.

Endereço eletrônico: sedesa-pr@agricultura.gov.br

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS AÇÕES

O SEDESA conta com sete Planos Internos (PI's), distribuídos entre os FFA's Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos, que respondem pelas Responsabilidades Técnicas destes Planos, em acordo à estrutura estabelecida pela Portaria 300, de 16 de junho de 2005.

A programação das atividades é elaborada por cada Responsável Técnico, conforme as diretrizes emanadas da Sede, ou em função da demanda estadual.

Por se tratar de ações de defesa sanitária agropecuária, é comum concentrar esforços numa ação não prevista e tratada como prioritária. Ou seja, muitas ações não são planejadas.

Cada Responsável Técnico elabora uma programação mensal financeira, a qual é submetida à análise dos Coordenadores Nacionais dos PI's em Brasília, cabendo aos mesmos a aprovação. No setor animal, esta programação pode ser lançada diretamente no SIOR, enquanto que na área vegetal se faz necessário o envio via correio eletrônico e fax com a aprovação do chefe de serviço. Uma vez aprovada a programação e liberados os recursos, as atividades são realizadas conforme a programação anual; algumas ações são descentralizadas para as UTRA's/UVAGRO's, ouvindo-se a Divisão Técnica para compatibilizar os recursos humanos disponíveis.

O SEDESA constantemente acompanha missões internacionais que vêm ao País para avaliar o sistema de defesa sanitária, principalmente na área animal. Estas ações demandam grandes esforços e nunca são programadas antecipadamente, ocorrendo de acordo com fatos relevantes. As auditorias nacionais da área animal são programadas no início do ano e são formadas equipes mistas, com profissionais de diversas SFA's e da Sede do MAPA.

Em 2008, pelo convênio MAPA/SEAB nº 001/2008, houve descentralização de recursos ao Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal de cerca de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Não houve celebração de convênio da área de sanidade vegetal em 2008, mas uma proposta foi apresentada e transferida para o exercício de 2009, a qual está em análise até o momento.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O SEDESA/SFA-PR conta atualmente com 17 servidores e dois estagiários, conforme descrição na tabela abaixo. Comparativamente ao ano de 2007, houve alteração no quadro de Fiscais Federais Agropecuários do SEDESA, especialmente na área animal que teve ampliação com a vinda de 02 novos médicos veterinários e a transferência de outro para o interior do Estado. Quase toda equipe da área vegetal foi renovada entre 2007 e 2008, com a redução de seis para cinco FFA's no quadro. Além desta redução, um dos FFA's da área vegetal está usufruindo do seu direito a licenças prêmio, e assim o fará até sua aposentadoria; outro FFA da área vegetal assumiu o cargo de chefia, reduzindo sua dedicação em tempo integral à área técnica.

Ainda é notória a falta de Fiscais Federais Agropecuários na Sede e Unidades Descentralizadas da Superintendência, sendo este o principal entrave enfrentado para a execução das metas propostas nas diferentes atividades do serviço, nos níveis gerencial e operacional.

A atuação do Serviço com o corpo funcional atual, especialmente das unidades descentralizadas, é insuficiente para atender às crescentes demandas, fazendo com que os resultados atingidos no ano ainda não sejam o ideal, especialmente diante da relevância das atividades desenvolvidas.

Com intuito de minimizar a falta de Fiscais Federais Agropecuários que atuam diretamente nas atividades de defesa sanitária animal e construir redes de atuação nessa área, foi emitida e publicada em Boletim de Pessoal nº 36 de 31/12/07, a Portaria nº 801 de 28 de dezembro de 2007, que atribuiu a dezoito Médicos Veterinários Fiscais Federais Agropecuários do quadro permanente

deste Ministério e lotados no Serviço de Inspeção Federal no âmbito das Unidades Regionais do Estado do Paraná, a responsabilidade em promover as ações de defesa sanitária animal, inerentes a todos os programas desenvolvidos por esse Ministério, respeitando as funções atinentes ao cargo que ocupam e sem prejuízo às demais atividades que executam no Serviço de Inspeção Federal.

TABELA – EFETIVO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E TERCEIRIZADOS DO SEDESA/DT/SFA-PR, EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS E NÚMERO IDEAL DO QUADRO DE PESSOAL.

CATEGORIA FUNCIONAL	2007	2008	QUADRO ADEQUADO
<u>Fiscais Federais Agropecuários</u>			
Engenheiros	06	05	07
Agrônomos			
Médicos	08	09	10
Veterinários			
Zootecnistas			
Farmacêuticos			
Agente de Atividades Agropecuária	2	2	4
Agente de fiscalização	0	0	0
Agente Administrativo	0	0	1
Auxiliar de Ativ. Agropecuária	1	1	2
Auxiliar Ativ. Operacionais	0	0	0
Outros (identificar)	0	0	0
SUB-TOTAL	17	17	24
Estagiários Nível Médio	0	0	1
Estagiários – Nível Superior / Nível Medio	1	2	2
TOTAL	18	19	27

Treinamentos

O exercício de 2008 proporcionou uma satisfatória oferta de treinamentos, cursos e outras atualizações para os Fiscais Federais Agropecuários da área animal.

O Serviço de Sanidade Agropecuária promoveu no período de 21 a 23 de outubro de 2008 o Treinamento dos fiscais federais agropecuários com atribuição em defesa sanitária animal, nomeados pela Portaria nº801 de 28 de dezembro de 2007, ministrado pelos responsáveis técnicos dos programas sanitários do SEDESA/DT/SFA-PR, a fim de apresentar as respectivas ações e qual a participação dos referidos fiscais.

No período de 3 a 14 de novembro de 2008, promovido pela SDA/DSA/PNSAA foi realizado o primeiro Treinamento em Sanidade dos Animais Aquáticos, que teve a participação da responsável pelo programa no SEDESA/PR e do médico veterinário do

órgão executor no Estado. O treinamento foi de grande importância para harmonização e implantação das ações do programa nacional de sanidade dos animais aquáticos no Paraná.

Os treinamentos na área vegetal são reduzidos e com limitação de vagas. O primeiro contato do SEDESA/PR com a equipe do DSV no ano de 2008 ocorreu em Dezembro, durante o Encontro Nacional de Fitossanitaristas (ENFIT). A escassez de troca de informações e experiências dificulta a condução dos trabalhos nas Superintendências.

Persiste a necessidade de atualizações para os servidores que atuam nas áreas de suporte administrativo.

A Tabela a seguir resume os treinamentos e qualificações com participação de servidores do SEDESA-PR.

TABELA - TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO SEDESA/DT/SFA-PR NO EXERCÍCIO DE 2008.

EVENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Congressos Cursos e oficinas	Conbravet – participação na qualidade de palestrante	1
	Curso do Programa Nacional de Sanidade de Equídeos	1
	VI Encontro Mercolab de Avicultura	2
	Curso em Metodologia e Ferramentas de Gestão de Programas Governamentais (PNSS e PNSA)	2
	I Seminário de Resíduos de Medicamentos Veterinários e Contaminantes em Bovinos	1
	Curso de Produção Integrada em Banana (3 etapas)	
	Curso de CFO - Banana	1
	Curso de CFO – <i>Cydia pomonella</i>	1
Treinamentos teóricos e práticos	Simulado teórico-prático de influenza aviária	1
		3
	Curso de Formação de auditores do SISBOV	2
	Treinamento para médicos veterinários habilitados para emissão de GTA	1
	Treinamento em Sanidade dos Animais Aquáticos	

Reuniões	Reunião Nacional do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS	1
	Reunião Técnica do SEDESA para padronização das ações com os FFA's nomeados pela Portaria 801	20
	Reunião de Planejamento em Educação Sanitária	1
	Reunião do PNSA para revisão da legislação	1
	Reunião do PNSA para discussão de procedimentos relativos às auditorias no sistema de defesa animal	1
	Reunião Técnica sobre vigilância de alimentos de ruminantes em estabelecimentos de criação	2
	Reunião de planejamento das ações de 2008 no DSA	2
	Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias	
	Reunião Nacional do Programa Nacional de Sanidade Avícola	
	Reunião sobre o Projeto MIP Soja, Milho e Trigo	
	Reunião do Consórcio Antiferrugem	
Outros eventos	Palestra sobre métodos de diagnóstico e controle da Brucelose e Tuberculose Animal	14
	Palestra sobre o Programa Nacional de Sanidade Avícola no VI Encontro Mercolab	2
	Palestra sobre proibição de utilização de cama de aviário em alimentação de ruminantes	1
	Seminário de Atualização sobre procedimentos de auditoria para credenciamento de laboratório de diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina (AIE)	1
	Seminário para Habilitação de Médicos Veterinários ao diagnóstico	2
	Seminário de Importação de Animais, seus produtos, subprodutos e material de multiplicação animal	3
	Palestra sobre manuseio de morcegos capturados; município de Guaraqueçaba	3
	Seminário de Apicultura	
	Padronização de Procedimentos RS/SC/PR – Fiscalização de Madeira	
	ENFIT-Encontro Nacional de Fitossanitaristas	

ATENDIMENTO AO CLIENTE

Cliente Externo

O SEDESA apresenta como cliente externo todas as entidades ligadas ao setor agropecuário, participando ativamente do CONESA - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, que congrega as entidades representativas do setor agropecuário.

Há também os médicos veterinários da iniciativa privada que são treinados em diagnóstico, colheita de material e emissão de guias de trânsito animal nos diversos programas, os laboratórios de diagnóstico de doenças credenciados pelo MAPA que recebem orientações e fiscalizações e as instituições de ensino que promovem cursos de habilitação de médicos veterinários para a execução de ações de alguns programas sanitários.

Buscamos no ano de 2008 atender às demandas do setor produtivo discutindo temas de elevada importância para o Estado e executando ações de prevenção e controle de doenças e pragas.

Cliente Interno

Há interface com todos os demais serviços da Superintendência, pois todas as atividades indiretamente visam à oferta de produtos e insumos com boa qualidade e sanidade.

Assim, nas importações de produtos que possam conter pragas ou doenças, cuja autorização é realizada pelo SEFAG ou SIPAG, o SEDESA se pronuncia formalmente nos processos. A maior demanda provém do SEFAG, através das importações de produtos destinados à alimentação animal. Neste ponto, objetivando maior agilidade no trâmite dos processos, deu-se início a emissão de parecer eletrônico através do SISCOMEX, propiciando ao SEFAG um melhor atendimento aos seus clientes externos. Outros procedimentos deverão ser adotados em 2009 para tornar o trâmite de processos ainda mais eficiente.

A relação com o Serviço de Gestão do VIGIAGRO é muito próxima, pois nas unidades de ingresso e egresso de mercadorias são aplicadas as legislações e medidas de defesa sanitária animal e vegetal, sejam através das certificações para o trânsito internacional ou através das fiscalizações dos produtos que podem conter pragas ou doenças exóticas ao país. A equipe técnica do SEDESA – Área Vegetal também colabora diretamente com o VIGIAGRO na substituição de colegas durante período de férias ou deslocamentos por Ordem de Serviço.

FLUXO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

O fluxo de informações documentais obedece ao seguinte trâmite: os documentos internos são recebidos pelo setor administrativo do SEDESA, oriundos do Setor de Protocolo, registrando-se em livro próprio do remetente o recebimento, e posteriormente encaminhados para a Chefia do SEDESA para despacho.

Os documentos expedidos às unidades descentralizadas seguem para os destinatários via malote, em dias específicos. Quando endereçados ao público externo são enviados por ofício e via correio.

Os processos constituídos são tramitados seguindo as normativas vigentes, chegam ao Serviço via protocolo; toda tramitação é registrada no Sistema de Gerenciamento de Informação - SIGID.

Os meios de comunicação utilizados, tanto para tratamento interno quanto com a clientela externa são telefone, correio eletrônico, fax. Algumas áreas demandam contato pessoal.

Os sistemas acessados pelo serviço são os disponibilizados pela rede do MAPA, a saber, SIGID, SISCOMEX, SISLEGIS, SIPLAN, SIOR. O serviço possui alguns bancos de dados criados pelos responsáveis técnicos em programa Excel, disponibilizados no servidor de dados da rede interna.

Como entrave, salientamos a falta de bancos de dados próprios, criados em softwares modernos que permitam acesso rápido às informações, de modo a permitir o aperfeiçoamento dos serviços, inclusive com melhor atendimento à clientela.

PROGRAMAS

Os programas operacionalizados pela Superintendência Federal do Paraná seguem as estratégias de atuação contidas no PPA 2008-2011, que encerra na Visão do Agronegócio, a missão do MAPA: “promover o *desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira*”.

Baseado nesta abordagem, os programas desenvolvidos com foco na defesa agropecuária são de fundamental importância tanto para a segurança alimentar da população e dos animais, quanto para a proteção comercial no que concerne a insumos e produtos de origem animal e vegetal. Além disso, visam garantir a produtividade, proteção ao meio ambiente e diminuição de barreiras à exportação.

Estão elencados abaixo, os programas que possuem vínculo com a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais; Erradicação da Mosca da Carambola; Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos; Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais; Erradicação da Febre Aftosa; Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos.

Há ainda dois PI's cujos coordenadores estão lotados no SEDESA, mas que não são vinculados a este Serviço: PROMOEDUC (Educação Sanitária) e RASTREAB (SISBOV).

GESTÃO DAS AÇÕES

O ano de 2008 foi marcado pelas mudanças na chefia do Serviço, contando com três diferentes chefes ao longo do ano (André Domingos Bernardi Parra, Maria Goretti Borcath de Andrade – substituta do primeiro, e Viviane Ribeiro Chocorosqui Barboza, a qual assumiu a partir de agosto de 2008). As atividades exercidas seguiram o seu rumo, sendo gerenciadas da melhor maneira possível pelos seus Responsáveis Técnicos.

A vinda de novos Fiscais Federais Agropecuários propiciou uma divisão mais equilibrada das tarefas, no caso da área animal. O inverso ocorreu com a área vegetal, a qual foi bastante prejudicada com a redução da equipe.

Pode-se afirmar que os resultados obtidos em 2008 são provenientes dos esforços dos técnicos, que realizam suas atividades com empenho e dedicação em prol da sanidade agropecuária.

As dificuldades de aquisição de material de consumo e permanente, apesar da descentralização de recursos, é outro fator desfavorável a execução dos programas, tendo sido entrave principalmente em algumas UTRA's e UVAGRO's, ano após ano.

Um ponto a ser destacado foi à descentralização de recursos para o órgão executor pelo convênio MAPA/SEAB nº 001/2008 (Sanidade Animal), no valor de R\$ 9.365.411,00 (nove milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais). Foi apresentada proposta de convênio para a Sanidade Vegetal, porém esta será analisada durante o exercício de 2009.

AÇÃO 8658 – PCEANIMAL- PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8658 – PCEANIMAL, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO DE 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	finalística
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA e Unidades Descentralizadas
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Viviane Ribeiro Chocorosqui Barboza (desde agosto/2008) e Ana Margareth de Oliveira-RT

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

O Plano Interno PCEANIMAL engloba diversos programas da área de Defesa Sanitária Animal tais como: o controle e erradicação da tuberculose/brucelose, controle da raiva de herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina, controle e erradicação das doenças da bovideocultura, suideocultura, avicultura, equideocultura, ovinocultura e da criação de pequenos e médios animais.

As ações desenvolvidas visam atender os objetivos dos referidos programas.

Dentre estas, destacam-se as atividades de promoção de saúde pública, bem como a manutenção da qualidade sanitária dos rebanhos, o que permite garantir a qualidade de seus produtos tanto para o comércio internacional quanto para o consumo interno.

As atividades de execução dos programas sanitários estão, em sua maioria, delegadas ao órgão de defesa sanitária estadual e contam também com a participação de médicos veterinários da iniciativa privada.

Cabe a este serviço a normatização e o acompanhamento das ações executadas para verificar a conformidade das mesmas com o que é proposto pelos programas vigentes.

Como atividades não delegadas, ou seja, executadas pelo SEDESA temos a participação no treinamento dos médicos veterinários da iniciativa privada, a fiscalização dos médicos veterinários habilitados que atuam nas atividades de alguns programas sanitários, por exemplo o PNCEBT, a fiscalização de Instituições de Ensino credenciadas pelo MAPA para ministrar Curso em Métodos de Diagnósticos para Brucelose e Tuberculose animal, a colheita de amostras biológicas e de alimentos de ruminantes em propriedades rurais, a fiscalização de propriedades certificadas, entre outras.

O produto final de alguns programas é a certificação sanitária. Até obter a certificação de livres ou controladas, as populações em questão sofrem monitorias periódicas para as doenças de interesse das mesmas.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO PCEANIMAL. SFA-PARANÁ.

N.º	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Supervisionar Unidade Veterinária/SEAB	Unidade	18	42	39	92,8
2	Supervisão a GRSC	supervisão	1	34	9	26,47
3*	Proferir palestra PNCEBT	palestra	-	14	14	100
4*	Sacrificar bovinos	bovinos sacrificados	22	106	106	100
5	Supervisão de GTA recebido em abatedouro com SIF	supervisão	4	26	3	11,53
6	Supervisão à médico veterinário habilitado	supervisão	4	31	35	112
7*	Vistoria em estabelecimentos avícolas	vistoria	22	59	59	100
8	Supervisão à Instituição reconhecida p/ cursos	supervisão	1	5	2	40
9	Participar de Reunião Técnica	Reunião	5	6	20	333

10	Coleta de amostras de alimentação de ruminantes em propriedades rurais	amostra	26	148	85	57,43
11	Fiscalizar laboratório de diagnóstico de AIE	fiscalização	16	34	16	47
12	Fiscalizar entidade controlada para AIE	fiscalização	6	8	3	37,5
13**	Coletar amostra de urina para detecção de resíduos	amostras	70	70	79	112,8
14*	Realizar Reuniao com médico veterinário habilitado p/ emissao de GTA visando a padronização de procedimentos	reunião	5	9	9	100
15*	Emitir Certificados para Estabelecimentos Avícolas e Granja de Reprodutores Suínos	Certificado	448	478	478	100

* Metas com programação indeterminada, sendo atendidas todas as demandas que chegaram ao Serviço.

** Atendimento de denúncia de uso de substância proibida, o que gerou maior número de colheitas que o programado.

PRODUTO: PROPRIEDADE ATENDIDA

TABELA- DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “FISCALIZAÇÕES REALIZADAS”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO PCEANIMAL. SFA-PARANÁ

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			REALIZADO CR		UNITÁRIO PROGRAMADO 2008 CUP	UNITÁRIO REALIZADO 2008 - CUR
REALIZADA QR*	PROGRAM. QP	REALIZADA QR	UNIVERSO QT**	2007	2008		
69.565	1070	957	224.442	59.183,78	176.638,60	206,8	184,5

* A quantidade realizada em 2007 considerou também algumas ações realizadas pelo órgão de Defesa Sanitária Animal Estadual.

**Considerou-se o universo para o PCEANIMAL os dados de cadastros de propriedades com bovinos existentes no estado fornecidos pela SEAB/PR, além das granjas de reprodução de aves e suínos.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA- DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PI PCEANIMAL- SFA-PARANÁ.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	15.758,18	65.117,00	48.392,11	37.446,38	77,38
3390-30	3.588,80	44.019,00	24.880,00	23.698,71	95,25
3390-33	9.718,94	31.200,00	28.000,00	26.387,03	94,23
3390-36	-	5.000,00	3.000,00	1.546,20	51,54
3390-39	1.274,89	22.600,00	29.597,00	27.756,41	93,78
3350-39	4.496,66	-	-	-	-
3390-93	30.758,17	-	59.803,93	59.803,93	100
4450-92	-	30.000,00	-	-	-
4430-42 *	-	-	7.347.411,00	-	-
TOTAL	65.595,64	197.936,00	193.673,04	176.638,66	91,20

* Recursos de Convênio MAPA/SEAB destinados ao órgão estadual de defesa sanitária animal (estância intermediária).

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO-PCEANIMAL PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. SFA- PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade atendida	198,45	-10,78	89,43	0,42

Fórmulas de cálculo utilizadas:

Economicidade= [(CR2008 / CR2007) – 1] X 100

Eficiência = [CUR 2008 / CUP2008 – 1] X 100

Eficácia = [QR2008 / QP2008] X 100

Efetividade = (QR2008 / QT2008) X 100

A ação está definida no SIPLAN pelo produto PROPRIEDADE ATENDIDA. A execução da maioria das atividades nas propriedades rurais é descentralizada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB-PR). Cabe à SFA/PR o atendimento a propriedades para fiscalização de granjas reprodutoras de suínos e aves, entidades controladas para Anemia Infecciosa Equina, coleta de urina e alimentação de ruminantes, bem como saneamento de propriedades com problemas sanitários e sacrifícios de animais.

Em 2008 houve repasse de recursos financeiros à SEAB-PR, porém o conteúdo deste relatório refere-se ao dispêndio da SFA/PR em ações de coordenação estadual, acompanhamento da execução descentralizada e as descritas anteriormente.

A execução das atividades de supervisão é prejudicada pela falta de recursos humanos nas unidades descentralizadas, uma vez que o mesmo fiscal atende os vários Serviços e Planos Internos da SFA. A programação efetuada já é subestimada, tendo em vista o universo existente, mesmo assim as metas não são atingidas, o que é desfavorável para a atividade, pois nessas supervisões é possível corrigir inconformidades na aplicação da legislação e fazer orientações ao serviço oficial e à iniciativa privada.

As recorrentes dificuldades de aquisição de material de consumo, principalmente combustível, apesar da descentralização de recursos, é outro fator desfavorável à execução do programa, tendo sido percebida principalmente em algumas UTRA's e UVAGRO's, o que contribuiu para que algumas metas não fossem atingidas.

AÇÃO 2139 – VIGIZOO – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2139 – VIGIZOO, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Controle, vigilância e fiscalização da movimentação de animais, produtos e derivados de animais no Estado do Paraná
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal - DSA / Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA / MAPA
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA e Unidades Descentralizadas
Coordenador nacional da ação	Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal
Responsável pela execução da ação no nível local	André Bernardi Parra e Urias Carlos Borba de Freitas-RT

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Vigilância e controle zoossanitário do trânsito interestadual de animais e produtos de origem animal, capacitação de recursos humanos e a emissão de documento para trânsito interestadual e internacional.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

As ações se referem às supervisões ao recebimento de documento de trânsito de animais em frigoríficos de exportação; habilitação de médicos veterinários para emissão de documentos de trânsito de animais e seus produtos; supervisão dos postos de controle do trânsito de animais e seus produtos, participação em reuniões técnicas, participação em reuniões com médicos veterinários credenciados/ habilitados, fiscalização em feiras internacionais, fiscalização de quarentenas para animais importados, a análise sanitária e emissão de documentos para exportação/importação de animais produtos e subprodutos animais.

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO VIGIZOO – SFA - PARANÁ.

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Habilitar Veterinário	Veterinário	140	273	273	100
2	Supervisionar Posto de Trânsito Interestadual	Posto	15	21	18	85,71
3	Fiscalizar GTA para abate de exportação	Estabelecimento	02	03	03	100
4	Participar em reunião nacional		0	02	02	100
5	Reunião com veterinário habilitado/credenciado	Reunião	08	14	14	100
6	Fiscalização de feira internacional	Fiscalização	01	2	2	100
7	Fiscalizar quarentena de animal importado	Fiscalização	14	14	14	100
8	Emitir Certificado Exportação Animal	Documento	11	24	24	100
9	Emitir Certificado de Transito CIS-E	Documento	05	781	781	100
10	Emitir Certificado Exportação de produtos Animais (outros não comestíveis)	Documento	11	77	77	100
11	Emitir Autorização de Importação de animal, produto ou subproduto animal	Documento	149	171	171	100
	TOTAL		536	1382	1379	99,78%

PRODUTO: PARTIDA INSPECIONADA

O produto Partida Inspeccionada refere-se a todas as metas físicas elencadas na tabela acima. O custo indicado se refere ao dispêndio da SFA/PR em ações de sua execução direta, coordenação estadual e acompanhamento da execução descentralizada.

TABELA - DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “PARTIDA INSPECIONADA”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO VIGIZOO - SFA - PARANÁ .

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ¹		Unitário Program. 2008 CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
Realizada QR	Program. QP	Realizada QR	Universe QT	2007	2008	–	
536	1382	1379	1382	3.817,00	10.084,45	65,45	7,31

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

1 – Custo Realizado, extraído do SIAFI

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO VIGIZOO - SFA - PARANÁ.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% L/E
3390-14	2.459,24	21.279,00	4.475,14	4.187,75	93,57
3390-30	1.358,23	16.500,00	3.000,00	2.998,65	99,95
3390-33	0,00	24.075,14	10.575,14	2.898,05	27,40
3390-36	0,00	7.600,00	2.600,00	0,00	0,00
3390-39	0,00	21.000,00	3.000,00	0,00	0,00
3350-39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490-52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros(especificar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.817,47	90.454,14	23.650,28	10.084,45	42,63

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA - INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO VIGIZOO PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE - SFA - PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
PARTIDA INSPECIONADA	164,19	-88,83	99,78	99,78

Fórmulas de cálculo utilizadas:

Economicidade= [(CR2007 / CR2006) – 1] X 100

Eficiência = [CUR 2007 / CUP2007 – 1] X 100

Eficácia = [QR2007 / QP2007] X 100

Efetividade = (QR2007 / QT2007) X 100

As ações acima foram executadas diretamente pela SFA/PR. Outras atividades como à emissão de Certificado de Inspeção Sanitária e a ação que está definida no SIPLAN pelo produto PARTIDA INSPECIONADA se referem às cargas de produtos inspecionados e certificados e as cargas de animais documentadas para trânsito de

saída do Estado do PR, ação executada pelo órgão de defesa sanitária animal estadual (descentralizada para a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB-PR) e por médicos veterinários habilitados na emissão de Guia de Trânsito Animal.

São analisados todos os processos de importação de animais, produtos e subprodutos de origem animal que ingressam no estado do Paraná com origem em outros países, bem como a participação na análise dos mesmos produtos no trânsito interno do Brasil quando submetidos a diferentes zonas de risco ou classificação sanitária conforme a doença submetida.

ACÃO 4842 – FEBREAFTOS – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 4842 – FEBREAFTOS, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO DE 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Manter a condição sanitária do rebanho bovino do Estado livre de febre aftosa para continuar integrando a zona livre de febre aftosa com vacinação do País, objetivando o acesso de produtos aos mercados interno e externo
Descrição	Erradicação da febre aftosa
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal - DSA / Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA / MAPA
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT-PR e Unidades Descentralizadas
Coordenador nacional da ação	Coordenação de Febre Aftosa
Responsável pela execução da ação no nível local	André Domingos Bernardi Parra (Diretor Técnico) e Valdir Mariot (Responsável Técnico)

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

O Estado do Paraná conta com 9.636.726 bovídeos distribuídos em 208.693 propriedades. As atividades do Plano Interno – PI FEBREAFTOS são de execução das ações previstas no Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa - PNEFA, ou seja, manter atualizado o cadastramento de propriedades; assistir a vacinação, fiscalizar o comércio de vacinas, fiscalizar a vacinação e ou executar a vacinação de bovídeos contra a febre aftosa; atender às notificações de suspeitas de enfermidades vesiculares; controlar o trânsito de animais, produtos e subprodutos; executar o monitoramento soropidemiológico para vigilância ativa da doença e para verificar a eficiência da vacinação; realizar educação sanitária; mobilizar a comunidade e manter o sistema de informação epidemiológica ativo. As ações desenvolvidas para a manutenção da Área Livre com Vacinação são executadas pelo Governo Estadual, pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Coube a SFA-PR através do responsável pelo PI, juntamente com FFA lotados nas UTRA e UVAGRO, realizar a supervisão da execução das atividades desenvolvidas no PNEFA, visando à manutenção da condição de área livre de febre aftosa com vacinação.

O PNEFA tem por objetivo manter a condição sanitária do Estado livre de febre aftosa para continuar integrando a zona livre de febre aftosa com vacinação do País de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, objetivando o acesso de produtos aos mercados interno e externo.

RESULTADOS

META FÍSICA

As metas foram desenvolvidas dentro da normalidade, as supervisões à execução do programa apresentaram resultados considerados aceitáveis.

TABELA – DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FEBRE AFTOSA - SFA PARANÁ.

N.º	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Trabalhar Informação Semanal	Informe	52	52	52	100
2	Participar de Reunião Técnica Nacional	Reunião	3	IND	4	100
3	Supervisionar Órgão Estadual executor do Programa de Erradicação da Febre Aftosa.	Supervisão	10	13	5	38,40

PRODUTO: Área Controlada (mil Km²)

O Programa de Erradicação da Febre Aftosa é executado em todo o território estadual (199,7 Km²), sendo assim a área controlada foi de 100%.

TABELA – DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ÁREA CONTROLADA”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FEBRE AFTOSA - SFA PARANÁ .

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
Realizada QR	Programa QP ¹	Realizada QR	Universe QT	2007	2008		
199,7	199,7	199,7	199,7	14.799,15	28.614,74	422,22	143,28

Legenda:

QP
QR
QT

Quantidade programada
Quantidade realizada
Quantidade total de unidades do universo

1 – Programação da Coordenação Nacional da ação
2 – Custo Realizado, extraído do SIAFI 2008

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para a execução das atividades previstas.

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FEBRE AFTOSA. SEA PARANA.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% L/E
3390-14	9.892,98	29.117,82	15.411,88	13.388,09	86,86
3390-30	2.281,60	13.000,00	10.600,00	9.936,49	93,74
3390-33	2.624,57	39.200,00	20.400,00	5.290,16	25,93
3390-36	0	3.000,00	3.000,00	0	0
3390-39	0	0	5.000,00	0	0
3350-39	0	0	0	0	0
4490-52	0	0	0	0	0
TOTAL	14.791,15	84.317,82	54.411,88	28.614,74	52,58

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA - INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FEVEREIRO PARA 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE . SFA PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Área Controlada	93.35	-66.06	100	100

Fórmulas:

QP

QR

QT

CR

CUP

CUR

Fórmulas de cálculo de indicadores:

Economicidade

Eficiência

Eficácia

Efetividade

Custo unitário programado

Custo unitário realizado

Quantidade programada

Quantidade realizada

Quantidade total de unidades do universo

Custo realizado

Custo unitário programado

Custo unitário realizado

Costs of Health Insurance

$$\frac{[(\text{CR2008} : \text{CR2007}) - 1] \times 100}{[(\text{CUR2008} : \text{CUP2008}) - 1] \times 100}$$
$$(QR2008 : QP2008) \times 100$$
$$(QR2008 : QT2008) \times 100$$

(CP2008 : QP2008)

(CR2008 : QR2008)

A Área Controlada corresponde a todo o Território Estadual, ações executadas pelo Governo Estadual através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, os resultados por tanto, expressam a execução indireta da SFA-PR na

execução das ações de coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades descentralizadas a nível estadual, na participação de 04 (quatro) reuniões técnicas nacionais e em uma reunião de treinamento para FFA do Estado sobre as ações dos Programas de Sanidade Animal em desenvolvimento. No presente exercício, foi celebrado novo convênio entre o Governo Federal e o Governo Estadual para execução dos Programas de Defesa Agropecuária, com repasse de recursos financeiros pelo PI FEBREAFTOS no valor de R\$ 1.991.000,00.

AÇÃO 8572– PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS – PCEVEGETAL, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO DE 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores ornamentais, de cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereias, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridade de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingência e de emergências para as pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais; sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MAPA
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA e unidades descentralizadas
Coordenador nacional da ação	Maria Júlia Signoretti Godoy
Responsável pela execução da ação no nível local	Viviane R. C. Barboza e RT - Milena Cristina Sade – a partir de 10/12/2008 – Portaria n. 1237 de 10/12/2008

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

O Plano Interno PCEVEGETAL engloba vários programas da área de Defesa Sanitária Vegetal tais como: Prevenção e controle de pragas dos citros, da bananeira, das pomáceas, da videira, das grandes culturas como soja, algodão, trigo, e outras.

No programa de prevenção e controle de pragas da bananeira, tem sido realizada a inspeção de áreas produtoras de banana, o cadastro de propriedades e de unidades de produção para a Certificação fitossanitária de origem no sistema de mitigação de risco para Sigatoka negra e o monitoramento da Sigatoka negra e amarela. A Sigatoka negra foi identificada no PR em julho de 2004. No ano de 2008, ações para o controle e monitoramento da Sigatoka Negra foram intensificadas no Estado do Paraná.

O Paraná é o décimo primeiro maior Estado produtor de banana, com 188,40 mil toneladas produzidas em 10,5 mil hectares.

A SEAB-PR, Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, que executa o monitoramento da Sigatoka Negra nas áreas de produção comercial de banana no Estado, nos municípios de Andirá, Guaratuba e Guaraqueçaba. A região litorânea do Paraná destaca-se como principal produtora de banana, embora na última década a produção de banana tenha se desenvolvido mais acentuadamente na região norte do Estado, principalmente em Andirá.

Também é realizada a prevenção e controle de pragas quarentenárias nas atividades de fruticultura (produção de pêra, maçã, pêssego) no Paraná como o Monitoramento e Prevenção de *Cydia pomonella* usando armadilhas de feromônio sexual desde o período de agosto de 2007.

Já foram também realizados cursos de certificação fitossanitária de origem para a capacitação de engenheiros agrônomos com a presença do Dr. Adalécio Kovaleski, pesquisador da Embrapa, Vacaria (RS) coordenador geral do Programa de Erradicação de *C. pomonella* no país.

A disponibilização de armadilhas foi feita pelo MAPA, ABPM. No ano de 2007/2008 foram monitoradas 236 armadilhas, a maior parte instaladas em áreas urbanas e no ano de 2008/2009 – mais de 300 armadilhas.

O programa de prevenção e controle das pragas dos citros abrange um conjunto de ações que visa o desenvolvimento e a expansão da atividade no Estado. Ele envolve a ação de agentes públicos e privados dentro de seus espectros de competência na prevenção e controle de pragas.

As pragas controladas são: ***Guignardia citricarpa*** (mancha negra), ***Cadidatus liberibacter spp*** (Greening)., ***Xanthomonas axonopodis pv citri*** (cancro cítrico). E é também realizada a prevenção da mosca negra- ***Aleurocanthus woglumi***.

Por meio de ações descentralizadas ao Órgão Estadual de Defesa Fitossanitária (SEAB), são executadas:

- Fiscalização nas propriedades para verificar o cumprimento legal do vazio sanitário da soja, bem como são coletadas amostras para auxiliar na detecção de focos da ferrugem asiática.
- Levantamento da ocorrência do Nematóide de Cisto da Soja, por meio de fiscalizações nas propriedades com a coleta de amostras. São lavrados termos de coleta de Amostras, bem como Termos de Fiscalização.

- Fiscalização da Certificação Fitossanitária de Origem nas Unidades de Produção e Consolidação para verificação do cumprimento da legislação pertinente para *Sirex noctilio* (vespa da madeira).
- Realização de Cursos de Certificação Fitossanitária – CFO para Engenheiros Agrônomos, para pragas de essências florestais.
- Fiscalização em propriedades produtoras de algodão para verificar o cumprimento legal em relação à destruição de soqueiras, com coleta de amostras para detecção de pragas.

As ações do PCE VEGETAL são executadas pelo órgão estadual de defesa agropecuária, com acompanhamento e supervisão técnica do MAPA. Algumas ações são realizadas através de Convênio MAPA/SEAB e outras não.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO PCEVEGETAL. SFA-PARANÁ.

N.º	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Supervisão Cancro Cítrico ¹	supervisão	--	4	3	75
2	Supervisão/Levantamento Greening ¹	supervisão	--	4	3	75
3*	Supervisão/Levantamento Mancha Negra ¹	supervisão	--	4	1	25
4*	Supervisão SMR Sigatoka ¹	supervisão	--	3	3	100
5	Supervisão/Levantamento Moko ¹	supervisão	--	N/PL	1	--
6	Supervisão/Monitoramento da Vespa da Madeira ¹	supervisão	--	4	0	--
7	Supervisão da Fiscalização de Bicudo ¹	supervisão	--	4	0	--
8	Supervisão da Fiscalização da Ferrugem ¹	supervisão	--	6	1	16,6
9	Supervisão / Fruticultura - pêra maçã, pêssego, uva, e outras ¹	supervisão	--	N/PL	2	
10	Área prevenida/controlada de pragas do cafeeiro	---	--	4	0	--

11	Levantamentos fitossanitários (cafeeiro)	---	--	4	0	--
12	Tempo de resposta nas ocorrências fitossanitárias (horas) ²	---	--	N/A	0	--
13 **	Áreas livres de pragas caracterizadas ou ampliadas (km ²) ³	---	--	N/E	0	--
14 *	Taxa de fitossanidade ⁴	---	--	N/A	0	--
15 *	Número de ações com atividades de Educação Sanitária ⁵	---	--	1	1	100

Observação: a mudança dos PI's e a demora na liberação de recursos financeiros nos três primeiros meses de 2008 impossibilitaram a execução das atividades relacionadas acima.

N/PL = **não planejado**; N/A = não avaliado; N/E= não existente no Estado

¹ Estas informações somadas geram o indicador "auditorias executadas", criado pela CGPP.

^{2, 3, 4 e 5} Demais indicadores criados pela CGPP, não programados pelo SEDESA/DT/SFA-PR.

PRODUTO: ÁREA CONTROLADA

TABELA - DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ÁREA CONTROLADA”, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO PCEVEGETAL- SFA-PARANÁ

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
REALIZADA QR*	PROGRAM. QP	REALIZADA QR	UNIVERSO QT**	REALIZADO CR		UNITÁRIO PROGRAMADO 2008 - CUP	UNITÁRIO
				2007	2008		REALIZADO 2008 – CUR
---	199,7	199,7	199,7	52.134,12	13.918,69	259,38	69,69

Legenda:

QP	Quantidade programada
QR	Quantidade realizada
QT	Quantidade total de unidades do universo
CR	Custo realizado
CUP	Custo unitário programado
CUR	Custo unitário realizado

1 – Programação da Coordenação Nacional da ação

2 – Custo Realizado, extraído do SIAFI 2008

O PCE VEGETAL é executado em todo o território estadual (199,7 mil Km²), sendo assim a área controlada foi de 100%.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA A AÇÃO PCEVEGETAL- PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	%
3390-14	9210,40	19800,00	7492,24	6981,71	93
3390-30	27196,20	14500,00	2900,00	2179,80	75
3390-33	4155,07	5000,00	9711,67	2913,18	22
3390-36	927,72	3000,00	257,70	---	0
3390-39	10644,73	9500,00	2025,00	1844,00	91
TOTAL	52.134,12	51.800,00	22.386,61	13.918,69	62,17

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO-PCEVEGETAL PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. SFA- PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Área controlada	0,266	-73,13	100	100

Fórmulas de cálculo utilizadas:

Economicidade= [(CR2008 / CR2007) – 1] X 100

Eficiência = [CUR 2008 / CUP2008 – 1] X 100

Eficácia = [QR2008 / QP2008] X 100

Efetividade = (QR2008 / QT2008) X 100

O produto está definido no SIPLAN como Área controlada.

A execução das atividades de supervisão é prejudicada pela falta de recursos humanos no SEDESA e nas unidades descentralizadas.

As recorrentes dificuldades de aquisição de material de consumo, principalmente combustível, apesar da descentralização de recursos, é um fator desfavorável à execução das atividades do SEDESA-SFA-PR.

AÇÃO 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA

DADOS GERAIS

A mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) é considerada uma praga A2 para o Brasil, sendo de não ocorrência no Estado do Paraná. A manutenção do status fitossanitário da praga resulta em possibilidade de acesso a mercados internacionais para as exportações paranaenses de espécies vegetais hospedeiras da praga.

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 4738, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da <i>Bactrocera carambolae</i> e da garantia da sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento da praga, por meio de armadilhas, em áreas consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de ingresso
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Coordenador nacional da ação	MARIA JÚLIA SIGNORETTI GODOY
Responsável pela execução da ação no nível local	VERA LUCIA FERREIRA (Portaria nº 1.239 de 10 de dezembro de 2008)

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Bactrocera carambolae (mosca da carambola) é uma praga de grande impacto econômico, com regulamentação para erradicação nas unidades da federação em que ela ocorre. O monitoramento da praga no Estado, por meio da instalação de armadilhas com iscas, constitui-se em medida para garantir a segurança fitossanitária que evitará custos com controle da praga, bem como permitir o acesso de espécies vegetais hospedeiras da praga produzidas no Paraná ao mercado externo.

O monitoramento da praga no Estado é descentralizado e executado pelo Órgão Estadual de Defesa Fitossanitária (SEAB/PR), sendo o MAPA responsável pela coordenação e supervisão da atividade.

As armadilhas são instaladas em áreas consideradas de risco moderado a elevado tais como barreiras interestaduais e CEASAS.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO ERRADMOSCA NA SFA - PARANÁ.

A Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/DSV/DAS não disponibilizou armadilhas e iscas para que o Órgão Estadual de Sanidade Vegetal (SEAB) executasse o monitoramento da mosca da carambola no Estado do Paraná. Portanto, o monitoramento da praga no Estado em 2008 não foi realizado.

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
		EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
Prevenção da Mosca da Carambola	km ²	250	Sem informação	0	0

PRODUTO: ÁREA PREVENIDA

A mosca da carambola não ocorre no estado do Paraná. Portanto, o **produto** do PI ERRADMOSCA é denominado ÁREA PREVENIDA, pois o objetivo é a prevenção da entrada da praga no Estado. Como a praga tem uma grande diversidade de hospedeiros, que nem sempre estão em áreas de cultivos, será considerada como área prevenida toda a área estadual.

TABELA - DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ÁREA PREVENIDA”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO ERRADMOSCA/SFA/PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ²		Unitário Program. 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2007 CUR
Realizada QR (km ²)	Program. QP ¹	Realizada QR	Universe QT (em 1000 km ²)	2007	2008		
250	Sem informações	0	199,7	20.829,30	0	Sem informações	0

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total - Toda área do estado do Paraná

CR- custo total realizado.

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

1 – Programação

2 – Custo Realizado.

3- programação conforme SIOR

Fórmulas de cálculo de indicadores:

Custo unitário programado (CP2008 : QP2008)
Custo unitário realizado (CR2008 : QR2008)

Memória de cálculo:

$CUR = CR2008/QR2008 = 0$

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/DSV/DAS não disponibilizou recursos financeiros para a execução do monitoramento da mosca da carambola no Estado do Paraná em 2008.

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO ERRADMOSCA/SFA/PR.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	757,30	3.800,00	0	0	0
3390-30	624,00	2.000,00	0	0	0
3390-33	0	0	0	0	0
3390-36	0	0	0	0	0
3390-39	0	0	0	0	0
3350-39	0	0	0	0	0
4490-52	0	0	0	0	0

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/DSV/DAS não disponibilizou armadilhas e iscas para que o Órgão Estadual de Sanidade Vegetal (SEAB) executasse o monitoramento da mosca da carambola no Estado do Paraná. Portanto, o monitoramento da praga no Estado em 2008 não foi realizado. Assim, não foi possível calcular os indicadores de desempenho do PI ERRADMOSCA para o exercício de 2008.

TABELA - INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO ERRADMOSCA PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. SFA/PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Área Prevenção Mosca da Carambola	-	-	-	-

Fórmulas de cálculo de indicadores:

Economicidade	$[(CR2008 : CR2007) - 1] \times 100$
Eficiência	$[(CUR2008 : CUP2008) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2008 : QP2008) \times 100$
Efetividade	$(QR2008 : QT2008) \times 100$

AÇÃO 2134 – VIGIFITO - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2134 – VIGIFITO, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO DE 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Coordenador nacional da ação	Carlos Arthur Franz
Responsável pela execução da ação no nível local	Viviane Ribeiro Chocorosqui Barboza e Ariane Paes de Barros Werckmeister Thomazini a partir de Dezembro de 2008 (RT- Portaria nº 1238, de 10 de dezembro de 2008)

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Ações de vigilância e controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos por meio de barreiras fitossanitárias, fixas e móveis, realizando fiscalização documental e física dos produtos; emissão de documentação para trânsito interestadual de produtos vegetais, subsidiando, quando necessário, exigências para o trânsito internacional; capacitação técnica de engenheiros agrônomos e fiscais na certificação de origem e fiscalização fitossanitária interestadual.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

As ações de fiscalização do trânsito interestadual são descentralizadas, com execução direta pelo órgão estadual de sanidade vegetal (OEDSV), sob supervisão do SEDESA/DT/SFA-PR.

No Relatório de Gestão do ano anterior foram descritas também as metas executadas pelo OEDSV. Neste relatório descreveremos as metas executadas diretamente pelo SEDESA/DT/SFA-PR para permitir que o demonstrativo físico e financeiro represente com mais fidelidade os custos reais das ações.

As ações desenvolvidas diretamente pelo SEDESA/DT/SFA-PR referem-se à supervisão da fiscalização do trânsito interestadual executado pelo OEDSV; supervisão de cursos de Certificação Fitossanitária de Origem; análise de processos de importação e exportação de vegetais e seus produtos e emissão de pareceres fitossanitários; acompanhamento de quarentena e depósito quarentenário no trânsito internacional de vegetais e seus produtos, além de participação em reuniões e treinamentos.

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO VIGÍFITO, SFA/PR .

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS ¹	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Supervisão de barreiras interestaduais	Número	0	3	9	300
2 ⁴	Supervisão de cursos de CFO	Número	s/i	N/P ⁴	3	-
3 ³	Análise de processos de importação e exportação e emissão de pareceres fitossanitários	Número	850	850 ³	804	94,59
4 ⁴	Acompanhamento de quarentena e depósito quarentenário	Número	s/i	N/P	2	-
5 ⁴	Participação em eventos nacionais (reunião técnica/treinamento)	Número	s/i	N/P	4 ¹	-
	TOTAL		850	853	813	95,31

Legenda:

s/i-sem informação

¹ Participação de 3 FFA's e um servidor do OEDSV (colaborador eventual) no ENFIT 2008.

² Conforme programação anual encaminhada ao DSV/SDA/MAPA, só foi programada a quantidade de supervisões em barreiras fitossanitárias (meta 1).

³ Meta com programação indeterminada, sendo atendidas todas as demandas que chegaram ao Serviço.

Assim, considerou-se como programado o valor executado em 2007.

⁴ N/P não programado e sem informação sobre execução em 2007; portanto, valores não incluídos no total executado.

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

O produto registrado no sistema SIPLAN refere-se às ações executadas pelos OEDSV, portanto não reflete ações executadas diretamente.

O produto executado pelo SEDESA/DT/SFA-PR refere-se à **SUPERVISÃO REALIZADA**, englobando as metas 1 e 3 (Supervisão de barreiras interestaduais; Análise de processos de importação e exportação e emissão de pareceres fitossanitários). As demais metas não foram incluídas uma vez que não houve programação de ações para 2008 e não há informações sobre o realizado em 2007.

TABELA - DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “SUPERVISÃO REALIZADA”, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO VIGIFITO/SFA/PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realizada QR	Program. QP ¹	Realizada QR	Universo QT	Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2008		
850	853	813	78	8295,94	15.433,76	5,86	18,98

Legenda:

QR - quantidade realizada

QP - quantidade programada

QT - quantidade total

CR - custo total realizado

CUP - custo unitário programado (5.000,00/853)

CUR - custo unitário realizado (15.433,76/813)

1 – Conforme programação anual encaminhada ao DSV/SDA/MAPA, só foi programada a quantidade de supervisões em barreiras fitossanitárias (meta 1)

2 - Custo Realizado, extraído do SIAFI 2008.

Obs: Universo QT (33 barreiras fitossanitárias interestaduais da SEAB/PR + 45 empresas importadoras/exportadoras).

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO VIGIFITO/SFA/PR.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% L/E
3390-14	8.295,94	3.000,00	3444,00	3.423,35	99,40
3390-30	0	1.000,00	850,00	0	-
3390-33	1.144,56	0	11.650,00	11.429,74	98,11
3390-36	-	0	600,00	580,67	96,78
3390-39	2.883,04	1.000,00	0	0	-
3350-39	-	0	0	0	-
4490-52	472.649,80	0	0	0	-
Outros: Convênio	273.575,71	0	0	0	-
TOTAL	758.549,05	5.000,00	16.544,00	15.433,76	93,29

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA - INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO VIGIFITO PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE/SFA/PR.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice (a)	Índice (b)	Índice (c)	Índice
Supervisão realizada	86,04	223,89	95,31	1042,31

Fórmulas de cálculo utilizadas:

Economicidade = $[(CR2008 / CR2007) - 1] \times 100$

Eficiência = $[(CUR\ 2008 / CUP2008) - 1] \times 100$

Eficácia = $[QR2008 / QP2008] \times 100$

Efetividade = $(QR2008 / QT2008) \times 100$

O PI VIGIFITO tem por objetivo principal a fiscalização do trânsito de vegetais e suas partes entre os estados da Federação. No Paraná, essa atividade é executada pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV), a SEAB-PR (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento), através da manutenção de postos de fiscalização nos diversos pontos fronteiriços com os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Compete também ao OEDSV a realização de cursos de capacitação para Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Florestal, referentes à certificação fitossanitária de origem (CFO), conforme a IN MAPA nº 55/2007.

A IN MAPA nº 54/2007 regulamenta a utilização de Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV. A emissão desse documento é competência do OEDSV, e em casos específicos, também do MAPA.

Compete ao MAPA supervisionar as ações do OEDSV, e normatizar tais ações. Cabe ressaltar que o MAPA firmou convênio com o OEDSV, em Dezembro/2006, sendo o prazo para execução das metas previstas no Plano de Trabalho prorrogado para Dezembro/2008. Nesse Plano de Trabalho, há metas previstas para ações de fiscalização do trânsito vegetal e cursos de CFO.

Compete também ao SEDESA/SFA-PR a análise de processos e emissão de pareceres fitossanitários referentes a todos os processos de autorização prévia de importação de sementes e mudas e de produtos vegetais para alimentação animal, além de análise prévia de requerimentos de importação de material para pesquisa científica.

ANÁLISE DO CHEFE DE SERVIÇO

O exercício de 2008 foi marcado pela transição de chefias no Serviço, respondendo três diferentes chefes ao longo do ano. A chefe atual e sua substituta assumiram o serviço no mês de agosto/2008.

A equipe do SEDESA/DT/SFA-PR buscou em 2008 a excelência na execução de suas atividades, sempre com responsabilidade e com base na legislação vigente. As mudanças na chefia não afetaram a execução das atividades programadas.

Os maiores empecilhos para o cumprimento das metas estabelecidas pelo SEDESA em sua Programação Anual foram os problemas administrativos (falhas nos processos de licitação, impossibilidade de abastecimento dos veículos, falta de material de consumo, entre outras) e o número reduzido de servidores por atividade executada, na Sede da SFA/PR e nas Unidades Técnicas Agropecuárias.

A área vegetal do SEDESA foi prejudicada em 2008 com a redução da equipe técnica e com a escassez de treinamentos e capacitações oferecidos pelo DSV/SDA/MAPA. Em sua maioria, as reuniões e cursos foram oferecidos pelo órgão estadual (SEAB/PR).

É importante salientar que, tradicionalmente, durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, a equipe do SEDESA é designada para analisar as propostas do Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA – emendas parlamentares para aquisição de maquinários agrícolas, construções rurais, etc.). As análises são consideradas prioritárias pelo MAPA (Sede e SFA/PR), portanto, as atividades técnicas programadas neste período ficam prejudicadas.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA- SEFAG

PERFIL DO SERVIÇO

O Serviço de Fiscalização Agropecuária, criado pela nova estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, conta hoje no Paraná com 9 Pls-Planos Internos de execução direta, conforme estabelecido pelo regimento interno das SFA's para o Estado do Paraná através da Portaria MAPA 300/2005, consubstanciados na estrutura do Plano Pluri-Anual 2008-2011 do Governo Federal. Estes planos tem por fulcro, garantir a qualidade dos insumos e serviços agropecuários ofertados aos consumidores e usuários.

Os insumos fiscalizados quanto a sua produção, manipulação, exportação, importação e por vezes comércio, contemplam: fertilizantes, corretivos, inoculantes, agrotóxicos, sementes e mudas, produtos destinados à alimentação animal (*rações, suplementos, concentrados, matérias primas e aditivos*), medicamentos de uso veterinário e afins (*produtos farmacêuticos, vacinas e antígenos*) e material genético animal (*reprodutores, matrizes, ovos férteis, sêmen e embriões*).

Os serviços fiscalizados englobam ainda: atividade de aviação agrícola, tratamentos fitossanitários, pesquisa com OGMs e agrotóxicos e atividades turfísticas.

Em continuidade a adequação institucional, o SEFAG/DT/SFA-PR tem buscado compartilhar as ações de execução finalística dos Pls com as Unidades Técnicas Regionais de Agricultura – UTRAs, em número de dez, ficando a sede da SFA-PR responsável pela coordenação das fiscalizações vinculadas aos Planos Internos e execução de ações finalísticas na região da grande Curitiba.

Neste sentido, durante o ano de 2008 uma das metas do Serviço foi dotar estas Unidades com estrutura física, veículos, equipamentos e qualificação de pessoal. Viabilizou a liberação de recursos junto aos Pls técnicos para aquisição de material permanente, objetivando melhorar a infra-estrutura das Unidades Operacionais descentralizadas. Promoveu eventos internos de qualificação profissional e viabilizou a participação dos fiscais em eventos externos.

O Chefe de Serviço atua como Coordenador das ações técnico-fiscais e administrativas estaduais- CAE, administrando as inter-relações entre os RTs, a Divisão Técnica e o gestor da SFA-PR, monitorando os resultados, entraves e necessidades de cada Plano Interno; acolhendo as demandas geradas pelas UTRAs/UVAGROs e pelo Órgão Central/ Brasília. Avalia o desempenho e propõe as readequações das ações fiscais, em cumprimento ao papel de Estado designado ao SEFAG/DT/MAPA.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS AÇÕES

O planejamento estratégico das ações deste Serviço é feito de forma integrada, envolvendo a Coordenação Nacional, Coordenação Estadual (*Chefe de Serviço e RTs*), Divisão Técnica e UTRAs/UVAGROs.

A gestão operacional das ações fiscais é competência dos RTs de cada Plano Interno, levando-se em conta as atribuições institucionais, informações estatísticas, universo de atividades, recursos descentralizados, orientações repassadas pela Divisão Técnica quanto aos recursos humanos disponíveis nas Unidades Operacionais para execução das ações.

Ao chefe de Serviço compete a responsabilidade de supervisionar e administrar as ações vinculadas à pasta, de forma harmônica e integrada, equalizando e

racionalizando os recursos , otimizando o resultado global e buscando excelência na qualidade dos serviços oferecidos ao usuários.

As metas operacionais estabelecidas por este Serviço foram:

- Fiscalização e registro dos estabelecimentos fabricantes, exportadores e importadores de produtos destinados à alimentação animal e de seus sub-produtos, com verificação de conformidade de processos, colheita e análise de amostras;
- Fiscalização de estabelecimentos com atividades na área de reprodução e material de multiplicação animal;
- Fiscalização e credenciamento dos estabelecimentos produtores, exportadores e importadores de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de seus produtos, com inspeção de procedimentos industriais, colheita e análise de amostras;
- Fiscalização e credenciamento de estabelecimentos produtores, exportadores e importadores de sementes e mudas, com auditorias de conformidade , colheita e análise de amostras; bem como fiscalização de usuários, com vistas a coibir o uso de material genético pirata;
- Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos;
- Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins, nas etapas de produção, manipulação, experimentação, importação, exportação e uso;
- Fiscalização, inspeção, registro e auditorias e de estabelecimentos fabricantes, importadores ou comerciantes de produtos de uso veterinário e afins;
- fiscalização das liberações planejadas de Organismos vegetais Geneticamente Modificados no meio ambiente autorizadas pela CTNBio, no âmbito da pesquisa e uso comercial.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Constituem-se na estrutura atual de recursos humanos deste Serviço na sede da SFA-PR; 23 Fiscais Federais Agropecuários, sendo 14 Agrônomos, 6 Veterinários, 1 Farmacêutico e 2 Zootecnistas, que atuam como Responsáveis Técnicos (*ou substitutos*) do PI's, trabalhando no planejamento e coordenação de ações específicas de cada área fiscal, auxiliando aos responsáveis técnicos na consolidação das ações. Os 9 PI's gerenciados pelo SEFAG no Estado, contam com 27 servidores e 9 estagiários, lotados na Sede, conforme descrito no Quadro abaixo.

TABELA – EFETIVO PESSOAL DO SEFAG/PR E NÚMERO IDEAL DE SERVIDORES

CATEGORIA FUNCIONAL	2008	IDEAL
Fiscais Federais Agropecuários		
Engenheiros	14	20
Agrônomos		
Médicos	6	7
Veterinários		
Zootecnistas	2	4
Farmacêuticos	1	2
Agente de Atividades Agropecuária	2	8
Agente Administrativo	1	6
Auxiliar Operacional Agropecuário	1	2
SUB-TOTAL	27	49
Estagiários Nível Médio	2	0
Estagiários – Nível Superior	7	11
TOTAL	36	60

Apesar dos esforços feitos no sentido de otimizar e aumentar o corpo técnico nos últimos anos, o elenco de FFA's ainda está aquém do necessário, bem como o pessoal de nível médio (*Agentes de Atividades Agropecuárias e Agentes Administrativos*) que é reduzido.

O Serviço possui interface com as unidades operacionais do interior do estado, onde Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias realizam ações fiscais nas diversas áreas em regime de dedicação parcial, uma vez que também atuam nos demais Serviços Técnicos da Superintendência, tornando rotineiro o deslocamento de servidores dentro do Estado.

Reveste-se esta insuficiência de recursos humanos em fator limitante na execução das ações previstas e com a abrangência necessária, sob a ótica do Universo do Agro-negócio Paranaense.

Detecta-se a falta de qualificação para execução de atividades multidisciplinares de FFAs lotados no interior do Estado, para suprir determinadas ações de elevada especificidade técnica.

O serviço conta atualmente com 26 FFAs e 09 Agentes de Atividades Agropecuárias distribuídos em 10 Unidades Operacionais do Estado, que prestam serviço com dedicação parcial aos PIs do SEFAG.

Sob este contexto, uma das diretrizes prioritárias deste Serviço foi a capacitação contínua de FFAs da sede e das Unidades Descentralizadas, possibilitando maior efetividade de execução das ações do PI, melhoria dos resultados e a abrangência, otimização de recursos e redução da sobrecarga de atividades na sede da Superintendência.

Treinamentos

A capacitação dos servidores do MAPA no Estado do Paraná envolvidos na execução das ações do SEFAG foi expressiva durante o ano de 2008, como parte do processo de melhoria constante das ações executadas por este Serviço; através de participação em eventos internos e externos nas diversas áreas de ação da fiscalização de insumos agropecuários.

Um resumo do programa de qualificação é apresentado no Quadro abaixo:

TABELA – QUALIFICAÇÕES OFERTADAS PARA SERVIDORES DO SEFAG, NO EXERCÍCIO DE 2008.

EVENTO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Nº SERVIDORES
Cursos	Especialização em Tecnologia de Produção de Fertilizantes (<i>conclusão em fevereiro de 2008</i>)	05
	Coordenador em Aviação Agrícola.	04
	Análise e controle de qualidade (na produção) de inoculantes (30/06 a 03/07/08).	02
	Operação dos Sistemas SICAR e SIPE do MAPA.	02
Congressos e simpósios	FERTBIO 2008 – Londrina-PR, de 15 a 19/09/08.	02
	XXVI I Ciclo Reuniões Sementes e mudas/CSM-PR	28
	Encontro de Fiscalização e 6º Seminário Nacional de Agrotóxicos.	03
	SEMUFLOR – CURITIBA/PR- Produção de Sementes e Mudan Florestais	03
	3º Encontro Nacional do Departamento de Fiscalização	06

	de insumos pecuários – DFIP/ S D A	
Feiras Agropecuárias	Show Rural Coopavel 2009	15
Reuniões Técnicas	Elaboração do Manual de Serviço de Fertilizantes	01
	Reunião Nacional de Fiscalização de OGMs	06
	Reuniões (04) para reformulação da Instrução Normativa n° 05 de 06 de agosto de 2004.	02
	Participação da XIV RELARE (Reunião da Rede de Laboratórios para a Recomendação, Padronização e Difusão de Tecnologia de Inoculantes Microbianos de Interesse Agrícola) de 3 a 4 de junho de 2008.	01
	Reunião Técnica estadual de Fiscalização do SEFAG/DT-PR, realizada com os FFAs e Agentes de fiscalização .	20
	Reunião Regional Sul de Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes de 09 a 13 de junho de 2008.	14
	Reunião Nacional Fertilizantes de 01 a 05 de dezembro de 2008.	08
	Reunião Nacional p/elaboração do manual de fiscalização de insumos agropecuarios	05
	Reunião Nacional da Fiscalização de Insumos Agrícolas.	26
	Reunião Nacional de Fiscalização de Insumos Pecuários	08
	Reuniões da CSM-PR e subcomissões	10
	Reunião Nacional de Fiscalização de OGMs	05
	Fiscalização Sementes com os FFAs do PR – Curitiba/Pr	20
	Produção De Batata-Sementes – São Paulo/Sp	01
	Reunião Técnica com Responsáveis Técnicos de Produtores de Sementes	03
	Reunião Definição Padronização de Procedimentos	03
	Reuniões Estaduais de procedimentos de fiscalização de insumos pecuários e metodologias de limpeza estabelecimentos	11
	I Reunião Anual de Insumos Agrícolas - RAIA	03
	Padronização de procedimentos de registro e fiscalização de material de multiplicação avícola.	02
	Legislação relativa à fiscalização dos estabelecimentos produtores de material de multiplicação animal e à padronização de procedimentos de auditoria nestes estabelecimentos	02
	Elaboração de módulo de certificação zootécnica para importação de doses de sêmen no sistema SIPE.	03
Palestras	Palestra proferida quando do Treinamento realizado de 29/09 a 03/10/08 em Paranaguá dos FFAs lotados no VIGIAGRO dos diversos estados da federação, objetivando a harmonização na análise de processos de importação de fertilizantes.	02

ATENDIMENTO AO CLIENTE

Cliente Externo

A execução das atividades deste Serviço, de maneira ágil e sob o manto da legalidade é o parâmetro focado na gestão, visto que aos clientes externos interessa a solução de suas demandas com a maior agilidade possível. Dentro deste contexto o SEFAG–Paraná, atuou sempre no sentido de garantir a satisfação dos mesmos.

As ações desenvolvidas contemplam a busca de procedimentos homogêneos no Serviço. O SEFAG atua no sentido de padronizar os métodos de ação dentro dos PI's, realizando reuniões internas entre os envolvidos e desenvolvendo procedimentos de ações únicos, adotando também a centralização das ações administrativas do Serviço, como meio de garantir homogeneidade e otimização da mão de obra disponível.

Mantém-se um permanente canal de contato com nossos clientes externos, com o intuito de esclarecer procedimentos e fornecer informações. Dentre essas ações, mencionamos a organização de eventos com clientes de segmentos das cadeias produtivas agropecuárias; atendimento ao público pessoalmente, via e-mail ou via telefônica; fornecimento de informações sobre o Serviço no momento das fiscalizações; divulgações na mídia, além de palestras e distribuição de impressos da legislação vigente.

Esta prática tem proporcionado a oportunidade de melhorias nos processos de gestão envolvidos neste Serviço .

Cliente Interno

Durante 2008, foram realizadas reuniões quinzenais entre os Serviços, com o intuito de troca de informações e desenvolvimento de estratégias conjuntas , sendo realizada ainda a qualificação de servidores das unidades descentralizadas, por meio de reuniões, treinamentos (*internos e externos*) ou desenvolvimento de forças-tarefa de trabalhos. Neste Exercício de 2008 foram propiciadas oportunidades de qualificação em ação ligadas a fiscalização de insumos agropecuários, para cerca de 70 servidores vinculados a ações do SEFAG.

GESTÃO DAS AÇÕES

AÇÃO 2124 – FISCINAN - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

FINALIDADE DA AÇÃO

Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes

utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuário em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2124 – FISCINAN , IMPLEMENTADA NO EXERCICIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Fiscalização realizada
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Insumos Pecuários - DFIP / SDA / MAPA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura no Paraná
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT-PR, Unidades Técnicas Descentralizadas
Coordenador nacional da ação	Coordenação de Produtos para Alimentação Animal (CPAA) / DFIP / SDA / MAPA – Fernanda Marcucci Tucci
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho e Alexandre Orio Bastos

RESULTADOS OBTIDOS

EXECUÇÃO DE METAS FÍSICAS

TABELA : DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FISCAIS REALIZADAS NO EXERCICIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCINAN. SFA -PARANA.

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUT.	PROGRAMADO	EXECUT.	%
1	Estabelecimentos Fiscalizados	Fiscalização	173	140	113	81
2	Produtos Fiscalizados	Fiscalização	126	170	118	69
3	Registro de Estabelecimento	Registro	51	Não programável	24	-
4	Registro de Produtos	Registro	1266	Não programável	1742	-
5	Autorização de importação	Autorização	3.441	Não programável	2796	-
6	Emissão de Certificados de Livre Venda	Certificação	49	Não programável	114	-
7	Emissão de Certificados Higienico Sanitário	Certificação	742	Não programável	774	-
8	Auto de Infração	Número de emissões	4	Não programável	79	-
9	Termo de Apreensão	Número de emissões	2	Não programável	12	-
11	Termo de Intimação	Número de emissões	0	Não programável	186	-
11	Treinamento Realizado	Técnicos Capacitados	13	-	11	-
12	Reunião Definição Padronização de Procedimentos	Técnico Participante	7	-	3	-

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

TABELA: DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ FISCALIZAÇÕES REALIZADAS ” , REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCINAN . SFA- PARANÁ .

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universo QT	Realizado CR ²		Unitário Program. 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2008		
173	140	113	535	32270,49	45.578,88	809,06	403,04

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

1 – Programação conforme SIPLAN

2 – Custo Realizado , extraído do SIAFI 2008

Observação: para o cálculo do custo realizado, unitário programado e unitário realizado, foram excluídos os valores referentes à aquisição de material permanente, pois não está estabelecido a forma de amortização.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008 , PARA O PLANO INTERNO FISCINAN. SFA- PARANÁ.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	16.520,04	R\$ 29.000,00	R\$ 26.184,18	R\$ 25.621,66	97,9
3390-30	7.069,84	R\$ 26.000,00	R\$ 11.500,00	R\$ 8.597,95	74,8
3390-33	6.245,93	R\$ 15.000,00	R\$ 11.244,00	R\$ 10.762,61	95,7
3390-36	0	-	-	-	-
3390-39	13.565,00	R\$ 31.500,00	R\$ 2534,00	R\$ 1620,43	63,95
3350-39	2.288,00	R\$ 5.476,03	-	-	-
4490-52	39,235,70	R\$ 6.292,00	-	-	-
3390-93	0	R\$ 29.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 594,04	49,5
TOTAL	R\$ 84.924,51	R\$ 113.268,03	R\$ 52662,18	47.196,69	89,62

INDICADORES DE DESEMPENHO

TABELA: INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISCINAN PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE . SFA-PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização realizada	-29,18	-50,18	80,71	21,12

Critérios avaliados:

Economicidade: custo médio da fiscalização realizada em 2008 em relação ao custo médio da fiscalização realizada em 2007.

Eficiência: custo da fiscalização realizada em 2008 em relação ao custo da fiscalização prevista em 2007.

Eficácia: Percentual de cumprimento das fiscalizações programadas para o ano de 2008.
Efetividade: percentual das fiscalizações realizadas em relação ao universo das empresas.

Legenda das tabelas

QP	Quantidade programada
QR	Quantidade realizada
QT	Quantidade total de unidades do universo
CR	Custo realizado
CUP	Custo unitário programado (CP2008:QP2008)
CUR	Custo unitário realizado (CR2008:QR2008)

Fórmulas de cálculo de indicadores

Economicidade	$[(CR2008 : CR2007) - 1] \times 100$
Eficiência	$[(CUR2008 : CUP2008) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2008 : QP2008) \times 100$
Efetividade	$(QR2008 : QT2008) \times 100$

COMENTÁRIOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

As ações desse PI foram definidas no SIPLAN pelo produto FISCALIZAÇÃO REALIZADA, cuja programação inicial era definida pelo órgão central em 49 unidades, meta que foi reprogramada de acordo com a disponibilidade de técnicos de atendimento ao PI, para 140 unidades.

A demanda hoje existente, nos itens não programáveis, requerimento de importação, registro de estabelecimentos, registro de produtos e emissão de certificados, vem crescendo consideravelmente ano a ano, e despedem hoje, grande parte do tempo disponível do pessoal técnico. E acabam sendo priorizados em detrimento do produto deste PI que é fiscalização realizada.

A necessidade de adequação por parte das empresas, como por exemplo as Instruções Normativas 04/2007 e 6.296/2007, também exigiram por parte dos FFAs que atuam na área grande demanda de tempo uma vez que houve necessidade de realizar inúmeras intimações, agravado pelo fato de não contarmos com pessoal administrativo de apoio.

A falta de pessoal técnico também é refletida no interior, onde das 11 unidades descentralizadas contamos com atuação parcial no ano de 2008 em apenas 4.

A não existência de FFAs para atuação em todas as Unidades Descentralizadas, aumenta nosso custo de fiscalização uma vez que passa ser necessária o deslocamento do FFA de uma regional diferente para execução da atividade, o além deste aumento diminui sua produtividade, pois parte do período o mesmo passa realizando o deslocamento de uma área a outra.

Tais fatos, acabam refletidos na efetividade do PI, uma vez que é cada vez maior o número de empresas, as ações são cada vez mais amplas, com inúmeras auditorias, não havendo consonância no incremento da capacidade técnica do Serviço.

A liberação de recursos ocorreu da forma programada, no que se refere as questões relacionadas ao funcionamento, fato positivo e que permite a execução das ações de fiscalização programadas. Entretanto não houve a liberação de recursos programados em material permanente, que visava a aquisição de computadores e impressoras portáteis, para o pessoal das unidades descentralizadas, equipamento de grande importância na área de alimentação animal, que utiliza todos seus formulários de maneira informatizada.

A nova Administração da SFA-PR, sensibilizada pelo apelo da área de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal, fez um levantamento dos técnicos que poderiam dispôr de algum tempo para execução de novas ações,

entretanto disponibilizou parcialmente o tempo de dois FFAs do interior, mas que não como não atuavam na área anteriormente, ficaram na dependência do treinamento que conseguimos realizar no final do ano.

Este dois novos técnicos treinados e a descentralização de algumas das atividades para os FFAs que já atuavam no interior, deixam uma perspectiva de melhoria realizações das ações do PI-FISCINAN para o ano de 2009 , mesmo assim o corpo técnico encontra-se bem abaixo do que consideramos necessário, consideramos hoje que temos cerca de 50% do efetivo para atendimento das ações da área de alimentação animal.

A liberação de recursos para a contratação de dois estagiários possibilitou melhoria nos controles de recebimento de documentação e de catalogo de dados, catalogação da documentação arquivada no estado, envio de relatórios, entretanto é preciso que este processo seja contínuo, a fim de que possamos concluir a implementação dos controles necessários e que todos os já implementados possam ser atualizados, como recebimento e expedição de autorizações de importação, controle e totalização de relatórios operacionais, dentre outros.

Como avaliação dos resultados obtidos pelo PI-FISCINAN, apesar da efetividade ainda ser bastante baixa e mantido o número de pessoal, não há perspectivas de melhora, uma vez que já há uma enorme sobrecarga sobre os técnicos do setor. Podemos considerar que houve uma melhoria expressiva na qualidade do processo fiscalizatório, com a ampliação do número de técnicos habilitados na análise de rotulagem, relatoria de processos, ações que até então eram única e exclusivamente realizadas aqui na sede e que hoje são também realizadas por técnicos das Unidades Descentralizadas.

As alterações ocorridas na legislação na área de produtos destinados a alimentação animal, foi bastante positiva para o setor, em que pese o aumento do período de fiscalização, pois houve a implementação do processo de Boas Práticas de Fabricação, exigindo a aplicação do roteiro de BPF e exigência de auditoria para habilitação, objetivando exportação ou fabricação de produtos como ração com medicamentos. Isto provocou uma diminuição já esperada da eficiência do processo fiscalizatório, pois a atividade exige muitas vezes a presença da fiscalização por mais de um dia no estabelecimento; entretanto hoje a mesma passou vários controles do processo produtivo para a própria empresa, deixando a União responsável por auditar este sistemas de controles e sugerir mudanças se necessário.

AÇÃO 2140 – FISPROVET 1 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2140 – FISPROVET1 , IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos colocados à disposição dos produtores rurais
Descrição	Fiscalização de produtos de uso veterinário
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CPV/DFIP/S D A /MAPA- Brasília

Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/SFA-PR e unidades descentralizadas(UTRA's) e SEAB-PR(atividades delegadas).
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinícius de Santana Leandro Junior
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho - SEFAG

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Realizam-se o registro, auditoria, fiscalização e inspeção de estabelecimentos fabricantes, importadores, manipuladores, prestadores de serviços, distribuidores ou comerciantes de produtos de uso veterinário, coleta, verificação de conformidade de produtos, análise fiscal de amostras, verificação do cumprimento da legislação pertinente quando do pedido de registro e renovação de registro de produtos de uso veterinário, autorização de importação, colaboração na elaboração de normas e atualização de manual de serviços. Todas estas ações visam à melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos colocados à disposição dos pecuaristas, com vistas a assegurar a produtividade dos rebanhos, sua sanidade e, por consequência, a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.

Os produtos de uso veterinário, de natureza farmacêutica e biológica, constituem insumos básicos que, empregados de forma

correta, proporcionam aumentos significativos na produção pecuária garantindo a sanidade do rebanho e a segurança alimentar, requisitos básicos para a garantia de exportação de produtos de origem animal.

As diversas modalidades de fiscalização executadas pelo PI FISPROVET1/SEFAG/DT/SFA-PR visam garantir a qualidade dos produtos ofertados aos pecuaristas compatíveis com as necessidades da sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

A inspeção e fiscalização da produção, importação, manipulação, distribuição e do comércio de produtos de uso veterinário, atividade obrigatória, é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, regulamentada pelo Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 e demais instrumentos legais (Instruções Normativas, Portarias, etc...).

A partir de 2007 incluiu-se nas atribuições deste PI Fisprovet1 a investigação das Violações dos Limites Máximos de Resíduos (LMRs) em alimentos. Estas investigações são requeridas por normas internacionais que regulam o comércio de produtos de origem animal, para aqueles países que desejam exportar seus produtos tem por objetivo, assegurar a oferta de medicamentos, vacinas, meios de diagnósticos e outros produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de qualidade, de modo que sejam compatíveis com as necessidades da sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

A fiscalização é executada pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná – SFA/PR, por meio dos Fiscais Federais Agropecuários lotados nos Serviços de Fiscalização Agropecuária SEFAG/SFA/PR.

Quanto ao tratamento das informações, no Plano Interno FISPROVET1 os documentos são recebidos pelo setor de Protocolo e, na sequência, os fiscais conferem antes de autuar o processo, visando evitar a tramitação de documentos incompletos ou que seriam indeferidos pelas não conformidades existentes.

A comunicação entre clientes internos e externos dá-se, além dos meios regulares, por e-mail objetivando maior agilidade nos questionamentos e respostas. Tratando-se de complementação de informação o e-mail poderá ser aceito e ser incluso no processo como documento válido.

O requerimento para importação de insumos e produtos acabados é recebido no protocolo e posteriormente encaminhado aos fiscais. Após analisado e julgado conforme será autorizado o embarque no sistema SISCOMEX. A empresa pode tomar ciência da anuência tanto através do sistema como pessoalmente através da segunda via do requerimento, retirado no protocolo.

Os documentos que necessitam serem protocolados são autuados e depois de entregues ao Responsável Técnico do PI, que os distribui aos fiscais.

Todas as solicitações de autorização de embarque analisadas são catalogadas em planilha do Excel, onde são registradas informações como data da solicitação, número do Licenciamento de Importação, nome do importador, produto, tipo de embalagem, quantidade, número do Requerimento para Importação, situação, entre outros detalhes. A finalidade deste controle é orientar a fiscalização das importações realizadas e a compatibilização dos usos dos produtos, evitando os desvios e controlando todos os destinos dos produtos, inclusive as inutilizações dos produtos tóxicos e outros contaminantes biológicos ou não, de acordo com as normas ambientais. Este banco de dados é alimentado com apoio de estagiário.

As consultas e questionamentos do público externo são atendidos via telefone, via e-mail ou presencialmente, através de reunião técnica com os representantes das empresas. Estas reuniões são importantes para orientar as empresas quanto as exigências legais para o andamento dos processos de registro de estabelecimentos e produtos e as adequações necessárias às legislações, proporcionando esclarecimentos primordiais aos usuários.

Desde 2005 o PI vem realizando auditorias nas empresas com objetivo de aprofundamento nas fiscalizações.

As ações executadas pelos fiscais nas unidades descentralizadas são repassadas ao responsável técnico do PI para análise dos atos fiscais e reunidas com as demais para computar as atividades e ações do PI.

As diárias e as requisições de bilhetes de viagem são emitidas manualmente, mas observamos que quando era possível utilizar o SIDOC, este trabalho era mais ágil e oferecia maior transparência e controle.

O controle dos recursos financeiros aplicados nas ações do PI são organizados em planilha e a cada lançamento é calculado o saldo, evitando o ordenamento de despesas sem o devido lastro financeiro.

No SICAR são lançados os processos oriundos de auto de infração e em caso de multas, são gerados boletos de cobrança de multas. As multas são acompanhadas até sua liquidação ou o encaminhamento para a dívida ativa.

O SIPEORA só é utilizado para registro de estabelecimento mas não para produtos. A falta de pessoal administrativo e a baixa operacionalidade do sistema não nos permitem utilizar de forma plena. Este sistema é antigo e poderia ser atualizado, facilitando e agilizando seu uso.

Todos os controles efetuados via planilhas atendem às suas finalidades, porém seria interessante termos um sistema de maior segurança.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

O produto FISCALIZAÇÃO REALIZADA considerado para efeito de cálculos dos indicadores é composto pela somatória das fiscalizações, inspeções e auditorias em estabelecimentos, fiscalizações em produtos, investigação dos avisos de violação nos limites máximos de resíduos em alimentos destinados ao consumo humano e supervisão da atividade de fiscalização do comércio delegada à SEAB-PR. Além das ações de fiscalização direta, os Fiscais Federais Agropecuários que atuam neste PI executam outras ações que estão listadas no quadro abaixo.

TABELA- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISPROVET1/SEFAG/DT/SFA-PR.

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Licenciar estabelecimento	Unidade	57	54	48	88,88
2	Colher amostra de produto	Unidade	228	Não Programável	233	100,00
3	Autorização de importação	Unidade	165	Não Programável	165	100,00
4	Auditoria na SEAB-PR – Auditoria da atividade delegada	Unidade	Não Programável	20	0	0,00
5	Participar de reunião técnica	Unidade	22	Não Programável	33	100,00
6	Fiscalizar estabelecimento	Unidade	119	116	186	160,34
7	Auditoria	Unidade	3	2	1	50,00
8	Análise de processo	Unidade	224	Não Programável	291	100,00
9	Licenciar, Cadastrar e Apostilar produtos	Unidade	Não Programável	Não Programável	69	100,00
10	Autos de infração e multa	Unidade	6	Não Programável	29	100,00
11	Termos de apreensão, interdição, etc.	Unidade	2	Não Programável	15	100,00
12	Investigação Violações	Unidade	3	Não Programável	4	100,00
	TOTAL		829		1037	125,09

PRODUTO- FISCALIZAÇÃO REALIZADA

TABELA- DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “FISCALIZAÇÕES REALIZADAS”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISPROVET1/SEFAG/DT/SFA-PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT	Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2008		
270	116	186	64	43.808,51	49.221,21	516,07	264,63

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

1 – Programação conforme SIPLAN 2008

2 – Custo Realizado , extraído do SIAFI 2008

Observação : para o cálculo do custo realizado foi excluído os valores referentes à aquisição de material permanente, pois não esta estabelecido a forma de amortização.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA- DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISPROVET1/SEFAG/DT/SFA-PR.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/ L
3390-14	17.598,78	20.000,00	19.567,31	19.567,31	100,00
3390-30	4.136,96	6.000,00	6.187,00	6.187,00	100,00
3390-33	17.372,77	22.000,00	19.230,00	18.818,80	97,86
3390-36	-	-	-	-	-
3390-39	4.700,00	5.000,00	2.500,16	2.500,16	100,00
3350-39	-	6.864,00	-	-	-
4490-52	60.000,00	-	2.148,00	2.148,00	100,00
Outros(especificar)	-	-	-	-	-
TOTAL	103.808,51	59.864,00	49.632,47	49.221,21	99,17

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISPROVET1/SEFAG/DT/SFA-PR PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização realizada	12,35	95,02	160	290,63

Critérios avaliados:

Economicidade: custo médio da fiscalização realizada em 2008 em relação ao custo médio da fiscalização realizada em 2007.

Eficiência: custo da fiscalização realizada em 2008 em relação ao custo da fiscalização prevista em 2008.

Eficácia: Percentual de cumprimento das fiscalizações programadas para o ano de 2008.

Efetividade: percentual das fiscalizações realizadas em relação ao universo das empresas.

Legenda das tabelas

QP	Quantidade programada
QR	Quantidade realizada
QT	Quantidade total de unidades do universo
CR	Custo realizado
CUP	Custo unitário programado (CP2008:QP2008)
CUR	Custo unitário realizado (CR2008:QR2008)

Fórmulas de cálculo de indicadores

Economicidade	$[(CR2008 : CR2007) - 1] \times 100$
Eficiência	$[(CUR2008 : CUP2008) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2008 : QP2008) \times 100$
Efetividade	$(QR2008 : QT2008) \times 100$

A definição do produto e a quantidade a realizar foram programadas pela Coordenação de Produtos Veterinários – CPV e lançadas como metas no SIPLAN. Estas metas foram corrigidas passando de 68 para 116 anuais. Ainda assim esta programação foi superada tendo sido executada 186 fiscalizações. Este aumento

deveu-se principalmente à demanda por parte das empresas e à mudança de metodologia da fiscalização.

Embora tenham sido cumpridas as metas físicas estabelecidas pela CPV e também corrigidas para maior, existem diferenças entre as fiscalizações realizadas em cada tipo de estabelecimento, de produto e depende dos objetivos a serem atingidos. A fiscalização dos estabelecimentos divide-se em fiscalização para efeito de renovação de registro, verificação de alterações ou outras modificações nas instalações. É feita anualmente e dá-se de maneira simplificada, enquanto que a fiscalização dos estabelecimentos com base nas Boas Práticas de Fabricação – BPF é mais complexa demandando maior tempo com maior utilização de pessoal e recursos.

Os recursos disponibilizados foram suficientes para o cumprimento das metas estabelecidas. Parte dos recursos foram utilizados no desenvolvimento de atividades junto à CPV e ao DFIP, ambos na administração central em Brasília, tendo como consequência o aumento do custo da fiscalização. No entanto as atividades desenvolvidas junto à estes setores tem consequências na melhoria e na qualificação dos técnicos e faz parte do conjunto de atividades correlatas pertinentes ao PI FISPROVET1.

As fiscalizações dos produtos e de seus desvios/irregularidades são inclusas nas fiscalizações em BPF ou realizadas objetivamente quando necessárias. Estas atuações foram intensificadas com a chegada de mais dois fiscais no ano de 2007.

As fiscalizações realizadas com base nas Boas Práticas de Fabricação – BPF são as que possibilitam alcançar as finalidades regimentais do PI FISPROVET1.

A supervisão da atividade delegada ao Estado, que fiscaliza o comércio de produtos de uso veterinário, ficou aquém do necessário, não cobrindo a totalidade das regiões do Paraná, por falta de fiscais que atuem no PI.

Existe a demanda regular de serviços obrigatórios e imprescindíveis ao funcionamento das empresas (registro/renovação de estabelecimento e de produtos, autorizações de embarque para importação, análise de alteração de relatórios técnicos, análise de rotulagem, coleta de amostra para análise fiscal, etc.) que absorvem a maior parte do tempo dos Fiscais no PI. Estas atividades não estão computadas sob a denominação de fiscalização realizada e, portanto, não fazem parte das metas a serem atingidas e contabilizadas pelo SIPLAN.

A melhoria da fiscalização trouxe como consequência o aumento do número de autuações e, conseqüentemente, do número de penalidades aplicadas. Em contrapartida verificamos a diminuição das infrações cometidas pela fabricação de produtos não conformes e no ano de 2008 apenas um lote foi reprovado e nenhum lote foi solicitado para contraprova.

O acúmulo de processos na CPV/DFIP em Brasília demanda anualmente a atividade de fiscais do Paraná para analisarem estes processos o que reduz consideravelmente a força de trabalho disponível. Entretanto este apoio dado à CPV/DFIP é também importante para o PI FISPROVET1, pois lá são analisados processos de interesse das empresas do Paraná, além de outros estados, diminuindo o tempo de respostas aos requerimentos das empresas paranaenses. Desta forma é importante a continuidade deste apoio.

No ano de 2007 houve descontinuidade do auxílio de estagiários que, devido a ausência de servidor administrativo, atua como substituto deste, suprimindo parcialmente esta carência.

Estava prevista para o ano de 2008 a adoção do SUASA – Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários. As adequações e os entendimentos estão em discussão e o regime de fiscalização do comércio passará a ser de auditoria nas unidades administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do

Paraná. Espera-se uma melhoria nos controles e uma maior autonomia da SEAB na execução da fiscalização. Embora os entendimentos entre o MAPA e a SEAB-PR tivessem sido concluídos, na prática houve desistência, por parte do DFIP, com o adiamento da reunião marcada para janeiro de 2008, sem que depois tivesse sido retomado os entendimentos. Este fato impediu o atendimento das expectativas entre a Superintendência do Paraná e a SEAB.

As análises fiscais de produtos para detecção de não conformidades não são realizadas e tem fragilizado a fiscalização perante as empresas quando não possibilita confirmar as suspeitas de irregularidades e fraudes. A Superintendência do Paraná tem procurado suprir esta deficiência com parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, que realizou algumas análises sob a supervisão de um Fiscal Federal Agropecuário.

Acreditamos que a realização das análises fiscais em produtos farmacêuticos e a ampliação destas análises em produtos de natureza biológica trarão uma diminuição da fabricação de produtos não conformes, assim como já foi verificado nos produtos onde são realizadas as análises fiscais.

O PI FISPROVET1 não possui um manual de procedimentos ou instrução de serviço que padronize os procedimentos de todos os fiscais em todos os estados.

Dentre as 17 unidades descentralizadas do MAPA no estado do Paraná apenas 2 desenvolveram os trabalhos necessários ao PI FISPROVET1, embora disponham de fiscais lotados nestas regiões. Este fato tem como consequência o não cumprimento das auditorias junto à SEAB-PR no acompanhamento das atividades delegadas. Acreditamos que uma decisão administrativa de que sejam cumpridas as demandas de todos os PIs, inclusive do PI FISPROVET1 trará melhorias e economicidade às ações.

Há necessidade de um servidor administrativo para atender a crescente demanda das atividades executadas neste PI.

Podemos concluir que no ano de 2008 a execução das atividades do PI FISPROVET1 teve uma boa performance, tendo atingido seus objetivos e apresentado progressos e melhorias.

AÇÃO 2141 – FISFECOI – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES CORRETIVOS E INOCULANTES

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2141 – FISFECOI , IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Tipo	Finalística
Finalidade	Melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/SDA
Unidades executoras	Superintendência Federal da Agricultura no Paraná
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, a cargo do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/PR
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

As atividades desenvolvidas na fiscalização da produção e comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes, visam à melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos colocados à disposição dos produtores rurais, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência, contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.

Compreende o Registro e certificação de estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.

Os fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes constituem insumos básicos que, empregados de forma correta, proporcionam aumentos significativos na produção agrícola.

A fiscalização sobre a produção e o consumo torna-se extremamente necessária de forma a inibir a existência no mercado de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometem a produtividade das culturas e a renda dos agricultores.

A inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes, atividade obrigatória, é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto na Lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004.

A fiscalização é executada pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná – SFA/PR, por meio dos Fiscais Federais Agropecuários lotados nos Serviços de Fiscalização Agropecuária SEFAG/SFA.

Concentra-se nas regiões de maior volume de produção e consumo, e sobre as importações. Atendimento prioritário é dado à apuração de denúncias sobre produtos não conformes, assim como prioridade terá a identificação da produção, importação e comercialização de produtos marginais e fraudados, adotando-se as medidas fiscais cabíveis a estas situações.

Durante a ação fiscal verificam-se: as condições de armazenamento das matérias-primas e produtos acabados, funcionamento adequado dos equipamentos de produção, o controle de qualidade adotado pelas empresas, além da conformidade dos rótulos, embalagens, material de propaganda e divulgação, e emissão de documentos fiscais.

Consiste em importante meio de fiscalização, a colheita de amostras para realização de análises fiscais, visando verificação da conformidade da qualidade dos insumos. A partir da publicação da Instrução Normativa SDA nº 27/2006, verifica-se também se os insumos apresentam-se dentro dos limites máximos admitidos para contaminantes (principalmente metais pesados tóxicos).

As amostras colhidas deverão ser dos lotes significativos, evitando assim amostrar lotes com pequenas quantidades de produto, excetuados os casos de apuração de denúncias ou de indícios de irregularidade.

RESULTADOS METAS FÍSICAS

TABELA - FISCALIZAÇÃO REALIZADA NO PLANO INTERNO FISFECOI/SFA-PR

N. º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE E MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Fiscalização em Estabelecimentos	Unidade	276	350	270	77,14
2	Fiscalização em Produtos	Unidade	655	504	689	136,70
	FISCALIZAÇÃO REALIZADA TOTAL	Unidade	931	854	959	112,29

O produto FISCALIZAÇÃO REALIZADA considerado para efeito de cálculos dos indicadores, é composto pela somatória das fiscalizações em estabelecimentos, fiscalizações em produtos e amostras coletadas. Além das ações de fiscalização direta, os Fiscais Federais Agropecuários que atuam neste PI executam outras ações que estão listadas no quadro abaixo.

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO PLANO INTERNO FISFECOI/SFA-PARANÁ, EXERCÍCIO DE 2008.

OUTRAS AÇÕES REALIZADAS		UNID	TOTAL EXECUTADO 2007	TOTAL EXECUTADO 2008
PARECERES EMITIDOS QUANDO DA ANÁLISE DE PROCESSO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO		nº	366	444
PARECERES EMITIDOS QUANDO DA ANÁLISE DE PROCESSO DE CADASTRO DE ESTABELECIMENTO		nº	Não aferido	70
PARECERES EMITIDOS QUANDO DA ANÁLISE DE PROCESSO DE REGISTRO DE PRODUTO		nº	193	353
ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS E REGISTROS RENOVADOS		nº	45	54
PRODUTOS REGISTRADOS		nº	876	1.307
ANÁLISES DE LICENÇAS DE IMPORTAÇÃO		nº	1.893	1.290
TERMO DE FISCALIZAÇÃO EMITIDO		nº	276	275
AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDO		nº	132	153
PRODUTOS APREENDIDOS		nº	37	20
PRODUTOS AMOSTRADOS	FERTILIZANTES SÓLIDOS	nº	477	470
		ton	121.490,25	105.233,1
	FERTILIZANTES LÍQUIDOS	nº	38	77
		1000 l	177,56	259,78
	CORRETIVO	nº	40	24
		ton	21.895	25.337,732
	INOCULANTE	nº	62	89
		1000 Doses	3.150,716	4.922,694
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO JULGADO EM 1ª INSTÂNCIA		nº	61	128

Além das atividades desenvolvidas acima relacionadas, outros serviços são realizados, demandando tempo dos Fiscais, porém não existe no momento parâmetros de comparação estabelecidos os quais no futuro poderão ser incluídos a medida que o banco de dados seja gerado, sendo eles;

- 1- Número de rótulos de produtos analisados: 227
- 2- Número de pedidos de registro de produtos analisados e indeferidos: 416
- 3- Outros Pareceres Técnicos emitidos: 74

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA- DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISFECOI/SFA-PARANÁ.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% L/E
3390-14 (diárias)	39.827,37	61.115,58	60.712,00	59.581,25	98,14%
3390-30	24.209,72	45.611,00	30.500,00	28.683,94	94,05%
3390-33 (passagens)	3.132,47	Por demanda	23.000,00	19.739,97	85,83%
3390-36 (serv. 3º pessoa física)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
3390-39 (serv. 3º pessoa jurídica)	22.034,38	37.083,00	12.000,00	7.635,70	63,63%
3350-39 (estagiários)	10.235,69	13.728,00	1.144,00	266,20	23,27%*
4490-52 (investimentos)	144.898,75	215.000,00	26.690,00	26.690,00	100%
TOTAL	244.338,38	372.537,58	154.046,00	142.597,06	92,57%

* Valores referente ao pagamento de estagiários liquidado em Brasília

O recurso disponibilizado no elemento 4490.52 foi destinado à compra de um armário para uso nas dependências do PI FISFECOI, e o restante no compartilhamento para aquisição de veículos. Devido às dificuldades de obtenção de dados individualizados, as informações sobre os recursos financeiros aplicados estão contemplados na tabela acima, não sendo descritas nos relatórios de gestão de outros PI's beneficiados.

Os valores programados no elemento 3390-39 (serv. 3º pessoa jurídica) e realmente executados em 2008 ficaram abaixo do previsto em decorrência da aquisição de veículos novos, o que reduziu sensivelmente as despesas em manutenção de veículos.

Os valores previstos no elemento 4490-52 (investimento) não foram liberados / aplicados. A aquisição de veículos que se daria em 2008, foi concretizada em dezembro de 2007, após a elaboração do plano operativo – POA 2008.

GRÁFICO- DEMONSTRATIVO DE RECURSOS LIBERADOS NO PI FISFECOI, COMPARADO COM VALORES ARRECADADOS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE MULTAS – SFA/PARANÁ – EXERCÍCIO 2008.

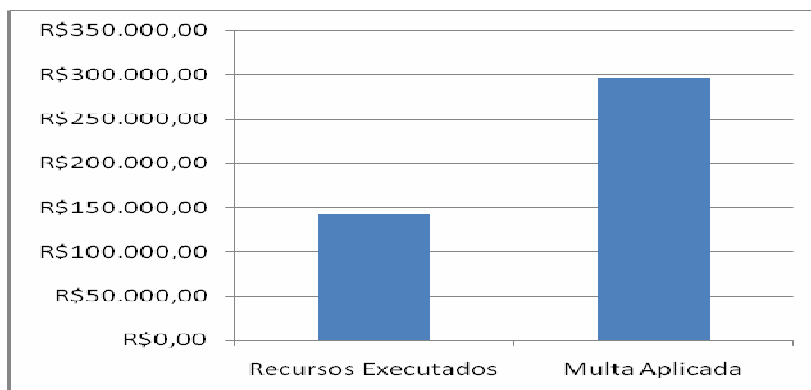


TABELA - ÍNDICE DE CONFORMIDADE DOS PRODUTOS FISCALIZADOS PARA O PLANO INTERNO FISFECOI/SFA-PARANÁ. EXERCÍCIOS 2005 A 2008.

No quadro abaixo é apresentado o índice de conformidade dos produtos fiscalizados, o qual também é considerado pela coordenação nacional do PI como indicador de desempenho da atividade de fiscalização.

META		2005	2006	2007	2008
ÍNDICE DE CONFORMIDADE	MINERAL SIMPLES / COMPLEXO	100%	74%	95%	95%
	MINERAL MISTO	69%	86%	90%	88%
	FERTILIZANTE MINERAL LÍQUIDO	100%	61%	100%	68%
	FERTILIZANTE ORGÂNICO/ ORGANOMINERAL/ BIOFERTILIZANTE SÓLIDO	-	-	25%	100%
	FERTILIZANTE ORGÂNICO/ ORGANOMINERAL/ BIOTERTILIZANTE LÍQUIDO	-	-	-	-
	CORRETIVO	69%	95%	100%	94%
	CONDICIONADOR	-	-	-	100%
	SUBSTRATO	-	-	-	-
	INOCULANTE	82%	94%	82%	77%

A série histórica apresentada acima tem início no ano de 2005, isto se deve ao fato de que em no dia 28 de outubro de 2004 foi publicada a Instrução Normativa n° 10, alterando os limites de tolerância admitidos para os resultados analíticos apresentados nos produtos fiscalizados, sendo utilizado como base de comparação somente produtos amostrados após a referida normativa.

DESEMPENHO OPERACIONAL E INDICADORES DE DESEMPENHO

A partir de 2008 a Coordenação de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes passou a utilizar, para todas as unidades da Federação, um programa de acompanhamento dos Indicadores de Desempenho, no qual os Responsáveis Técnicos se encarregam de compilar os dados e promover o lançamento dos mesmos. Os resultados de 2008 são apresentados em 07 telas conforme segue:

Tela 01 – Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no Paraná.

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes** (economicidade)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a evolução do custo da ação de fiscalização, comparando com o custo apurado em períodos anteriores.

5. Índice inicial de referência: **não apurado** (2007)

6. Esperado em 2008: **0,95**

7. Padrão de desempenho:

Bom	abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

Cálculo:

OE(UF): R\$	115.907,06	0,65
NFE (UF):	959	
OEAA(UF): R\$	173.570,00	
NFEAA(UF):	931	

Fonte:

OE(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (in	SIOR e SIAFI
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano).	Relatório mensal de atividades
OEAA(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período anterior (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de ca	SIOR e SIAFI
NFEAA(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período anterior (ano).	Relatório mensal de atividades

Tela 02 – Custo apurado por fiscalização em relação ao programado (eficiência)

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **Custo apurado por fiscalização em relação ao programado** (eficiência)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a relação do custo apurado por fiscalização em relação ao custo programado no ano.

5. Índice inicial de referência: **não apurado** (2007)

6. Esperado em 2008: **1,1**

7. Padrão de desempenho:

Bom	abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

Cálculo:

OE(UF): R\$	115.907,06	0,59
NFE (UF):	959	
OP(UF): R\$	173.570,00	
NFEP(UF):	854	

Fonte:

OE(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (in	SIOR e SIAFI
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano).	Relatório mensal de atividades
OP(UF)	Orçamento de custeio programado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano).	Plano operativo anual (POA)
NFEP(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos programadas no período (ano).	Plano operativo anual (POA)

Tela 03 – Fiscalização realizada em relação ao programado (eficácia)

- Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
- Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)
- Denominação (nome do indicador): **Fiscalização realizada em relação ao programado** (eficácia)
- Finalidade do indicador: Avaliar o cumprimento da meta de fiscalização estabelecida na Lei orçamentária anual (LOA).
- Índice inicial de referência: **0,85** (2007)
- Esperado em 2008: **0,95**
- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,89
Ruim	abaixo de 0,59

Cálculo:

INSIRA OS DADOS NAS CÉLULAS ABAIXO

▼

TFR:	959	
TFP:	854	1,12

Fonte:

TFR	TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM PRODUTO + TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS (linha 27 do relatório mensal - valor lançado no SIPLAN)	Relatório mensal de atividades
TFP	TOTAL DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS	SIPLAN e Plano Operativo Anual (POA)

Tela 04 – Fiscalização realizada em estabelecimento produtor (eficácia)

- Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
- Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)
- Denominação (nome do indicador): **Fiscalização realizada em estabelecimento produtor** (eficácia)
- Finalidade do indicador: Avaliar se todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados no período. Calculado somente nas SFA que possuem indústrias. A diretriz da Coordenação Nacional é para que todos os estabelecimentos sejam fiscalizados pelo me
- Índice inicial de referência: **não apurado** (2007)
- Esperado em 2008: **0,95**
- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,89
Ruim	abaixo de 0,59

Cálculo:

INSIRA OS DADOS NAS CÉLULAS ABAIXO

▼

EF:	105	
TER:	149	0,70

Fonte:

EF(UF)	Estabelecimento produtor Fiscalizado no ano (sem repetição)	Relatório semestral
TER(UF)	Número total de Estabelecimento produtor registrado	SIPE

Tela 05 – Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual do estado (eficácia)

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual** (eficácia)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação ao consumo anual de fertilizantes minerais. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 3% do consumo anual de fertilizante

5. Índice inicial de referência: **2,1%** (2007)

6. Esperado em 2008: **2,5%**

7. Padrão de desempenho:

Bom	acima de 2,1%
Regular	1,0 a 2,1%
Ruim	abaixo de 1,0%

Cálculo:

INSIRA OS DADOS NAS
CÉLULAS ABAIXO

▼

FMA:	105233,1	
FMC:	2700000	3,90%

Fonte:

FMA	FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS)	Relatório mensal de atividades
FMC	FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO CONSUMIDO NO ANO (QUANTIDADE)	Mapas trimestrais de produção e anuário estatístico da ANDA

Tela 06 – Corretivo amostrado em relação a produção anual (eficácia)

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **Corretivo amostrado em relação a produção anual** (eficácia)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação à produção anual de corretivos. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 5% da produção anual de corretivos.

5. Índice inicial de referência: **4%** (2007)

6. Esperado em 2008: **4,5%**

7. Padrão de desempenho:

Bom	acima de 4%
Regular	2,5 a 4%
Ruim	abaixo de 2,5%

Cálculo:

INSIRA OS DADOS NAS
CÉLULAS ABAIXO

▼

CA:	25.338	
CP:	4.395.517	0,58%

Fonte:

CA	CORRETIVO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS)	Relatório mensal de atividades
CP	CORRETIVO PRODUZIDO NO ANO (TONELADAS)	Mapas trimestrais de produção

Tela 07 – Inoculante amostrado em relação a produção anual (eficácia)

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **inoculante amostrado em relação à produção anual** (eficácia)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação a produção anual de inoculante. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 20% da produção anual de inoculantes.

5. Índice inicial de referência: **não apurado** (2007)

6. Esperado em 2008: **20%**

7. Padrão de desempenho:

Bom	acima de 18%
Regular	12 a 17,9%
Ruim	abaixo de 12%

Cálculo:

INSIRA OS DADOS NAS
CÉLULAS ABAIXO

▼

IA:	664	
IC:	10.072	6,59%

Fonte:

IA	INOCULANTE NACIONAL AMOSTRADO NO ANO (1000 DOSES)	Termos de coletas de amostras (TCA)
IC	INOCULANTE PRODUZIDO NO ANO (1000 DOSES)	Mapas trimestrais de produção

As atividades de inspeção e fiscalização de estabelecimento produtor, importador e exportador de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes, são desenvolvidas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados na sede da SFA/PR e por Fiscais lotados nas UTRAS e UVAGROS do interior do Estado.

A produção de fertilizante, corretivo, inoculante e biofertilizante são atividades sazonais, com períodos de acentuada produção e dependente da demanda dos produtores rurais. Conseqüentemente, a programação da meta FISCALIZAÇÃO REALIZADA é feita com base no histórico de produção destes insumos, considerando-se também as diretrizes de metas físicas e restrições orçamentárias determinadas pelo Coordenador Nacional do PI.

As amostras colhidas pela fiscalização são analisadas pelos laboratórios, oficiais ou credenciados, ligados a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA. Os laboratórios oficiais estão localizados em Belém - PA, Recife - PE, Varginha - MG, Goiânia - GO, Jundiaí - SP e Porto Alegre - RS. São laboratórios credenciados no MAPA para realização de análises fiscais: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC e Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO/RS.

O indicador de desempenho apresentado, nos mostra que apesar do cumprimento da meta “fiscalização realizada” ter sido cumprida, outras atividades programadas no POA 2008 não o foram, isto se deve ao fato do quadro de fiscais existentes não ser suficiente para atender a demanda crescente de produção de fertilizantes no Estado do Paraná, problema este que se agrava em decorrência da implantação de novas indústrias e conseqüente incremento da capacidade instalada.

A aposentadoria de fiscais e a crescente demanda apresentada por outros serviços aos fiscais lotados no interior, vem dificultando ainda mais o cumprimento das metas com conseqüente melhoria dos indicadores de desempenho.

Nos indicadores de desempenho não são especificadas eventuais fiscalizações em estabelecimentos comerciais. No Estado do Paraná há a Lei Estadual nº 9056/89 e seu regulamento, o Decreto Estadual nº 6710/90, que em conformidade com o que estabelece o art. 4º do Anexo ao Decreto Federal 4954/04, habilita o Estado através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, supletivamente realiza a fiscalização nos estabelecimentos comerciais, procedendo à amostragem de fertilizantes disponibilizados pelos mesmos aos agricultores. Atualmente existem Cadastrados pela SEAB, 1800 estabelecimentos comerciais aptos a realizar o comércio de fertilizantes, os quais são regularmente fiscalizados por 48 Fiscais lotados no Departamento de Fiscalização de Insumos - DFI desta Secretaria Estadual.

A tabela abaixo demonstra os números parciais de produtos amostrados e índices de conformidade obtidos pela fiscalização realizada pelo Estado, que se somados ao realizado pelo MAPA ampliam o universo da fiscalização no tocante a constante busca do poder público em fornecer insumos de qualidade aos produtores rurais.

<i>*Acompanhamento dos resultados de análises dos fertilizantes coletadas pela SEAB no Estado do Paraná, durante o período de 1.991 à 2.008.</i>			
ANO	AMOSTRAS	AMOSTRAS	DESCONFORMIDADE
	(Nº)	DESCONFORMES (Nº)	% (1)
1991	33	4	12,1

1992	424	67	15,8
1993	416	63	15,2
1994	595	108	18,1
1995	285	39	15,2
1996	444	38	8,5
1997	325	47	14,5
1998	596	69	11,6
1999	657	131	19,9
2000	812	146	18,0
2001	784	138	17,6
2002	786	99	12,6
2003	670	87	13,0
2004	390	49	12,6
2005	365	112	30,7
2006	608	174	28,6
2007(2)	700	147	21,0
2008 (2)	723	93	12,9

Fonte: DFI/DEFIS/SEAB

(1) Desconformidade (%): Produto da divisão do número de amostras em desconformes com as garantias ou especificações pelo número total de amostras analisadas, expresso em porcentagem.

(2) Informações preliminares das amostras analisadas até o mês de outubro do ano 2.008.

*Fonte: <http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/defis/ferti.xls>

A grande demanda de registros de produtos, registros/renovação de registros de estabelecimentos e consultas por parte dos interessados, exigiu grande dedicação por parte dos fiscais e do agente de atividade agropecuária lotados na sede, em consequência, menor tempo dos mesmos foram dedicados às atividades de fiscalização externa.

Na sede da SFA/PR para desenvolvimento normal das atividades são utilizados sistemas operacionais informatizados como, SIPEORACLE, SICARORACLE, SISCOMEX, SIPEWEB, SIGID, SIPLAN e SIOR.

A manutenção da fiscalização intensiva dos estabelecimentos e produtos abarcados pela Lei Federal nº 6.894/80, nos possibilitará atingir os objetivos do PI que é a melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos colocados à disposição dos produtores rurais.

AÇÃO 2177 – FISCAGRIC- FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2177 – FISCAGRIC , IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Fiscalizar os trabalho da aviação agrícola, em conformidade com os padrões técnicos operacionais e de segurança para o meio ambiente, populações rurais, operadores aeroagrícolas e entidades de ensino, objetivando a proteção às pessoas, bens e ao meio ambiente, por meio da redução de riscos oriundos do

	emprego de produtos de defesa agropecuária via aérea.
Descrição	Fiscalização da Operação Aeroagrícola
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Mecanização e Aviação Agrícola/ MAPA/ BRASILIA
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-PR
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardegan
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho e Pedro Alberto Melco

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Fiscalização da atividade de aviação agrícola, com a finalidade de assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCAGRIC . SFA-PARANA .

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Empresa Fiscalizada	Unidade	50	66	68	103
2	Inspeção para Registro	Unidade		0	2	
3	Processo Administrativo Formalizado	Unidade	3		9	
4	Análise de Relatórios	Unidade	281	300	288	96
	TOTAL					

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Fiscalização de empresas prestadoras de serviços aero-agrícolas.

TABELA- DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ FISCALIZAÇÕES REALIZADAS ” , REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCAGRIC . SFA- PARANA .

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 - CUR
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT	2007	2008		
50	66	68	26	13.458,00	39.227,34	227,27	577,60

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitario programado

CUR- custo unitario realizado

1 – Programação conforme SIPLAN

2 – Custo Realizado , extraído do SIAFI 2008

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008 , PARA O PLANO INTERNO FISCAGRIC . SFA-PARANA.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/ L
3390-14	7.762,08	8.000,00	13.965,00	13.503,54	96,69
3390-30	1.941,29	7.000,00	8.985,00	6.923,80	77,06
3390-33		0	12.950,00	12.950,00	100
3390-39		0	6.500,00	5.850,00	90
449042	53.015,60				
TOTAL	62.718,97	15.000,00	42.400,00	39.227,34	92,51

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA - INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISCAGRIC, PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE . SFA-PARANA.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização em empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas	191,47	154,14	103,03	261,53

Formulas:

Economicidade	$[(CR2008 : CR2007) - 1] \times 100$
Eficiência	$[(CUR2008 : CUP2008) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2008 : QP2008) \times 100$
Efetividade	$(QR2008 : QT2008) \times 100$
Custo unitário programado	$(CP2008 : QP2008)$
Custo unitário realizado	$(CR2008 : QR2008)$

No ano de 2008, foi realizado um curso de Coordenador em Aviação Agrícola para 5 fiscais de outros estados e 4 fiscais do Estado do Paraná, totalizando nove Fiscais, e com isto houve uma melhoria na qualidade das fiscalizações; conseqüentemente uma melhora nos serviços prestados pelas prestadoras de serviços aeroagrícola.

Ainda nas atividades, vale ressaltar que em 2008 foi implantada a nova Instrução Normativa nº 02 de 03/01/2008, que versa principalmente sobre a nova exigência em termos de pátio de descontaminação, com forte preocupação com o meio ambiente.

Por fim, considerando a alta periculosidade, o grande risco que a aviação agrícola oferece em termos de acidentes, destacamos o baixo índice de acidentes no Estado do Paraná, além da alta tecnologia e precisão, ressaltando que a atividade vem apresentando ótimos resultados para a agropecuária no Estado, contribuindo para uma melhor condição fitossanitária das lavouras, e melhores produtividades e lucratividade.

AÇÃO 2019 – FISCGENE- FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2019 – FISCGENE , IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	finalística
Finalidade	Fiscalização e registro de estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviço em material genético animal; registro de estabelecim. avícolas de reprodução, por força do Regimento Interno das SFAs.
Descrição	Fiscalização de material genético animal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Insumos Pecuários - DFIP / SDA / MAPA
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura no Paraná
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT-PR e Unidades Técnicas Descentralizadas
Coordenador nacional da ação	Divisão de Material Genético Animal / DFIP / SDA / MAPA – Beronete Barros de Freitas Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho, Chefe do SEFAG; Eloisa Prehs Montrucchio, Responsável Técnico; e Eliziê Bastos Antoniutti, RT substituto.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

As ações desenvolvidas pelo FISCGENE visam assegurar aos pecuaristas a garantia da qualidade e identidade dos materiais genéticos animais disponíveis no mercado, com vistas à segurança e confiabilidade da pecuária nacional.

Para que este objetivo seja atingido, são desenvolvidas ações que contemplam a orientação e conscientização do público interessado, o registro dos estabelecimentos que se dedicam à produção, comercialização e prestação de serviços em material de multiplicação animal e à tecnologia da reprodução em animais de interesse zootécnico;, fiscalizações de rotina e auditorias nos estabelecimentos registrados, além do controle de inscrições e baixas de doadores de material genético animal conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; colaboração na elaboração de normas e atualização de manual de procedimentos; capacitação de técnicos; realização ou participação em eventos técnicos.

Além disso, cabe ao FISCGENE a operacionalização dos registros de estabelecimentos avícolas de reprodução, fazendo cumprir a Instrução Normativa 56/2007, que trata dos requisitos sanitários mínimos para a instalação destes estabelecimentos, com o objetivo de resguardar aspectos de sanidade da produção avícola.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCGENE / SFA-PR

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Fiscalização realizada	Fiscalização	107	80(*)	100	125
2	Registro de estabelecimento	Registro	57	Não programável	20	-
3	Inscrição de reprodutores	Inscrição	77	Não programável	50	-
4	Baixa de reprodutores	Baixa	116	Não programável	26	-
5	Fiscalização realizada em outros Estados	Fiscalização	13	Não programável	10	-
6	Participação em reuniões, cursos e congressos	Nº de eventos / nº participantes	04/09	Não programável	4/5	-

(*) Conforme “previsto corrigido” constante no SIPLAN.

As fiscalizações realizadas com o objetivo de inspecionar estabelecimentos avícolas de reprodução para registro consistem em um valor bastante expressivo das ações físicas do FISCGENE. Apesar disso, verificamos uma queda de aproximadamente 35% no número destes novos registros em relação ao ano anterior. Tal fato se deve à legislação aplicável ao registro de estabelecimentos avícolas, publicada em dezembro de 2007, que impõe regras que geram a necessidade de adequações ou impedem o registro de novos estabelecimentos, o que provocou grande demanda de análise processual e aumentou a frequência de indeferimentos.

As ações físicas de registro de novos estabelecimentos são metas não programáveis, mas sua execução e análise processual utilizam grande parte do tempo disponível dos Fiscais Federais Agropecuários que trabalham no SEFAG/DT-PR.

Quanto às inscrições e baixas de inscrições de reprodutores, houve uma notável redução da sua demanda em relação ao ano de 2007. Isto ocorreu devido à publicação da IN 06, de 06 de março de 2008. Este ato regulamenta o registro de centros de coleta e processamento de sêmen de suínos, e em seu texto desobriga a inscrição e baixa de reprodutores desta espécie. Cabe esclarecer que grande parte da demanda desta atividade, no Paraná, era relativa à espécie suína.

As ações físicas de atividades realizadas em outros estados dependem de programação da Coordenação Nacional da Ação e fazem parte da metodologia de trabalho traçada para os estabelecimentos industriais e comerciais de produção de sêmen e embriões de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e eqüinos com foco na identidade e qualidade do produto. Estas fiscalizações são realizadas por equipes compostas por Fiscais Federais Agropecuários de diferentes Estados da Federação, sem prejuízo das fiscalizações realizadas pela equipe do próprio Estado, que retorna ao estabelecimento para verificar o cumprimento das medidas corretivas requeridas pela equipe anterior.

A participação dos Fiscais Federais Agropecuários em reuniões técnicas, cursos teóricos e práticos e congressos também fazem parte da programação da Coordenação de Ação Nacional. O processo de capacitação dos técnicos que trabalham na área de material de multiplicação animal visa a evolução das tecnologias empregadas e regulamentadas neste setor, como por exemplo, a produção de embriões por fertilização “in vitro” e a clonagem.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA NO PR

TABELA- DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO PR”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCGENE / SFA-PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 - CUR
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT	2007	2008		
107	80	100	365	12.954,48	9.055,94	518,75	90,55

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

1 – Programação conforme SIPLAN

2 – Custo Realizado, extraído do SIAFI 2008

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

TABELA- DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM OUTROS ESTADOS”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCGENE / SFA-PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 - CUR
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT	2007	2008		
13	-	10	-	7.933,06	6.417,15	-	641,71

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

1 – Programação da Coordenação Nacional da ação

2 – Custo Realizado, extraído do SIAFI 2008

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

TABELA- DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, CURSOS E CONGRESSOS”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCGENE / SFA-PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ¹	Unitário Realizado 2008 - CUR
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT	2007	2008		
04/09	-	04/05	-	14.202,21	5.179,30	-	1294,82 / 1035,86

Legend

QR- quantidade realizada (n ° de eventos/n ° de participantes)

CUP- custo unitário programado

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado (n ° de eventos/n ° de participantes)

CUR- custo unitario realizado (custo por evento/ custo por participante)

1 – Programação da Coordenação Nacional da Ação

2 – Custo Realizado, extraído do SIAFI 2008

TABELA- DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISCGENE / SFA-PR

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E /L
3390-14	13.601,67	15.000,00	11.801,45	10.842,56	91,87
Detalhamento do elemento 3390-14					
3390-14	Fiscalizações realizadas no PR			6.662,05	-
3390-14	Fiscalizações realizadas em outros Estados			2150,83	-
3390-14	Participação em reuniões, cursos e congressos			2029,68	-
ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E /L
3390-33	14.153,29	16.000,00	9.159,00	6.361,42	69,45
Detalhamento do elemento 3390-33					
3390-33	Fiscalizações realizadas no PR			-	-
3390-33	Fiscalizações realizadas em outros Estados			4.266,32	-
3390-33	Participação em reuniões, cursos e congressos			2.095,10	-
ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E /L
3390-30	7.237,68	10.500,00	3.380,00	2.255,27	66,72
3390-36	0,00	0,00	0,00	-	-
3390-39	0,00	0,00	640,00	520,11	81,26
3390-93	97,11	0,00	1.320,00	1.193,14	90,38
TOTAL	35.089,75	41.500,00	26.300,45	21.172,50	80,50

Com relação aos recursos programados, liberados e executados, cabe esclarecer que, a despeito da programação anual, feita conforme a previsão da demanda de ações físicas no estado e de acordo com orientações do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários/SDA/MAPA, são realizados ajustes no decorrer do ano, em conformidade com as necessidades que se apresentaram durante as execuções cotidianas.

No decorrer de 2008, a liberação e execução dos recursos foram conduzidas por meio de reorientações mensais da programação no SIOR realizada de acordo com as metas físicas programadas para o PI no Estado do Paraná e das metas programadas pela Coordenação de Ação Nacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISCGENE PARA O EXERCÍCIO DE 2008. SFA-PARANÁ .

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMIC.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização Realizada	-30,09	-82,54	125	27,39
Registro de Estabelecimento	-	-	-	-
Inscrição de Reprodutores	-	-	-	-

Baixa de Reprodutores	-	-	-	-
Fiscalização realizada em outros Estados	-	-	-	-
Participação em reuniões, cursos e congressos	-	-	-	-

Legenda das tabelas:

QP	Quantidade programada
QR	Quantidade realizada
QT	Quantidade total de unidades do universo
CR	Custo realizado
CUP	Custo unitário programado
CUR	Custo unitário realizado

Fórmulas de cálculo de indicadores:

Economicidade	$[(CR2008 : CR2007) - 1] \times 100$
Eficiência	$[(CUR2008 : CUP2008) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2008 : QP2008) \times 100$
Efetividade	$(QR2008 : QT2008) \times 100$
Custo unitário programado	$(CP2008 : QP2008)$
Custo unitário realizado	$(CR2008 : QR2008)$

Os índices gerados demonstram que as ações físicas foram realizadas com economicidade e eficácia satisfatórias. Quanto à eficiência, cabe esclarecer que há uma discrepância entre os valores físicos e financeiros programados na SFA/PR no início do exercício e os valores posteriormente utilizados como referência, que são os dados constantes no SIPLAN. Desta forma, o valor obtido como “custo unitário programado” fica prejudicado, e conseqüentemente o valor obtido para este indicador.

Dos 365 estabelecimentos registrados no Paraná, 31 (8,5%) são estabelecimentos produtores ou comerciantes de material de multiplicação animal de mamíferos e 334 (91,5%) são estabelecimentos avícolas de reprodução. Apesar de considerarmos o universo de estabelecimentos registrados para o cálculo do índice de efetividade, é necessário esclarecer que a ação física que cabe ao FISCGENE encerra-se quando da concessão do registro do estabelecimento, ficando a sua fiscalização a cargo do Serviço de Defesa Agropecuária. Sendo assim, podemos argumentar que a efetividade de 27,39 refere-se à fiscalização de mais de 50% dos estabelecimentos de material de multiplicação de mamíferos registrados. Além disso, as fiscalizações objetivando a inspeção para registro de estabelecimentos avícolas de reprodução correspondem a cerca de 21% do universo de estabelecimentos desta categoria já registrados.

A falta de Fiscais Federais Agropecuários no interior do Estado que executem as atividades do FISCGENE, continua sendo um ponto crítico na execução das metas programadas, pois o tempo disponível para a fiscalização de material de multiplicação animal é reduzido, devido ao fato de executarem também atividades de outros programas.

Os Fiscais Federais Agropecuários que atuam no FISCGENE no Paraná executaram ainda fiscalizações em outros Estados, adquirindo experiência e contribuindo para uma padronização da ação fiscal no país.

No âmbito da SFA-PR, os FFA que atuam na fiscalização de material genético animal não contam com auxiliar administrativo ou estagiário disponível, o que faz com que haja grande dispêndio destes servidores com assuntos administrativos.

O controle financeiro é realizado paralelamente ao SIAFI por meio de acompanhamento pelo SIOR e pelas Notas de Descentralização de Crédito disponibilizadas pelo SEOF/DAD-PR.

AÇÃO 2909 – FISAGROTOX - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2909 – FISAGROTOX, EXECUTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar a oferta de agrotóxicos que garantam um efetivo controle de pragas nos produtos agrícolas e que apresentem baixo impacto ambiental e nível de resíduos nos alimentos baixo ou nulo.
Descrição	Fiscalização de agrotóxicos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/SFA/PR
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho e Fernando Ferraz Alves Basilio

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A finalidade principal das atividades desenvolvidas na fiscalização dos agrotóxicos e afins são a de assegurar a oferta de agrotóxicos que garantam um efetivo controle de pragas nos produtos agrícolas e que apresentem baixo impacto ambiental e nível de resíduos nos alimentos baixo ou nulo, contribuindo na sustentabilidade do agronegócio.

A fiscalização sobre a produção e o consumo torna-se extremamente necessária para inibir a oferta de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometam a produtividade das culturas e a renda dos agricultores.

A atividade de fiscalização de agrotóxicos e afins tem respaldo na Lei 7.802/1989 e no Decreto 4.074/2002. A sua execução se realiza nas indústrias produtoras, no insumo importado e exportado, nas unidades de pesquisa que realizam teste para fins de registro de agrotóxicos e nas empresas credenciadas para realizarem tratamentos fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes.

O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CGAA/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As ações do setor de agrotóxicos da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná compreendem:

- o credenciamento de estações experimentais e instituições que realizam pesquisa de avaliação da eficiência e a praticabilidade agrônômica de agrotóxicos para fins de registro;

- a inspeção e fiscalização de agrotóxicos e afins nas atividades de pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, importação e exportação de produtos técnicos, pré-misturas, agrotóxicos, seus componentes e afins;
- a coleta de amostra com objetivo de controlar a qualidade dos agrotóxicos e afins frente às características do produto registrado;
- o credenciamento de empresas que realizam tratamentos quarentenários e fitossanitários realizados no trânsito internacional de vegetais e suas partes;
- a fiscalização do uso de agrotóxicos e afins em empresas que realizam tratamentos quarentenários e fitossanitários realizados no trânsito internacional de vegetais e suas partes;
- a coordenação e a execução da fiscalização integrada contra os agrotóxicos ilegais;
- o atendimento da demanda do público externo;
- o relacionamento institucional com a fiscalização estadual executada sobretudo no comércio e uso de agrotóxicos e afins no Paraná;
- a realização e participação de reuniões técnicas;
- o apoio nas ações da coordenação geral de agrotóxicos e afins – CGAA.

RESULTADOS METAS FÍSICAS

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISAGROTOX - SFA-PARANÁ.

Nº	Descrição da meta	Unidade de medida	2007	2008		
			Executado	Programado	Executado	%
1	Fiscalização de produtos (agrotóxicos e afins)	TF	73	33	38	115,1
2	Fiscalização em estabelecimento de pesquisa	TF	1	18	12	66,6
3	Fiscalização em indústrias de agrotóxicos	TI	6	13	12	92,3
4	Fiscalização em prestadoras de serviços	TF	39	16	52	325,0
5	Autos de Infração	AI	6	demanda	15	100,0
6	Autorizações de importação	AIMP	445	demanda	440	100,0
7	Emissão de pareceres técnicos em processos	PT	73	demanda	81	100,0
8	Fiscalização integrada contra os agrotóxicos ilegais	TF	01	01	01 *	100,0

* A operação integrada de fiscalização de agrotóxicos ilegais em 2008 resultou na fiscalização de 156 propriedades rurais em 29 municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e autuação de 10 produtores rurais por uso de agrotóxicos ilegais (contrabandeados). Foram aplicadas multas no total de R\$ 44.700,00.

PRODUTO: PRODUTO REGISTRADO (fiscalizações realizadas)

TABELA: DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “PRODUTO REGISTRADO”, REFERENTES AO EXERCÍCIO 2008.

		Quantidade física			Custo em R\$ 1,00		
Nro.	2007	2008					
	Realiza	Programada	Realizada	Universo	Realizado CR	Unitário Programa	Unitário Realizado

					2007	2008		
1	73	33	38	198	29.925,73	64.981,16	756,50	570,01
2	1	18	12	10			756,50	570,01
3	6	13	12	11			756,50	570,01
4	39	16	52	33			756,50	570,01
5	6	demanda	15	demanda				
6	445	demanda	440	demanda				
7	73	demanda	81	demanda				
8	01	demanda	01	demanda				
TT¹	119	80	114	252	29.925,73	64.981,16⁴	756,50	570,01

Legenda:

QP- Quantidade programada QR- Quantidade realizada QT- quantidade total

CR- Custo total realizado

CUP- Custo unitário programado

CUR- Custo unitário realizado

1 - Refere-se a soma dos quatro primeiros itens, exceto na coluna de realizado CR, CUP e CUR.

2 - Programação orçamentária de 2008 conforme SIPLAN (R\$ 60.520,49) / Fiscalizações programadas em 2008 (QP).

3 - Execução orçamentária de 2008 conforme SIAFI (R\$ 64.981,16) / Fiscalizações executadas em 2008 (QR).

4 - Na execução orçamentária não estão incluídos o investimento em 2008 que foi de R\$ 8.592,00.

OBSERVAÇÃO:

Contribuíram para o aumento do Custo Unitário Realizado em 2008:

- Os recursos utilizados na operação de fiscalização de agrotóxicos ilegais, com gastos totais de R\$ 13.381,00.

- A participação de um FFA do setor, no grupo técnico de trabalho com o objetivo de elaborar o Manual de Fiscalização de Insumos Agrícolas, conforme Portaria nº 551/2008, com recursos totais de R\$ 5.500,00.

Sem considerarmos estes valores, o CUR seria de R\$ 404,38.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA- DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISAGROTOX. SFA-PARANÁ.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E /L
3390-14	17.095,51	33.128,67	26.805,12	18.066,65	67,39
3390-30	2.504,08	12.621,64	14.110,64	13.664,73	96,83
3390-33	7.283,86	10.200,00	32.000,00	23.686,55	74,02
3390-36	1.975,80	2.570,18	7.255,87	5.632,17	77,62
3391-39	0		3.000,00	2.950,32	98,34
3390-39	0	2.000,00	0	0	0
3390-37	0		700,00	0	0
3350-39	0		0	0	0
4490-52 ¹	0,00	10.000,00	10.000,00	8.592,00	85,92
3390.93	1.066,48		980,74	980,74	100,00
TOTAL	29.925,73	70.520,49	94.852,37	73.573,16	77,56

¹ - Investimento

DESEMPENHO OPERACIONAL

TABELA- INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISAGROTOX PARA O EXERCÍCIO DE 2008. SFA-PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
1. Fiscalização de produtos (agrotóxicos e afins)	117,14	-24,65	115,15	19,19
2. Fiscalização em estabelecimento de pesquisa	117,14	-24,65	66,66	120,00
3. Fiscalização em indústrias de agrotóxicos	117,14	-24,65	92,30	109,09
4. Fiscalização em prestadoras de serviços	117,14	-24,65	325,00	157,57
Fiscalização Total (1+2+3+4) (Média)*	117,14	-24,65	149,77*	101,46*

Formulas:

Economicidade	$[(CR2008 : CR2007) - 1] \times 100$
eficiência	$[(CUR2008 : CUP2008) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2008 : QP2008) \times 100$
Efetividade	$(QR2008 : QT2008) \times 100$
Custo unitário programado	$(CP2008 : QP2008)$
Custo unitário realizado	$(CR2008 : QR2008)$

OBSERVAÇÃO:

No cálculo dos custos não foram computados os valores correspondentes a Investimentos, pois não há definição quanto à forma de amortização dos mesmos.

TABELA – PARTICIPAÇÃO DOS FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS LOTADOS NO PI- FISAGROTOX, EM REUNIÕES TÉCNICAS, CURSOS E EVENTOS NO ANO DE 2008.

EVENTO	LOCAL	MÊS	ASSUNTO
Reunião Técnica	CURITIBA - SEAB	Março	Receituário Agrônomo
Reunião Técnica	BRASÍLIA - MAPA	Abril	Apresentação da planilha dos relatórios de tratamentos fitossanitários. 1ª Reunião para a elaboração do Manual de Agrotóxicos.
Reunião Técnica	CURITIBA - SEAB	Maio	Apresentação das possíveis ações do MAPA no programa de Manejo Integrado de Pragas – MIP do PR.
Reunião Técnica	BRASÍLIA - MAPA	Junho	2ª Reunião para a elaboração do Manual de Agrotóxicos.
Reunião Técnica	CURITIBA - IAP	Junho	Reunião para definição dos parâmetros mínimos do processo de licenciamento ambiental de estações de pesquisa com agrotóxicos.
Reunião Técnica	GUARATINGUETÁ/SP	Julho	Reunião técnica na empresa produtora de agrotóxicos – BASF S.A.

Reunião Técnica	GOIÂNIA/GO	Julho	1ª Reunião para a elaboração do Manual de Fiscalização de Insumos Agrícolas.
Reunião Técnica	CURITIBA - MAPA	Agosto	Reunião de harmonização de procedimentos entre os FFA que atuam na área de agrotóxicos nos 03 Estados do Sul do Brasil. Apresentação da planilha dos relatórios de tratamentos fitossanitários.
Reunião Técnica	GOIÂNIA/GO	Agosto	2ª Reunião para a elaboração do Manual de Fiscalização de Insumos Agrícolas.
Reunião Técnica	BRASÍLIA - MAPA	Setembro	4ª Reunião para a elaboração do Manual de Fiscalização de Insumos Agrícolas. 3ª Reunião para a elaboração do Manual de Agrotóxicos.
Reunião Técnica	CURITIBA/PR	Novembro	Apresentação da palestra “ O Papel do MAPA na regulação e no controle dos agrotóxicos no Brasil” na Reunião Técnica sobre agrotóxicos – SEAB/SESA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2008 houve significativos avanços nos indicadores de desempenho do plano interno FISAGROTOX, destacando-se o aumento de 124,82 para 149,77 na eficácia e a melhoria do índice de efetividade que alcançou 101,46, ante os 96,51 alcançados em 2007.

As metas estabelecidas pela Coordenação Geral de Agrotóxicos - CGAA foram cumpridas em sua plenitude nas fiscalizações dos produtos (agrotóxicos e afins) e nas fiscalizações das empresas prestadoras de serviços fitossanitários, com índices de 115,1 e 325,0 %, respectivamente. A meta de fiscalização nas indústrias foi cumprida em 92,3 % e nos estabelecimentos de pesquisa em 66,6 %.

No ano de 2008 foi priorizada a fiscalização de empresas prestadoras de serviços fitossanitários, devido aos problemas que vinham sendo detectados na atuação destes estabelecimentos. Além das fiscalizações programadas, foram realizadas 06 auditorias visando o acompanhamento detalhado de suas operações no tratamento de vegetais e suas partes no comércio internacional. As auditorias foram realizadas após a padronização dos relatórios de tratamentos com a utilização de planilha eletrônica. Neste aspecto, destacamos que a referida planilha foi uma criação do setor de agrotóxicos do SEFAG-PR. Esta planilha será adotada como padrão de relatório a ser utilizado pelas empresas prestadoras de serviços fitossanitários credenciadas em todo o Brasil, a partir do ano de 2009. Além das fiscalizações, outra demanda significativa de serviços envolvendo as empresas prestadoras de serviços fitossanitários foram às renovações dos credenciamentos destas empresas.

É importante destacar que as empresas prestadoras de serviços fitossanitários são credenciadas pelo MAPA para realizarem tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes e por isto é de grande importância o acompanhamento sistemático destes trabalhos. Em alguns casos, a sanidade dos produtos vegetais e embalagens de madeira só podem ser garantidas após o tratamento fitossanitário com uso de agrotóxicos ou por meio de tratamentos térmicos. A correta execução deste serviço diminui os riscos fitossanitários para o Brasil e garantem a credibilidade do país perante os parceiros do comércio internacional.

Na fiscalização dos produtos nas indústria de agrotóxicos, destacamos que a baixa efetividade na fiscalização de produtos, cujo índice foi de 19,9 %, se deu principalmente devido ao grande volume de produtos registrados e aptos para a produção no corrente ano. O universo de agrotóxicos a serem fiscalizados era de 198 diferentes produtos, considerando os registros aprovados no MAPA. Porém, desta quantidade total de produtos registrados pelas indústrias, o número real foi significativamente menor. Para corrigir este problema, em 2009 adotaremos como universo de ação para a fiscalização de produtos, a quantidade real de produtos que as empresas fabricaram no ano anterior, tendo como base os relatórios semestrais de produção de agrotóxicos e afins enviados para a CGAA.

Outro fato relevante a se relatar foi a execução da fiscalização integrada contra os agrotóxicos ilegais, realizada no mês de novembro nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Esta operação, coordenada mais uma vez pelo MAPA, envolveu o trabalho de 06 equipes de fiscalização composta cada uma por 01 Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 01 Fiscal Ambiental do IBAMA, 01 Fiscal Estadual da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o apoio da Polícia Militar – FORÇA VERDE. Ao todo foram 40 agentes envolvidos com este trabalho, entre fiscais e policiais. O resultado foi a fiscalização de 156 propriedades rurais em 29 municípios e autuação de 10 produtores rurais por uso de agrotóxicos ilegais (contrabandeados). Foram aplicadas multas no total de R\$ 44.700,00. Pelos números desta operação, constatou-se que continua a prática do uso de agrotóxicos ilegais nestas regiões do Paraná.

Para a execução da operação foram gastos pelo MAPA exatamente R\$ 13.381,85, aumentando de forma significativa os Custos Unitários Programados – CUP e os Custos Unitários Realizados - CUR do PI - FISAGROTOX. Mesmo com este aumento, entendemos ser extremamente importante a continuidade destas ações. Esta operação que foi direcionada aos usuários de agrotóxicos ilegais, assim como outras operações realizadas neste ano pelo IBAMA e pela Polícia Federal, já resultou na apreensão de grande quantidade de agrotóxicos ilegais e a prisão de várias pessoas suspeitas por contrabando de agrotóxicos. Os agrotóxicos ilegais (falsificados ou contrabandeados), não possuem registro no MAPA e representam prejuízos ao agricultor pela baixa eficácia, além de causar danos ao meio ambiente, à saúde do aplicador e do consumidor. A produção com boas técnicas agrícolas e o emprego de insumos idôneos e de qualidade são pré-requisitos para obtenção de alimentos seguros para o mercado nacional e internacional. Desta forma, o combate aos agrotóxicos ilegais contribui para a segurança alimentar por meio da produção e obtenção de alimentos saudáveis, com qualidade ambiental e tecnológica.

No que se refere aos trabalhos de fiscalização da importação e exportação a partir de julho de 2008 as análises dos requerimentos de importação de agrotóxicos passaram a ser de acordo com a instrução normativa nº40, sendo as autorizações feitas eletronicamente no SISCOMEX. No ano de 2008, foram analisados 440 requerimentos de importação de agrotóxicos e afins. Além da verificação do cumprimento das exigências para a importação de agrotóxicos, seus componentes e afins, a fiscalização procurou analisar os processos protocolados com a maior agilidade possível. Quanto a exportação a área técnica do PI FISAGROTOX subsidia os fiscais da área de fiscalização das UVAGRO's. Destaca-se ainda informações em forma de Parecer Técnico, emitidos à polícia federal quanto esta solicita parecer sobre a legalidade de produtos apreendidos.

A análise dos processos administrativos instaurados contra os estabelecimentos, também demandou tempo da fiscalização. Neste ano, o número de autos de infração foi

maior que o ano anterior, gerando, por consequência, maior demanda de tempo na análise deste número maior de processos.

Além dos trabalhos de fiscalização, houve a participação de um FFA do setor no grupo técnico de trabalho com o objetivo de elaborar o Manual de Fiscalização de Insumos Agrícolas, conforme Portaria Ministerial nº 551/2008 e também o Manual de Procedimentos da Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins.

Por fim, com relação as atividades do programa, conseguimos atingir as metas propostas, priorizando as demandas que exigiam maior atenção da fiscalização além do atendimento imediato dos clientes diretos e da participação ativa na modernização das atividades e ferramentas para a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no âmbito estadual e nacional.

AÇÃO 2179 – FISCALSEM1 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2179 – FISCALSEM1 , IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

Parâmetro	Descrição
Tipo	finalística
Finalidade	Assegurar a qualidade de insumos e serviços agropecuários , Melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos disponibilizados para a agricultura nacional
Descrição	Fiscalização der sementes e mudas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas/ Secretaria de Defesa Agropecuária /MAPA/BSB
Unidades executoras	Superint. Federal da Agricultura no Paraná
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA – PR - Serviço de Fiscalização Agropecuária
Coordenador nacional da ação	Jose Neumar Francelino
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

O Estado do Paraná caracteriza-se por sua tradição na atividade, sendo o maior produtor de sementes do Brasil, com destaque para as culturas de soja e trigo, conforme demonstram os dados publicados no Anuário 2007 da ABRASEM :

ESPECIE	PRODUÇÃO SEMENTES (TONELADAS)	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE SEMENTES NO PARANÁ– (%)
Algodão	360	50
Aveia	4070	50
Batata	9700	50
Centeio	27	70
Cevada	11600	90
Feijão	1030	10
Forrageiras	35	-

Milho	9800	70
Soja	240120	60
Trigo	112673	70
Triticale	4652	70
TOTAL	394.067 TON.	-

O sistema produtivo sementeiro Paranaense é extremamente organizado, tradicional e consolidado já de longa data, contemplando atividades de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento públicos e privados (com destaque para EMBRAPA-SOJA e COODETEC), do sistema cooperativista através da OCEPAR e suas singulares afiliadas, fundações mantenedoras(Meridional e outras), além de empresas privadas de renome nacional e internacional.

As atividades desenvolvidas pelo MAPA na fiscalização do SNSM – SISTEMA NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS e da cadeia produtiva de sementes e mudas, fundamentam-se sobremaneira nos seguintes marcos regulatórios: Lei 10.711/2003, Decreto 5153/2004 e legislação complementar correlata.

As atividades desenvolvidas na fiscalização da produção de sementes e mudas têm por objetivo gerar disponibilidade de materiais de propagação com garantia de identidade genética , qualidade , padrão e controle de gerações, aos produtores rurais. Objetiva ainda manter um sistema de conformidade, certificação e validação dos sistemas de produção, que ofereça credibilidade às sementes e mudas nacionais e importadas perante a comunidade científica e o usuário final.

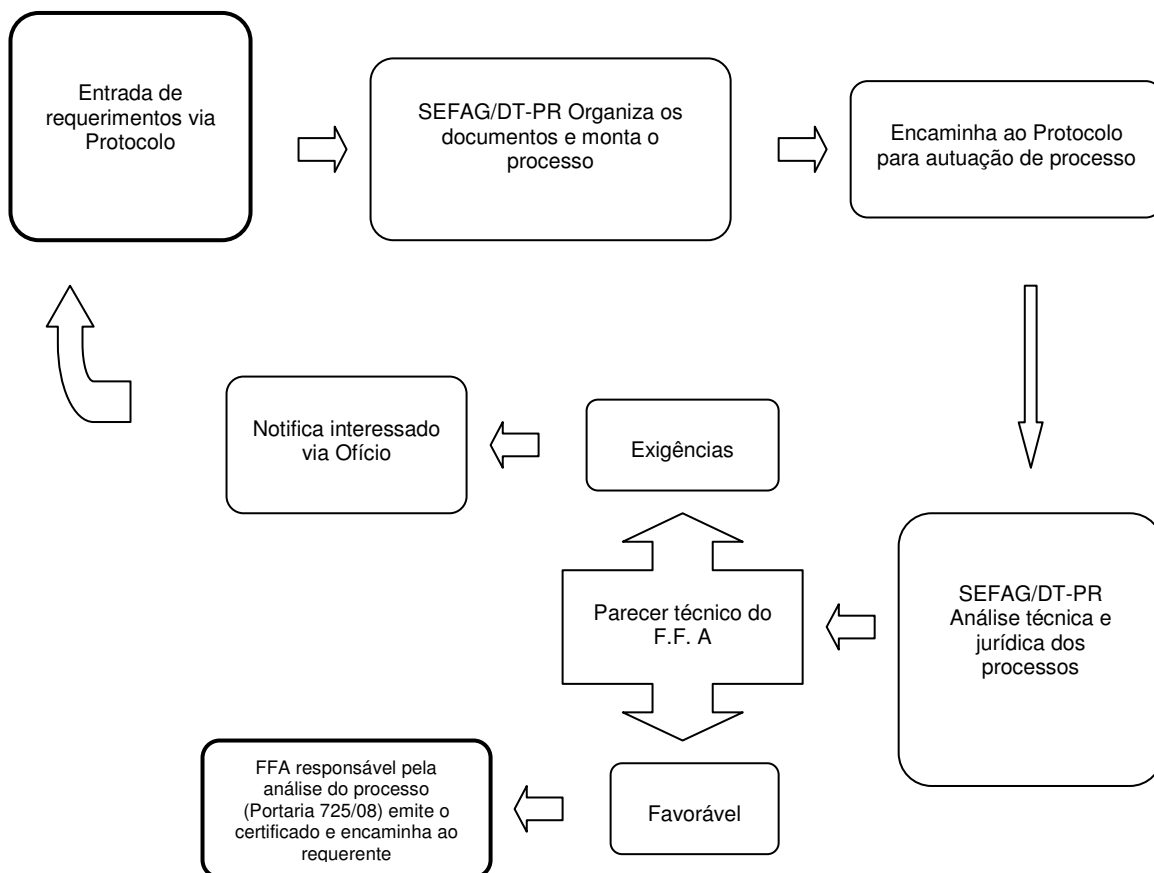
As ações fiscais sobre a produção e comércio de sementes e mudas visam a melhoria dos índices de conformidade e qualidade dos produtos nacionais e importados, colocados a disposição dos produtores rurais, com ênfase nas áreas de registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais; inspeção e fiscalização sobre todos os entes públicos e privados contemplados no SNSM; análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; certificação da produção de sementes e mudas; realização de eventos de capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas técnicas e legais relativas a sementes e mudas; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização e certificação.

O foco da fiscalização de sementes e mudas incide sobre os seguintes agentes do sistema:

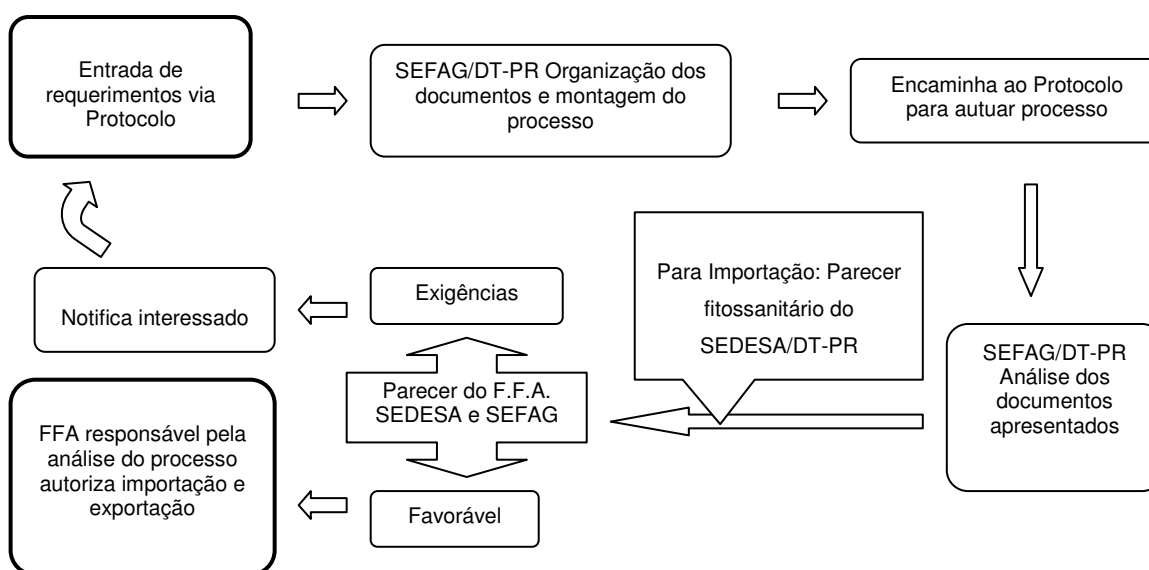
- a)Pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise laboratorial, comércio, importação e exportação de sementes e mudas (1675 inscritos/credenciados no RENASEM- registro nacional de sementes e mudas);
- b)Responsáveis técnicos pela produção e pelos laboratórios de análise de sementes e mudas (1167 credenciados no RENASEM);
- c)Amostradores e coletadores de sementes e mudas (94 credenciados no RENASEM);
- d) Certificadores da produção própria de sementes e mudas (42 credenciados no RENASEM);
- e)Entidades de Certificação de sementes e mudas (02 credenciados);
- f) Produtores rurais usuários de sementes e mudas(369.000 estabelecimentos rurais com produção vegetal no estado do Paraná).

Abaixo, estão detalhados através de fluxogramas as principais ações realizadas pela SFA-PR na atividade finalística de Fiscalização de Sementes e Mudanças.

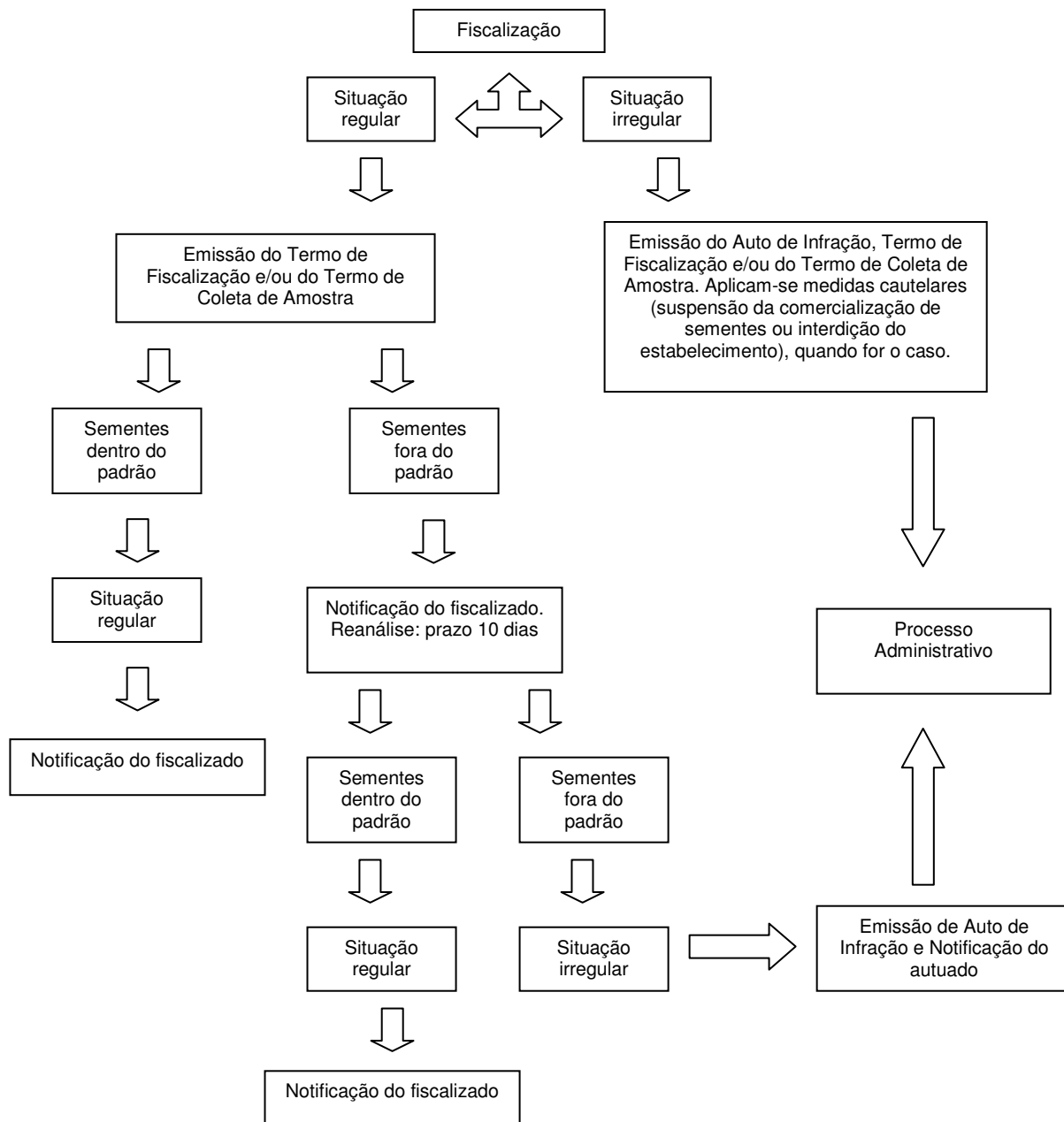
- a) Análise de processos para inscrição/credenciamento no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas); de produtor, armazenador, beneficiador, reembalador, laboratório, responsável técnico, amostrador, entidade certificadora, certificador de produção própria e comerciante .



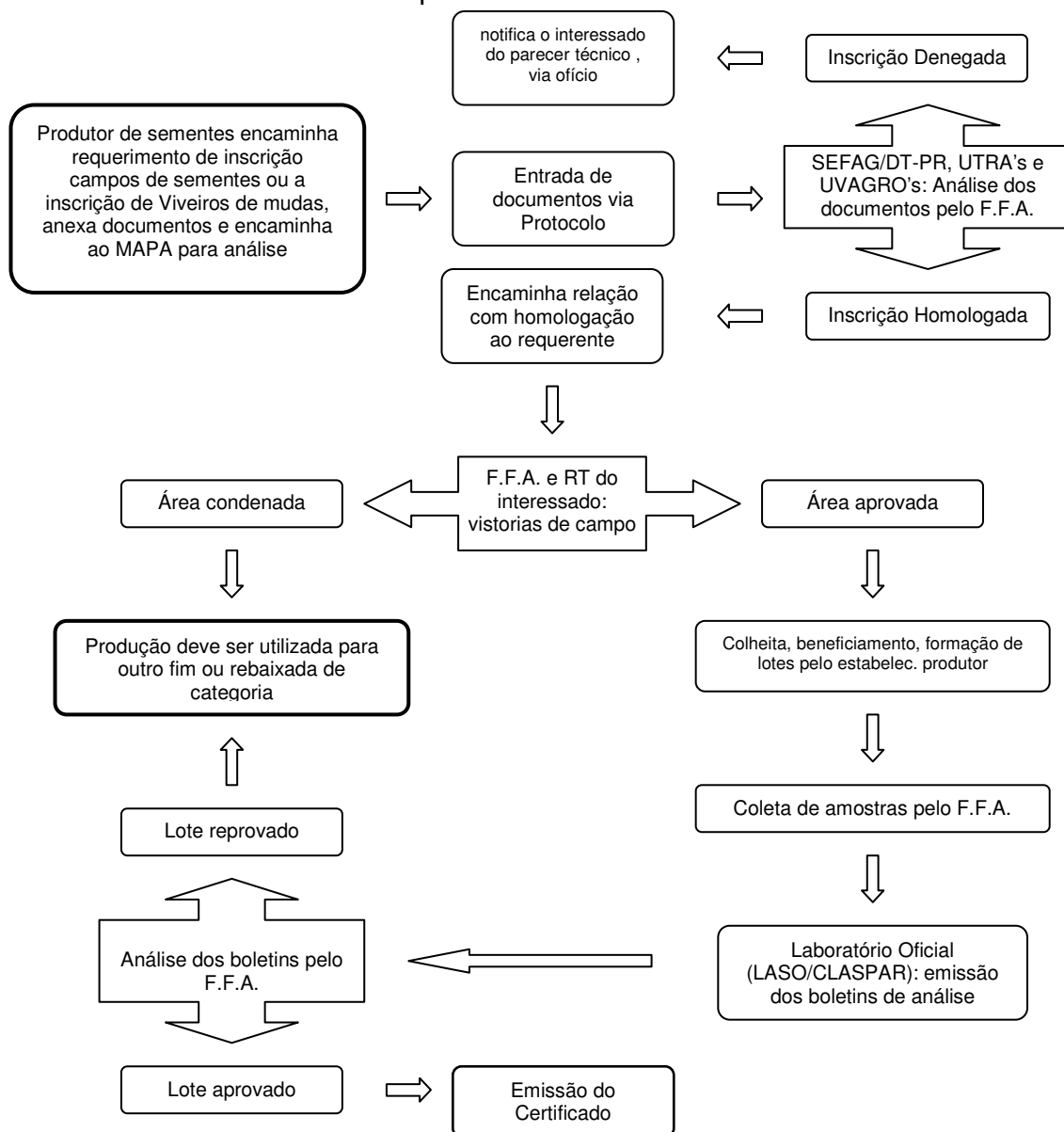
- b) Análise de processos de autorização de importação e exportação de sementes e mudas.



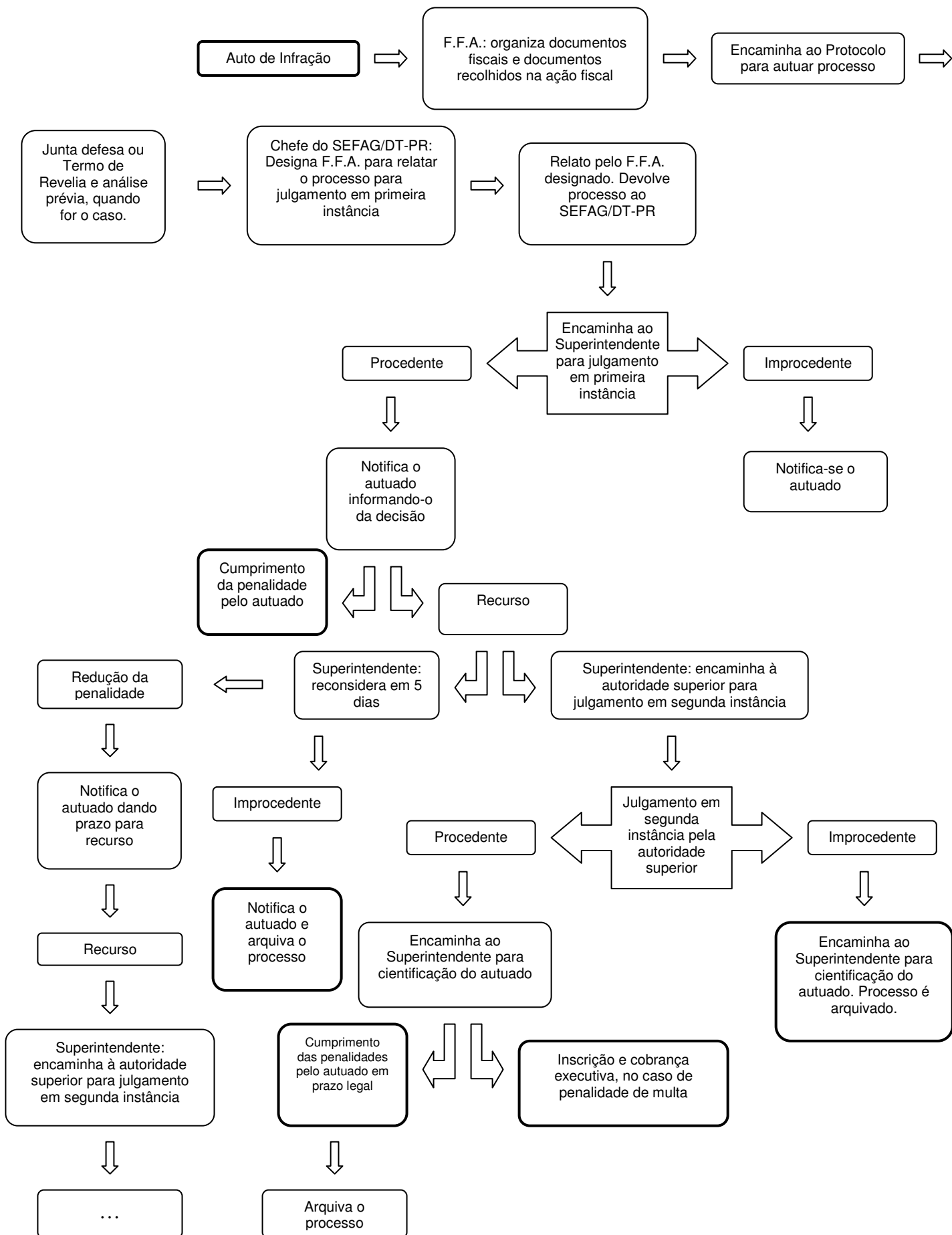
c) Fiscalização da produção de sementes e mudas: fiscalização “in loco” dos agentes produtivos através de análise documental, vistoria da estrutura física e atividades operacionais, coleta de amostras fiscais para verificação de conformidade dos lotes quanto aos padrões legais estabelecidos:



d) Certificação da produção de sementes e mudas: o processo de certificação se inicia com a inscrição do campo de sementes ou viveiro de mudas no MAPA, homologação das áreas produtivas, vistorias, e conclui-se com a emissão do certificado da semente ou muda. Este serviço prestado pelo MAPA aos produtores de sementes e mudas reduzirá a partir do ano 2009 , em função do credenciamento dos produtores para certificação da própria produção e entidades certificadoras, com auditorias de conformidade a serem realizadas pelo MAPA:



e) Análise e tramitação administrativa de processos apuratórios gerados a partir da lavratura de auto de infração :



g) Capacitação continuada da equipe fiscal do Estado, através de treinamentos internos com reuniões, cursos técnicos, encontros nacionais e treinamentos em serviço; bem como a participação dos servidores em eventos externos. Em 2008 os treinamentos foram intensificados, buscando sobretudo padronizar os procedimentos fiscais e administrativos no estado do Paraná e entre as unidades federativas.

i) **Atendimento a demandas externas e consultas de clientes:** É significativa a demanda externa ao setor, sobretudo advinda do Ministério Público Federal , Poder Judiciário , entidades associativas e Governo do Estado. Seu atendimento requer acurácia jurídica, levantamentos precisos e fidedignidade de informações . Demanda significativo dispêndio de tempo, por vezes agravado pela carência do acervo de dados e informações.

O atendimento aos clientes e suas entidades representativas, cujas demandas são advindas de telefonemas, e-mails e acolhimento de visitas pessoais, tem comprometimento significativo nas atividades fiscais.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA - DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCAL SEM1 . SFA/PARANÁ .

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
1	Inscrição no RENASEM	Unidade	1871	Não programável	891	-
2	Fiscalização de Estabelecimentos (produto SIPLAN)	Unidade	411	470	741	157
3	Aut. Imp. de Sementes/Mudas	Unidade	63	Não programável	68	-
4	Aut. Exp. de Sementes/Mudas	Unidade	51	Não programável	43	-
5	Amostragem de Sem. para Certific.	t	16396	44723	32920	-
6	Inspeção de Campos de Produção de Sementes e Mudas	Unidade	43	Não programável	322	-
7	Arrecadação de Taxas públicas	R\$	377.732,32	Não programável	1.278.350,08	-
8	Capacitação Técnica realizada	Unidade	06	Não programado	08	-
9	Certificados de Sementes emitidos	Unidade	1050	Não programável	780	-
10	Arrecadação de Multas	R\$	271.609,65	Não programável	124.029,07	-
11	Autos de infração lavrados e processos administrativos atuados	Unid.	-	Não programável	143	-
	TOTAL	-	-	-	-	-

* Valores extraídos de relatórios mensais enviados à Coordenação Nacional e do sistema SIPLAN.

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

O produto FISCALIZAÇÃO REALIZADA, extraído do sistema SIPLAN e considerado para efeito de cálculos dos indicadores, é composto pelas fiscalizações de estabelecimentos (pessoas físicas e jurídicas inscritas/credenciadas no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM ou não) e usuários de sementes, “in loco” ou através de análise documental que resulte em auto de infração, fiscalização de campo (*semente básica, C1, C2, S1 e S2 e planta básica, planta matriz, jardim clonal, borbulheira, muda certificada e muda*), e fiscalização de produtos através de coleta de amostras fiscais.

TABELA - DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “FISCALIZAÇÕES REALIZADAS”, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCALSEM1 . SFA/PARANÁ.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universe QT 4	Realizado CR ²		Unitário Programado 2008 – CUP ³	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2008		
411	470	741	2980	378.619,37	508.082,70	710,47	685,67

Fórmulas:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total (credenciados/inscritos RENASEM)

CR- custo total realizado. considerou-se para o cálculo, as rubricas de custeio.

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

Observações:

1 – Programação extraída do sistema SIPLAN 2008

2 – Custo Realizado, extraído do sistema SIAFI 2008.

3- programação conforme SIOR

4- universo de pessoas físicas ou jurídicas com RENASEM no Paraná

Memória de cálculo:

$$CUP = CP2008/QP2008 = R\$ 333.924,00 / 470 = 710,47$$

$$CUR = CR2008/QR2008 = R\$ 508.082,70 / 741 = 685,67$$

O valor do CUR no Exercício 2008, de R\$ 685,67, representa uma redução do custo médio de fiscalização de 25,6 % em relação a 2007, quando o CUR foi de R\$ 921,21; bem como uma redução em relação a estimativa inicial (R\$ 710,47).

Ocorreu a execução financeira de volume maior para custeio, assim como incremento na abrangência das atividades fiscais em relação ao ano anterior e à programação inicial para 2008, com melhor otimização na gestão dos recursos humanos e financeiros alocados na SFA-PR.

Todavia, estes valores não refletem unicamente o desembolso direto para a realização das ações fiscais, visto que destinaram-se também para ações relativas à concessão de RENASEM, inspeção de campos e certificação de sementes, ações subsidiárias aos atos fiscais, forças tarefas de apoio a outras Superintendências, apoio da reunião anual da CSM- Comissão de Sementes e Mudanças (R\$ 90.000,00), representação em encontros externos e participação de servidores em eventos, dentre

outros. A importância de R\$ 76.000,00 destinou-se ao custeio de estagiários e despesas administrativo-operacionais da sede e unidades descentralizadas atuantes em fiscalização de sementes. Deste modo, o custo da fiscalização realizada é significativamente menor que os valores acima calculados.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISCALSEM1 . SFA/PARANÁ.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	144.064,15	109.968,00	194.933,77	173.727,46	89
3390-30	60.080,43	37.000,00	118.464,45	111.046,10	94
3390-33	95.263,45	35.000,00	119.012,57	115.571,96	97
3390-36	6.439,35	-	5.162,05	2.866,12	56
3390-39	54.078,55	114.000,00	120.291,02	102.731,67	86
3350-39	13.720,00	37.956,00	-	-	-
4490-52	21.919,94	456.000,00	7.388,00	-	-
3390-93	4.973,44	-	2.139,39	2.139,39	100
TOTAL	400.539,31	789.924,00	567.391,25	508.082,70	87,0

Havia sido programados R\$ 456.000,00 em recursos de investimentos para aquisição de veículos, computadores, impressoras/reprografia e outros itens de instrumentais, entretanto não houve liberação de recursos nesta rubrica financeira.

Os Recursos destinados a diárias e passagens aéreas, com incremento significativo em relação a previsão inicial, foram utilizados parcialmente para suprir necessidade de outros PI's do SEFAG, possibilitando a participação dos técnicos do MAPA em treinamentos e eventos específicos da área de fiscalização vegetal, tais como a Reunião Nacional do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA/MAPA.

Neste exercício não houve execução de recursos de investimentos, em razão de problemas operacionais na divisão administrativa da Superintendência, haja visto que os recursos descentralizados foram recolhidos no final do Exercício.

Em termos gerais, foram executados na SFA-PR, 87 % dos recursos liberados pela unidade central do MAPA para este plano interno.

GRÁFICO - DEMONSTRATIVO DE RECURSOS EXECUTADOS NO PI FISCALSEM1, COMPARADO COM VALORES ARRECADADOS ATRAVÉS DE RECOLHIMENTO DE TAXAS E MULTAS – SFA PARANÁ – EXERCÍCIO 2008.



DESEMPENHO OPERACIONAL

A tabela abaixo demonstra os indicadores de desempenho, calculados a partir do parâmetro de abrangência extraído do sistema SIPLAN e dos valores de execução financeira constantes no sistema SIAFI.

TABELA - INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO FISCALSEM1 PARA O EXERCÍCIO DE 2008, COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. SFA/PARANÁ.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização da produção de sementes e mudas	+ 34,19	-3,49	+ 157,65	+ 24,86

Economicidade: Minimização dos custos, quanto aos recursos utilizados na execução da atividade de fiscalização, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

Eficiência: Relação entre os produtos gerados pela atividade de fiscalização e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo. Essa dimensão mede o esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Resultado que se espera: minimização dos custos e aumento da atividade sem perda da qualidade. É o custo de uma unidade de produção da ação em relação à estimativa inicial.

Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Efetividade: Relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, considerando-se o universo da atividade avaliada.

Memória de cálculo:

FISCALIZAÇÃO REALIZADA 2007 (QR 2007): 411.
FISCALIZAÇÃO REALIZADA 2008 (QR 2008): 741.

Economicidade $[(CR2008/CR2007) - 1] \times 100 = [(508.082,70 / 378.619,37) - 1] \times 100 = (+ 34,19)$
Eficiência $[(CUR2008/CUP2008) - 1] \times 100 = [(685,67/710,47) - 1] \times 100 = (- 3,49)$
Eficácia $(QR2008/QP2008) \times 100 = (741/470) \times 100 = 157,65$
Efetividade $(QR2008/QT2008) \times 100 = (741/2980) \times 100 = 24,86$

Os índices apresentados acima demonstram que o custo operacional aumentou cerca de 34% em relação a 2007. No entanto, este aumento se deve ao incremento da equipe de FFAs que atuam na área e conseqüente aumento das ações executadas, incluindo ações fiscais mais efetivas aos agentes ligados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e coleta de amostras fiscais.

A redução de cerca de 3,5% do custo de uma unidade de produção em relação a estimativa inicial (eficiência), mostra uma otimização no uso dos recursos com conseqüente aumento e melhoria das ações fiscais, pois as metas iniciais foram superadas em 1,57% conforme indicador de eficácia. Isto se deve a melhor estruturação e organização da área de sementes e mudas da SFA/PR somado ao incremento da equipe.

A efetividade mostra uma abrangência das ações fiscais de 24,86% do universo, considerando este universo como os inscritos e credenciados no RENASEM. Se considerarmos um universo maior, incluindo os usuários de sementes podemos concluir que a efetividade está muito aquém do ideal.

Embora houvesse aumento do número de Fiscais Federais Agropecuários trabalhando na sede, exclusivamente no PI FISCALSEM1, a estrutura funcional da capital e do interior foi insuficiente para atender toda a demanda do setor produtivo de sementes e mudas, se considerarmos as atribuições legais do MAPA.

Os Fiscais Federais Agropecuários lotados nas Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias (UTRA's) e Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO's) não atendem exclusivamente as atividades relacionadas com a produção de sementes e mudas, portanto técnicos da SFA/PR (Curitiba) e das unidades regionais foram freqüentemente deslocados para atender as regiões do estado com maior demanda.

Decidiu-se adotar em 2008, a centralização no controle das atividades de certificação, autuações de processos e tabulação de todos os dados referentes às atividades do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, ficando as UTRA's e UVAGRO's com a incumbência de receber documentos, fazer a conferência e encaminhar à sede da SFA-PR para análise e providências. As atividades de fiscalização e coleta de amostras nas diferentes jurisdições da SFA/PR são responsabilidade das UTRA's e UVAGRO's, com o reforço da equipe de fiscalização de sementes e mudas da sede.

Com o advento da nova legislação e instituição do RENASEM, todas as atividades supra-relacionadas são de competência do MAPA. Por conseqüência, desde 2004, todos os estabelecimentos pessoas físicas e jurídicas e profissionais técnicos submetem-se ao processo de credenciamento/inscrição para atuar no setor. Requer no âmbito interno, a instauração de processos administrativos e respectiva análise, vistorias prévias, homologação, emissão de certificados e cadastramento em software próprio; atividade esta que demanda enorme dispêndio de tempo dos FFAs.

A análise de inscrições de campos e viveiros constitui-se em uma atividade de significativo consumo de tempo, visto que implica em receber, analisar, homologar e cadastrar em relatórios próprios, todos os requerimentos de campos de viveiros de mudas e campos de sementes inscritos para espécies de inverno e verão, o que remontou a cerca de 9.000 campos de produção de sementes/ano.

A fiscalização e auditoria do sistema de produção, constitui-se em atividade primordial deste Serviço Público, devendo incidir sobre o segmento formal, em toda a cadeia produtiva. Assegura efetivamente a premissa do papel do Estado, ou seja, “garantir níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores rurais”.

Encontram-se em análise no MAPA, cerca de 373 processos de apuração de infrações administrativo-fiscais, cuja tramitação nas instâncias do Poder Executivo Federal se exaure em média com 3,5 anos.

O combate à pirataria é uma das atividades privativas do MAPA que tem demandando grande mobilização de Fiscais Federais Agropecuários, dado o significativo volume de denúncias recebidas e irregularidades apuradas, combinado com a execução de diversos atos administrativos formais correlatos. Foi suspensa a comercialização de 4529 toneladas de sementes e 411.000 mudas produzidas irregularmente no estado do Paraná, assegurando ao produtor rural a disponibilidade de insumos de qualidade.

O MAPA certificou neste exercício, cerca de 32.920 toneladas de sementes, gerando a emissão de 780 certificados para as categorias Básica, C1 e C2.

Outra atividade relevante e que demandou um grande esforço dos servidores, foi a análise de 891 processos de inscrição/credenciamento no RENASEM, compreendendo responsáveis técnicos, amostradores de sementes, produtores, beneficiadores, reembaladores, armazenadores, laboratórios de análise, entidade certificadora da própria produção e de terceiros e comerciantes de sementes e mudas.

A arrecadação de taxas e multas em 2008 da SFA/PR, totalizando R\$ 1.402.379,08, foi maior do que o valor financeiro executado nas ações do Plano Interno, como ficou demonstrado no gráfico sobre demonstrativo de recursos. Deste modo, fica evidenciado que as atividades desenvolvidas pelo PI FISCALSEM1 têm o custo elevado em razão das ações ocorrerem em todo território Paranaense mediante o deslocamento de equipes fiscais, porém a arrecadação torna a atividade auto-suficiente, gerando inclusive superavit contábil.

AÇÃO 4745 – FISCORGEN - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

DADOS GERAIS

TABELA – DADOS GERAIS DA AÇÃO 4745 – FISCORGEN, IMPLEMENTADA NO EXERCÍCIO 2008. UNIDADE GESTORA SFA-PR.

parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Fiscalizar, acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no país
Descrição	Fiscalização de atividades com organismos geneticamente modificados
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CBIO/ S D A – Coordenação de Biossegurança de OGM
Unidades executoras	Superintendência Federal da Agricultura no Paraná
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/PR – Serviço de Fiscalização Agropecuária
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinicius Segurado Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos autorizados pela CTNBio, inspeção física e verificação documental das atividades de pesquisa e liberação planejada de vegetais OGMs no ambiente, além de fiscalização das medidas restritivas de biossegurança em liberações comerciais de Organismos Geneticamente Modificados; visando assegurar o cumprimento das decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.

As atividades deste Plano Interno abrigam-se sob o manto dos seguintes dispositivos legais: Constituição Federal de 1988, Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005, Decreto Nº 5.591, de 22 de novembro de 2005 e demais marcos regulatórios emanados da CTNBio – Coordenação Técnica Nacional de Biossegurança.

RESULTADOS

METAS FÍSICAS

TABELA : DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCORGEN, SFA/PR .

Nº	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	2007	2008		
			Executado	Programado	Executado	%
1	Fiscalização (TFs)	nº	233	124	131	105,6
2	Auto de Infração	nº	06	-	04	

PRODUTO: FISCALIZACAO REALIZADA

TABELA: DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “FISCALIZACAO REALIZADA”, REFERENTE AO EXERCICIO DE 2008, NO PLANO INTERNO FISCORGEN - SFA-PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado CR		Unitário Program . 2008 - CUP	Unitário Realizado 2008 CUR
Realizada QR	Programada QP	Realizada QR	Universo QT	2007	2008		
233	124	131	Atend. demanda	24.203	17.290,69*	S/I	131,99

* - considerou-se para fins comparativos somente os recursos usados no custeio anual, excluindo-se os investimentos realizados

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA : DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCICIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO FISCORGEN - SFA-PR.

RUBRICA	ELEMENTO DESPESA	2007	2008			
		Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/ L
3390-14	Diárias	14.191,67	S/I	S/I	11.139,68	S/I

3390-30	Material de consumo	3.979,28	S/I	S/I	2.046,64	S/I
3390-33	Passagens	4.232,52	S/I	S/I	4.104,37	S/I
3390-39	Serviços 3ª PJ	1.800,00	S/I	S/I	-	S/I
449052	Investimento		S/I	S/I	12.969,00	S/I
TOTAL		24.203,47	S/I	S/I	30.259,69	S/I

A descentralização de recursos deste Plano Interno ocorre de forma pontual, por demanda da Superintendência, para o atendimento das atividades fiscais. Não é realizado provisionamento inicial em cada Exercício Fiscal, tendo em vista que as atividades são concentradas em determinadas épocas do ano, em consonância com o ciclo vegetativo das culturas fiscalizadas.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Não foram calculados indicadores de desempenho para este PI, em razão de que as atividades desenvolvidas atendem a demandas oriundas da Coordenação Nacional da pasta, quanto a autorizações de pesquisa ou liberação planejada de organismos geneticamente modificados advindas da CTNBio.

As ações fiscais sobre OGMs são desencadeadas rotineiramente em conjunto com fiscalização de sementes, buscando otimizar os recursos humanos envolvidos no processo, sobretudo em atividades de maior abrangência.

No ano de 2008, ocorreu a liberação de cultivo comercial de milho OGM, condicionado ao cumprimento pelo agricultor, da norma de coexistência de sistemas de produção convencional e Geneticamente Modificado, estabelecida pela Resolução 04/2007 da CTNBio. Foi desencadeada uma operação fiscal para verificar o atendimento da norma legal nesta safra de milho GM, contemplando 16 comerciantes e 61 produtores rurais no Estado do Paraná, com 1130 hectares de área cultivada.

No tocante às atividades de pesquisa, foram fiscalizados 30 experimentos autorizados pela CTNBio para condução a campo em estações experimentais no Paraná, concentrados nas culturas de soja, milho, feijão e algodão.

Uma atividade crescente foi o atendimento a demandas do Ministério Público Federal relativas a OGMs, com a produção de 06 (seis) Pareceres técnicos.

Avaliamos que esta atividade fiscal terá doravante uma demanda crescente, em função do incremento na liberação de pesquisas a campo pela CTNBio, do aumento no volume de liberações comerciais de eventos Geneticamente Modificados e nos avanços científicos verificados na pesquisa de OGMs no mundo e no Brasil.

O MAPA exercerá um papel preponderante no monitoramento do avanço e da correta adoção desta tecnologia nos próximos anos em nosso País, especialmente no âmbito de grandes culturas como soja, milho, algodão, cana de açúcar e feijão. As explorações florestais são um segmento produtivo que apresenta expectativas na utilização de OGMs, sobretudo na cultura de eucalipto.

ANÁLISE DO CHEFE DE SERVIÇO

O controle de resultados e recursos dispendidos na unidade é feito através de planilhas geradas por cada RT- responsável Técnico dos PIs, que permite o acompanhamento mensal do desempenho de cada Plano Interno. Todas estas informações subsidiam a chefia na consolidação dos relatórios, bem como a geração dos indicadores que orientam a tomada de decisões técnicas e reprogramação de ações.

Cada PI do SEFAG tem uma forma de descentralização de recursos diferente, de parte dos Coordenadores Nacionais. Alguns receberam recursos financeiros suficientes do Órgão Central, entretanto a liberação dos mesmos não ocorreu na forma gradual e programada, comprometendo a execução das ações externas da equipe; vez que a liberação de recursos em época inoportuna não é compatível com o quadro de pessoal disponível para executar as ações e com o calendário agrícola.

Outros Planos Internos receberam significativamente menos recursos que o programado, e de maneira sazonal e/ou concentrados em 2 ou 3 meses.

É importante ressaltar que a liberação de recursos de maneira distinta do programada, compromete as ações, não só do PI ou do Serviço mas da Superintendência como um todo, pois as licitações são feitas em um determinado período, com aporte de recurso de todos os PIs envolvidos. A liberação extemporânea deste recurso pode prejudicar todos os processos licitatórios.

Embora as metas não tenham sido cumpridas em sua totalidade para alguns planos internos, a abrangência das ações quanto ao universo do agronegócio fiscalizado foi satisfatória para o ano de 2008.

Como pôde ser constatada no Exercício, a falta de recursos financeiros, sobretudo para investimentos, é fato recorrente de anos anteriores. É necessário o equilíbrio entre recursos financeiros, materiais e de pessoal para que o planejamento possa ser executado da maneira adequada.

Dentro deste contexto, faz-se necessário reavaliar o projeto de gestão do Ministério da Agricultura, visto que algumas instâncias administrativas não atuam de forma convergente e harmônica no âmbito do Órgão Central.

Cumpr-se destacar que os FFA's do SEFAG/DT/PR tem participado intensamente de forças-tarefas em todo país, para fiscalização nos diversos estados da federação, atividade esta relevante, porém implica na redução do quadro fiscal atuante no Estado do Paraná. Nesta seara, faz-se necessário reconhecer com mérito, a conduta dos FFAs que atuam em atividades vinculadas ao SEFAG/PR, pelo elevado grau de profissionalismo e desprendimento pessoal dedicado no desempenho da função pública.

No tocante a qualificação funcional dos servidores, durante 2008 houve um significativo incremento nas oportunidades de treinamentos ofertadas, seja no âmbito interno quanto externo. Foi possibilitado a todos servidores técnicos e operacionais, a participação em congressos, cursos, simpósios e reuniões técnicas de trabalho, sem restrições de natureza logística ou financeira.

Ressalta-se ainda a participação de nossos fiscais na elaboração do manual de fiscalização de insumos agrícolas, a ser implementado em 2009, e que trará sensíveis melhorias na padronização de atividades fiscais deste segmento em âmbito nacional.

A interface entre as Divisões Técnica e Administrativa de SFA-PR, teve uma melhora significativa na integração, e pode-se dizer que existe um escopo de gestão conjunta, com planejamento de ação de ambas as partes, levando-se em conta a capacidade e necessidade da outra parte envolvida.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SIPAG/DT-PR

1. PERFIL DO SERVIÇO

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG tem atuação de fiscalização nas áreas vegetal e animal.

A fiscalização agropecuária é atividade de Estado, indelegável, e fundamenta-se em preceitos constitucionais, atuando nas atividades que englobam todo o processo produtivo agropecuário e agroindustrial, incluindo as condições em que os animais e vegetais foram produzidos, bem como insumos, produtos e as mercadorias, a multiplicação, a forma e o estágio de sanidade e maturação em que foram colhidas, tratadas, manejados, processados, beneficiados, industrializados, embalados e comercializados, e ao estado em que se encontram no momento do embarque, para que possam ser certificadas como adequadas para o trânsito interestadual e internacional; assegurando sua plena condição sanitária à ingestão humana e animal.

É regida no âmbito internacional, por acordos multilaterais, dos quais o Brasil é signatário, aprovados pelo Congresso Nacional (OMC, CIPP, OIE, CODEX, OMS, MERCOSUL, COMUNIDADE EUROPÉIA etc.), e no âmbito interno por força da legislação em vigor.

O Serviço de Inspeção Federal tem suas bases legais no Regimento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, aprovado pelo Decreto 30.691, de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1225 de 25/06/1962, nº 1236 de 02/09/1994, nº 1812 de 08/02/1996 e nº 2244 de 04/06/1997.

Produtos destinados ao consumo humano e mesmo aqueles destinados ao consumo animal devem ser obtidos dentro de princípios sanitários, econômicos e seguindo normas legais. A responsabilidade sobre essas características é do produtor, manipulador e também ao nível comercial, cabendo a fiscalização apenas a verificação dessas garantias de segurança.

A atuação da fiscalização é atividade de núcleo estratégico e como tal deve ser tida como fator importante na segurança nacional, tendo em vista que objetiva a preservação de condições higiênicas, industriais e sanitárias na obtenção de produtos de origem animal e vegetal, destinados ao consumo interno e mercado exportador.

A estrutura organizacional do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários conta com 01 Chefe de Serviço (Médico Veterinário Juarez Deconto), o qual tem sob sua coordenação TRÊS planos internos (PIs), que são gerenciados conforme Portaria/MAPA nº 300/05, sendo a distribuição dos RTs da seguinte forma:

Plano interno	Responsável Técnico
PI INSPANIMAL 3	Sidney Antonio Liberati
PI CONTROVEG E IPVEGETAL	Claudia Hirt dos Santos
PI PADCALSSIF	Denis Nestor da Silva

Também estão sob responsabilidade do SIPAG/PR FFAs, médicos veterinários, que atuam no Serviço de Inspeção Federal (SIF) em estabelecimentos registrados no

MAPA localizados em diversos municípios do estado onde exercem atividades de fiscalização de caráter permanente.

Os FFAs lotados no estado do Paraná a serviço do SIPAG/PR que atuam nos estabelecimentos com SIF são eventualmente requisitados, pela Divisão Central para auditorias em estabelecimentos em outros estados, bem como acompanhamento de missões, participação em reuniões técnicas, cursos, treinamentos e grupos de trabalho.

Após a implantação da Portaria 300/05, foram estabelecidas metas para utilização de recursos físicos e financeiros dentro de programas de Planejamento Interno (PIs).

O estabelecimento das metas e seu gerenciamento é feito pelos Responsáveis Técnicos (RTs) que são FFAs designados para atenderem as funções conforme constam na Portaria citada.

Pelo fato de que há muitos anos, a estrutura gerencial e técnica foi realizada de modo diverso do que propõe a Portaria Nº 300/05, ainda existem modelos de atuação não correspondentes com a nova proposta.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DAS AÇÕES

As ações desenvolvidas nos PIs são planejadas pelo respectivo responsável técnico, de acordo com a Programação Orçamentária para o ano e objetivando atendimento de orientações das respectivas Divisões técnicas.

2.1. AÇÕES

O SIPAG/DT-PR atua no controle e fiscalização em três áreas da cadeia do agronegócio, tanto animal quanto vegetal, com a finalidade de programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

1. Inspeção ante e post-mortem de animais de açougue;
2. Inspeção Higiênico sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas produtos, sub produtos e derivados de origem animal;
3. Fiscalização das atividades de classificação de matérias primas, produtos e sub produtos, e derivados de origem animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças;
4. Inspeção Higiênico sanitária e tecnológica de produtos, sub produtos e derivados de origem animal e vegetal inclusive resíduos de valor econômico;
5. Inspeção e ou Fiscalização de produtos de origem animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação;
6. Inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, vinagres, vegetais in natura e industrializados, consoante normas regulamentares, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho, para o mercado nacional;
7. Coleta de amostras para análises laboratoriais e específicas para apoiar ações de inspeção ou fiscalização agropecuária de produtos, sub produtos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de

- origem animal e a inspeção de bebidas e fermentados acéticos para análise fiscal controle;
8. Cadastramento dos escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origem animal e vegetal. Assim como autorizar previamente o embarque das importações e exportações de produtos de origem animal conforme legislação vigente;
 9. Orientação, controle e promoção da emissão de certificados destinados ao comércio interestadual ou internacional de produtos e derivados de origem animal e vegetal, processados em estabelecimentos registrados;
 10. Instrução de processos administrativos consoantes às normas específicas, emitindo pareceres técnicos conclusivos sobre:
 - 10.1. Registro de produtos, sub produtos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal;
 - 10.2. Registro de estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores ou exportadores de produtos, sub produtos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal;
 - 10.3. Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, para execução de atividades de tipificação e classificação de animais, carcaças e produtos de origem animal;
 - 10.4. Vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos.
 - 10.5. Alterações de registros de estabelecimentos e produtos.
 - 10.6. Autuações de processos administrativos.
 - 10.7. Pareceres técnicos e julgamentos.
 11. Instrução de processos administrativos decorrentes de infrações de acordo com a legislação específica procedendo à devida notificação;
 12. A fiscalização da classificação dos produtos vegetais padronizados e destinados diretamente à alimentação humana;
 13. Gerenciamento da execução do contrato firmado entre o MAPA e a CLASPAR, com vistas ao controle dos certificados de classificação dos produtos vegetais padronizados importados e das taxas arrecadadas;
 14. Credenciamento e supervisão de empresas e/ou postos de classificação de produtos vegetais;
 - 15.

A programação, o gerenciamento e a execução das atividades físicas e financeiras de cada PI, são conduzidas pelos respectivos RTs.

3. GESTÃO DE PESSOAS

Pelo regimento interno das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs , implantado pela PMA Nº 300/05, este SIPAG/DT-PR, é responsável por 4 Planos Internos (PIs).

3.1. LOTAÇÃO DE SERVIDORES NO SERVIÇO:

A distribuição do quadro funcional do serviço é expresso na tabela abaixo, a qual também apresenta a evolução dos recursos humanos, bem como a lotação ideal para um desenvolvimento adequado dos trabalhos.

TABELA 1 – EFETIVO DE SERVIDORES DO SIPAG/ DT/SFA –PR E QUADRO DE PESSOAL:

CATEGORIA FUNCIONAL	2007	2008	QUADRO ADEQUADO
<u>Fiscais Federais Agropecuários</u>			
Engenheiros Agrônomos	09	09	12
Médicos Veterinários (a contagem incluiu estabelecimentos de fiscalização permanente e periódica)	111	109	206
Zootecnistas	0	0	-
Químicos	0	0	-
Agente de Atividades Agropecuária	13	13	26
Agente Administrativo	0	0	06
Agente de Inspeção Sanitária	152	152	478
Auxiliar de Ativ. Agropecuária	02	02	03
Auxiliar Ativ. Operacionais	23	23	25
Outros (técnico em inspeção/técnico agrícola)	22	22	39
SUB-TOTAL	332	330	790
Estagiários Nível Médio	0	02	0
Estagiários – Nível Superior	04	05	08
TOTAL	336	337	

Comentários em relação a tabela 1:

O corpo funcional do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, SIPAG, encontra-se lotado na sede da SFA/PR, nos estabelecimentos de inspeção permanente (SIFs) e nos escritórios regionais atuando em fiscalizações e inspeções periódicas da área animal, classificação e inspeções da área vegetal.

O Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, RIISPOA, define as obrigações e funções de execução privativas do quadro funcional do SIPAG, da área animal, em seus Artigos 2º, 3º, 4º, 8º, 14, 16, 853, 858, 863 e 916.

Há mercados internacionais que exigem a presença permanente de veterinários oficiais nos estabelecimentos habilitados para exportar para seus países (EUA, Canadá, União Européia entre outros), entretanto, há estabelecimentos exportadores que são atendidos apenas por acordos de cooperação técnica, que são convênios firmados entre a empresa privada e entidades públicas municipais e/ou estaduais visando à contratação de médicos veterinários.

O crescimento do volume produtivo e o surgimento de novos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal, agravam a falta de FFAs, sendo que são inúmeras as empresas registradas com SIF que, contrariando a legislação vigente, não contam com a presença de servidores do MAPA.

A falta de servidores tem colaborado para as crises emergentes de fraude e adulterações em produtos afetando o mercado consumidor.

O setor produtivo de lácteos, com 135 estabelecimentos recebe inspeção periódica a mais de 18 anos, sendo a atividade de inspeção periódica que deveria ser executada mensalmente, está sendo realizada de forma quadrimestral e ainda, enfrenta a deficiência funcional crônica que sobrecarrega o corpo técnico fazendo

com que muitos FFAs estejam atendendo até 25 estabelecimentos. Essa sobrecarga afeta sobremaneira o desempenho técnico fiscal do setor.

O apoio laboratorial é realizado através do Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO, localizado em Curitiba/PR.

Nas atividades da classificação vegetal é utilizado o serviço da CLASPAR, empresa estadual que atua na área da classificação de produtos.

Considerando a demanda, ainda se faz necessário à utilização de laboratórios particulares credenciados pelo MAPA.

A utilização de laboratórios não oficiais, mas, credenciados ou relacionados, é prática reconhecida e aceita, entretanto, contraria o RIISPOA em seu artigo 848, parágrafo 10 .

As deficiências levam ao não atendimento da demanda de análises fiscais do estado do Paraná (número de amostras, metodologias analíticas não implantadas, logística de recebimento/análise de amostras insuficiente) interferindo diretamente na fiscalização da qualidade sanitária e econômica dos produtos.

4. FOCO NO CLIENTE

4.1 Cliente Externo:

Consumidores finais e estabelecimentos industriais, comerciais ou manipuladores e suas entidades representativas constituem basicamente as categorias a serem atendidas pelos serviços do SIPAG.

As atividades programadas e desenvolvidas pelos Pis deste Serviço estão concentradas em ações de supervisão, fiscalização/inspeções, coleta de amostras para análises fiscais, análises de projetos, registros de produtos, vistorias e emissão de laudos e relatórios.

O objetivo de todas as ações desenvolvidas é verificar o atendimento das qualidades econômicas e sanitárias estabelecidas na legislação para a obtenção de produtos e matérias primas, convém salientar que a presença da fiscalização é ferramenta de segurança, cabendo a responsabilidade final ao fabricante e setor comercial.

Através das verificações fiscais, certificam os produtos em relação ao cumprimento de acordos internacionais.

A programação para utilização dos recursos físicos e financeiros dos Pis é feita visando o cumprimento de legislações , atendimento a demandas e denúncias de consumidores programas de políticas públicas

As opiniões, sugestões e críticas a respeito do andamento do serviço ainda são feitas de modo informal para o Chefe de Serviço e através do serviço de ouvidoria do MAPA.

Pela falta de índices não é feita a avaliação da qualidade dos serviços do SIPAG, desta forma desconhece-se tendências e problemas, fatores que dificultam um planejamento estratégico visando melhorias e correções no atendimento ao público alvo.

Embora o serviço de ouvidoria, já tenha sido completamente implantado, ainda esbarra em dificuldades tais como formalizações inadequadas de demandas/denúncias, morosidade no fluxo de informações, falta de repasse de informações, falta de informações adequadas e sistematizadas, falta de treinamento para atendimento ao público, lentidão no atendimento, desconhecimento do fluxo e/ou organograma da instituição, falta de pessoal, desconhecimento por parte do público de questões protocolares e entraves legais.

O relacionamento com as entidades ligadas ao setor produtivo é feito através da participação dos técnicos em reuniões nas seguintes entidades:

- *Conselho setorial de agroindústria e alimentos – Comissão de Fraude Alimentar;*
- *Associação Paranaense de Avicultores - APAVE;*
- *AVIPAR;*
- *Conselho Estadual de Sanidade Animal – CONESA;*
- *SINDILEITE;*
- *Câmara setorial de Piscicultura;*
- *Comissão de Alimentos Orgânicos;*
- *Câmara Técnica da Agroindústria Familiar;*
- *Conselhos Municipais de Sanidade Animal e outros.*

1. Cliente Interno:

Na Superintendência Federal de Agricultura do Paraná (SFA/PR), o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/PR) tem interface com o Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária (SEDESA/PR) nas ações de liberação de importação de produtos de origem animal que necessitem parecer técnico zootécnico.

Os Serviços de Inspeção Federal, subordinados ao SIPAG/PR que atuam junto às empresas, também estão inter relacionadas com o SEDESA/PR na avaliação documental que atesta o status sanitário dos animais por ocasião do recebimento para o abate, ou no recebimento de produtos de origem animal para beneficiamento.

O controle dos produtos originários dos estabelecimentos industriais, manipuladores e fracionadores sob Serviço de Inspeção Federal, destinados aos mercados internacionais, é feito através do Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA/VIGIAGRO/PR) nos postos de fronteira, portos e aeroportos.

5. Critérios a serem considerados na gestão de pessoal do SIPAG na prestação de serviços:

O Serviço carece de organização gerencial, priorizando o atendimento a demanda em detrimento a ações planejadas.

A metodologia de atuação no atendimento a solicitações emergentes e a prioridades estabelecidas sem critérios protocolares ou de planejamento interferem na eficiência das análises técnicas.

A falta de pessoal em número e de competência para o desempenho das funções de Fiscalização interferem na qualidade dos serviços prestados.

Os critérios de indicação para treinamentos embora tenham tido melhora considerável em relação aos anos anteriores, ainda não estão claramente definidos, ocorrendo situações de indicação de técnicos que não atuam na área específica.

A eficiência dos treinamentos deveria considerar o aproveitamento dos técnicos treinados considerando que há casos, em que os técnicos depois de qualificados pelos treinamentos são postos a atuarem em outras áreas ou que não utilizando os conhecimentos adquiridos.

Necessita política de recursos humanos que tornem efetivas a difusão e irradiação das informações e decisões tomadas pelos treinados em seu retorno, aos demais servidores da unidade .

Ocorrem falhas no planejamento e convocação dos técnicos para esses treinamentos, ocorrendo atrasos nas comunicações, falta de comunicação hierárquica,

atrasos na emissão de passagens, emissão de passagens sem consideração com horários e datas estabelecidas para os treinamentos entre outros.

A descentralização de recursos para a efetivação destes treinamentos tem ocorrido concomitantemente com a descentralização do planejamento destes, não tendo sido considerado a estrutura de pessoal e logística para a execução destas tarefas, que tem sido delegadas aos técnicos em detrimento as suas atividades.

A participação em eventos oferecidos por instituições externas não tem sido viabilizada para os servidores do SIPAG/PR.

A importância da participação em eventos de caráter nacional ou internacional permitiria a atualização e interação com os diversos segmentos da cadeia técnica e produtiva.

Os eventos promovidos pelo MAPA têm sido concentrados em outros estados que oferecem melhores condições de infraestrutura ou cujas SFAs possuem peculiaridades diversas da SFA /PR.

Em relação aos temas dos treinamentos, embora sejam na sua maioria tecnicamente relevantes, há carência crônica de treinamentos que comportem temas relacionados à tramitação protocolar no Serviço Público e questões de direito administrativo relativas a processos administrativos,

TABELA 2 – TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO SIPAG/DT-PR NO EXERCÍCIO DE 2008.

EVENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
<u>Congressos</u>	- Minicurso do Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite – set./08 – Recife/PE	03
<u>Encontros</u>	- Encontro Nacional da Inspeção Vegetal – Pirenópolis/GO	03
	- Encontro Nacional do PNCRC – Recife/PE	01
	- Encontro Nacional dos gestores PNCRC – Fortaleza/CE	01
<u>Cursos e oficinas</u>	- Curso sobre Legislação de Proteção e Defesa do Consumidor para servidores do MAPA – Brasília/DF	03
	- Treinamento na área de Vinhos e Derivados da uva e do Vinho organizado pela CGVB e CEFET/Bento Gonçalves - RS	02
	- Treinamento em fiscalização de estabelecimento de Vinhos e bebidas em Curitiba/PR	11
	- Treinamento sobre registro e fiscalização de vinhos e bebidas – São Luiz - MA	02
	- Curso de Procedimento Padrão das Ações Administrativas correntes de Infrações às Normas do DIPOA e Direito Administrativo aplicado ao Poder de Polícia Sanitária do MAPA – Brasília/DF	01
<u>Simpósios e seminários</u>	- Seminário de Resíduos de Medicamentos Veterinários em produção de Aqüicultura – maio/08 – Fortaleza/CE	02
<u>Treinamento</u>	- Produtos Termoprocessados – Barretos/SP	04
	- Treinamento em Inspeção de Carnes Suínas - Bento Gonçalves/RS	06

<u>s</u> <u>teórico</u> <u>s</u> <u>e</u> <u>prático</u> <u>s</u>	- SEDESA – Londrina/PR	03
	- Inspeção de Suínos – Toledo/PR	03
	- Prático em Inspeção de Leite e derivados – SIF 2128 – Carambei/PR	02
	- Prático em Inspeção de Leite e derivados – SIF 1385 – Londrina/PR	01
	- Institucional – Brasília/DF	01
	- Leite UHT – Goiânia/GO	01
	- APPCC de mel – São Paulo/SP	01
<u>Reuniões</u>	- Revisão de procedimentos de importação e amostragem de vinhos e bebidas na CGVB/DIPOA/SDA - Brasília/DF	02
	- Elaboração de Regulamento Técnico para Fixação de Critérios de Controle, Comercialização, Estoque e envelhecimento de cachaça, aguardentes e destiladas. Realizar análise de processos de registro de vinhos e derivados – Brasília/DF;	01
	- Participar de reunião do programa SIVIBE para revisão do documento de Visão do Sistema criado pelo SERPRO, conforme as necessidades apresentadas pelos representantes das SFAs e Coordenação, Brasília – DF;	01
	- Participação em reunião, na CGVB/DIPOV/DAS, sobre resultados obtidos na fiscalização no 1º semestre e estabelecer ações para o 2º semestre, Brasília – DF;	01
	- Participar de reunião com vistas a discussão e elaboração de instrumento legal que estabelecerá os procedimentos padronizados referentes a fiscalização de vinhos e bebidas, Brasília – DF;	01
	- Participar da segunda reunião do Grupo de Trabalho com vistas à discussão e elaboração de instrumento legal que estabelecerá os procedimentos padronizados, referentes a fiscalização de vinhos e bebidas, a se realizar em Brasília na Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB.	01
	- IN 51/02 e rotulagem – implantação e entraves – julho/2008 – Londrina/PR	12
	- Descentralização do Programa de combate a Fraude no Leite – set/08 – Brasília/DF	01
	- Avaliação e Planejamento Segmento Leite – dez/08 - Foz do Iguaçu/PR	12
	- Informação Nutricional Secundária em Farinhas Lácteas – dez/08 – Brasília/DF	01
	- Revisão do RIISPOA – Brasília/DF	02
	- Revisão do RIISPOA - São Paulo/SP	02
	- Reunião Técnica SEDESA – out/08 – Foz do Iguaçu/PR	09
	- Reunião Técnica Mel e Derivados – Avaliação de Diretrizes – out/08 – São Paulo/SP	03
<u>Outros evento</u>		0

<u>s</u> (especificar)		
TOTAL (sem repetição)		101

5. FLUXO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Sugestão de conteúdo de análise:

O trâmite dos processos e documentos é registrado em livro protocolo de uso exclusivo para atender ao SIPAG/PR onde consta o número do memorando ou ofício encaminhado. Há controle por parte dos RTs sobre assuntos inerentes das atividades de cada um, específicos das atividades atendidas.

O trâmite interno (*entre os diversos serviços da SFA*) e externo (para entidades relacionadas) de processos é feito através de sistema informatizado, Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentações (SIGID).

Através do SIGID são feitos a tramitação e acompanhamento de documentos, principalmente processos administrativos desta forma há transparência no andamento de toda documentação protocolada no Serviço havendo controle sobre a remessa, recebimento e outros procedimentos relativos a essa documentação. O SIGID constitui-se em verdadeira ferramenta para os serviços prestados ao público pelo fato de que sua consulta pode ser feita através da página do MAPA disponível na internet.

Esse procedimento poderia ser melhorado se a tramitação fosse exigida em todas as instâncias do Serviço e não estivesse restrita apenas à tramitação entre o protocolo, SIPAG, UTRA, e órgão central.

Durante o trâmite, há dados que poderiam ser avaliados no intuito de busca de melhorias e que atualmente não ocorrem, como por exemplo, avaliação do tempo de tramitação de cada tipo de documento até o seu resultado final.

Outra melhoria que poderia ocorrer seria complementar a descrição técnica da situação do processo em cada uma das etapas em que é tramitado. O que ocorre atualmente é que as descrições sumárias não esclarecem o público interessado, que necessita ter acesso a essas informações, e desta forma, passam a utilizar outros meios de comunicação com a área envolvida (comunicação direta ou por telefone). Essa interface acaba causando prejuízo no andamento dos trabalhos técnicos (interrompidos para fornecimento das informações) e principalmente para a parte interessada.

Há necessidade de implementar melhorias na utilização do SIGID através de treinamentos da área técnica e administrativa e da divulgação da ferramenta para utilização pelo público que desconhece a possibilidade.

Circulares, certificações e outras informações sobre estabelecimentos são obtidas através do SIGSIF (Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal), sendo que cada FFA e muitos AIISPOAs possuem senhas pessoais tanto para consultas, como para emissão de certificados bem como para lançamento de dados do Serviço.

Através do SIGSIF são disponibilizados, por meio eletrônico, informações na forma de circulares, ofícios e resenhas técnicas sobre procedimentos a serem

adotados pelo Serviço. Há base de dados de acesso restrito aos servidores do MAPA.

Na base de dados, de acesso restrito aos servidores, esses desempenham várias atividades relacionadas ao Serviço, tais como emissão de certificados internacionais, controle de dados estatísticos (lançados obrigatoriamente pelas empresas), cadastro de produtores de leite (por SIF), etc...

O SIGSIF também contém informações que possibilitam consultas sobre estabelecimentos registrados no SIF, dados das espécies abatidas em cada estado, fichas dos estabelecimentos, habilitações para exportações, estabelecimentos estrangeiros habilitados para exportarem para o Brasil, entre outras informações.

Como um todo, as ferramentas disponibilizadas pela internet, ainda esbarram em dificuldades tais como acesso aos meios eletrônicos (boa parte dos servidores só tem acesso a equipamentos e serviços de informática fornecidos pelas empresas por eles fiscalizadas), falta de suporte técnico para atendimento a eventuais falhas, falta de capacitação dos técnicos usuários dos sistemas informatizados, *hardwares* ou *softwares* obsoletos ou pouco utilizados pela grande maioria do público alvo, o que dificulta a comunicação entre servidores e público.

Ainda, para complementar, também a baixa velocidade da transmissão de dados e a falta de treinamento para os técnicos, principalmente técnicos mais antigos, não familiarizados com o uso da informática, comprometem a eficiência e o bom andamento dos serviços.

Na conjuntura atual, é inadmissível a existência de técnicos que exerçam atividades de fiscalização sem a utilização da informática.

Como ferramenta de acesso às legislações, também é utilizado o SISLEGIS, Sistema de Legislação Agrícola Federal, que permite a consulta a vários documentos legais. O problema desse sistema é que não disponibiliza algumas circulares antigas e ainda em vigor.

A liberação de embarque (para o país de origem que irá exportar para o Brasil) de produtos é feita através do SISCOEX, Sistema Integrado de Comércio Exterior.

Esse sistema tem funcionamento a contento, eventualmente se apresenta lento em alguns horários, visto que utilizado por vários Serviços da Superintendência.

Também é utilizado o SICAR, Sistema de Controle de Arrecadação para emissão de guias de recolhimento de multas e serve também para controle do histórico das infrações das empresas registradas no MAPA.

O SICAR, utilizado para controle e emissão de GRU (Guia de Recolhimento da União), tem freqüentemente apresentado problemas em sua utilização, devido à linguagem desatualizada em que foi configurada, a falta de uniformização, entre os Estados, da informação lançada e, a falta de intercomunicação entre os Estados, fazendo com que o termo "INTEGRADO", conste apenas em seu nome, mas não de fato.

Além do exposto, o sistema também é falho por apresentar-se constantemente desatualizado por ocasião da consulta sobre o recolhimento das multas impostas, quando então o técnico consultando o SICAR constata que as multas não foram recolhidas, mas, o problema se deve ao não lançamento dos dados de recolhimento em tempo hábil pelo sistema financeiro (Banco do Brasil), isto causa transtornos, uma vez, que com base neste histórico o processo administrativo poderá ou não ser encaminhado para cobrança em dívida ativa.

Há necessidade de implementação de melhoria na utilização do SICAR através de treinamento do pessoal técnico e atualização da linguagem informática utilizada pelo sistema.

O sistema da tramitação dos documentos através de registro em livro, ainda precisa ser mais agilizado e corresponder à realidade das informações tramitadas e fornecer segurança. O arquivo de cópias das informações é deficiente, também não fornecendo segurança quanto ao fluxo e memória das mesmas. Há falta de pessoal administrativo treinado de forma adequada às atividades de apoio.

A outro fator importante que tem comprometido a tramitação e organização dos documentos dentro do SIPAG/PR decorrente da infra-estrutura pessoal e física que conta com servidores ineptos para atividade de organização gerencial de arquivo e com estrutura física deficiente de equipamentos e utensílios específicos para a finalidade.

Há deficiências também junto aos FFAs lotados nos SIFs no interior do estado, que não estão suficientemente treinados ou motivados para a emissão de informações (vias convencionais e vias informatizadas).

A utilização de critérios oficiais já padronizados para correspondência oficial entre os diversos segmentos do serviço é ignorada. A dificuldade na elaboração de informações e dados através das comunicações escritas, revela falhas que significam retrabalho e delongas.

As falhas no sistema informatizado, na rede interna e sistema tecnologicamente desatualizado (deficiência de treinamento dos usuários, falta de hábito dos usuários para utilização do sistema como ferramenta, sistema tecnologicamente desatualizado não oferecendo agilidade, sistema de rede falho ou insuficiente, carência de equipamentos, etc...), contribuem para a ineficiência do fluxo de informações, causando uma sobrecarga dos sistemas convencionais de comunicação com alto custo (telefone, correio, fax).

PROGRAMA: 0356- SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

AÇÃO : 8939 - IPVEGETAL2 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

FINALIDADE DA AÇÃO

Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;

celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

RESULTADOS OBTIDOS

METAS FÍSICAS

TABELA : DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007, NO PLANO INTERNO IPVEGETAL 2. SFA/PR.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	2007	2008		
			EXECUT.	PROGRAMADO	EXECUT.	%
1	Estabelecimentos Inspeccionado	Fiscalização	113	200	243	121,5
2	Emissão de Termos de Intimação	Intimação	12	Não programável	91	
3	Emissão de Auto de Infração	AI	16	Não programável	46	
4	Produtos Fiscalizados	Número		Não programável	153 coletados	
5	Termos de Colheita de Amostra	TCA	53	Não programável	74	
6	Produtos Líquidos Apreendidos	Litros	86.742	Não programável	89.466,58	
7	Rótulos Apreendidos	Unidade	156.456	Não programável	867.440	
8	Produtos Líquidos Inutilizados	Litros	-	Não programável		
9	Rótulos Inutilizados	Unidade	29.908	Não programável	61.400	
10	Certificados de Inspeção de Importação	Certificação	2.068	Não programável	2278	
11	Certificados de Inspeção de Exportação	Certificação	19	Não programável	1	
12	Registro de Empresas	Registro	39	Não programável	29	
13	Registro de produtos	Registro	210	Não programável	211	
14	Credenciamento de Vinícolas estrangeiras	Credenciamento	-	Não programável		
15	Julgamento em 1ª Instância	Número		Não programável	45	

Considerou-se para estabelecimento inspeccionado aqueles sujeitos a fiscalização de rotina, apuração de denúncias e vistoriados para registro.

PRODUTO: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO

TABELA: DEMONSTRATIVO FÍSICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ESTABELECIMENTO INSPECIONADO”, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2006, NO PLANO INTERNO IPVEGETAL 2 . SFA-PR.

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2007	2008						
Realiza da QR	Program ada QP	Realiza da QR	Unive rso QT	Realizado CR		Unitário Programa do 2008 - CUP	Unitário Realizado 2008 (CUR)
				2007	2008		
113	200	243	200	43.929,45	87.897,57	367,32 *	218,52 **

Legenda:

QP = quantidade programada; QR = quantidade realizada; QT = quantidade total de unidades do universo;

CR = custo realizado; CUP custo unitário programado; CUR = custo unitário realizado

* Foram considerados, para fins de cálculo do CUP, os recursos financeiros programados para 2008, nas rubricas 3390-14 (diárias), 3309-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica)

** Para cálculo do CUR, considerou-se os recursos financeiros executados nas rubricas 3390-14 (diárias efetivamente utilizadas para fiscalização), 3309-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica)

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2006, PARA O PLANO INTERNO IPVEGETAL 2 . SFA-PR .

RUBRIC A	ELEMENTO DESPESA	2007	2008			
		Executad o (R\$)	Programad o (R\$)	Liberad o (R\$)	Executad o (R\$)	% E/ L
3390-14	Diárias	16.226,03	34.604,50	41.574,73	41.574,73	100,00
3390-30	Material de consumo	6.540,06	9.360,00	20.368,95	20.190,60	99,12
3390-33	Passagens	233,46	0,00	18.518,29	18.518,29	100,00
3390-36	Serv Terc Pessoa Física	-	0,00		-	-
3390-39	Serv Terc Pessoa Jurídica	16.265,90	29.500,00	5.188,82	4.656,95	89,74
3350-39	Estagiário	4.664,00	14.400,00			
4490-52	Mat Perm e Equipamento	-	25.000,00	2.957,00	2.957,00	100,00
TOTAL	-	43.929,45	112.864,50	88.607,79	87.897,57	99,20

1 - Os recursos liberados na rubrica 3390-14, elemento de despesa Diárias, em 2008, foram utilizados como segue:

- R\$ 28.253,38 para realização de fiscalizações;
- R\$ 13.321,35 para realização de treinamentos, cursos, reuniões técnicas, atividades na área de importação/exportação de bebidas e participação no ESNAVE

2- Os recursos liberados na rubrica 3390-33, elemento de despesa Passagens, foram utilizados unicamente para participação dos FFAs em treinamento, cursos e reuniões técnicas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Percentual de estabelecimentos inspecionados em relação ao total programado. O indicador tem por finalidade avaliar o atendimento às metas estipuladas para o período, quanto ao número de estabelecimentos produtores de vinho e bebidas inspecionados.

Tipo: Eficácia

$(EI/EP) \times 100 =$, onde:

EI = Estabelecimentos industriais produtores de vinhos e bebidas efetivamente inspecionados no Estado;

EP = Programação de estabelecimentos industriais produtores de vinhos e bebidas a serem inspecionados no período.

$$(243/200) \times 100 = 121,5$$

COMENTÁRIO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

O Serviço realizou 243 fiscalizações em estabelecimentos de bebidas em geral, correspondendo a 121,50% da meta reprogramada (200) A meta inicial, dada pelo Siplan era de 272 estabelecimentos fiscalizados.

O custo realizado (CR) foi maior que no ano de 2007, pela maior descentralização de recursos, bem como pelo fato de ser considerado, para o cálculo do CR 2008, os recursos liberados nas rubricas 3390-14 (diárias efetivamente emitidas com fins de fiscalização de estabelecimentos produtores de bebidas), 3390-33 (material de consumo, principalmente combustível) e 3390-39 (serviço terceiros Pessoa Física), devido o custo de transportes de amostras com fins de análises fiscais e manutenção de veículos bem como custo com publicação de editais no Diário Oficial da União. Para fins de cálculo da CR foram excluídos os valores liberados para cursos, encontros e reuniões.

O número de fiscalizações realizadas em 2008 foi 115% maior que no anterior, considerando, porém, como informado anteriormente, a revisão da meta. Tal fato deve-se:

1. Alteração do quadro de Fiscais lotados no SIPAG/SFA-PR.

2. Adoção de nova metodologia de trabalho, com a colaboração de FFAS lotados nas Unidades descentralizadas da SFA/PR, sendo que em todas as ações de Fiscalização, pelo menos 2 fiscais atuavam em conjunto e, dependendo do histórico do estabelecimento, até 3 fiscais eram deslocados. Isto contribuiu para o aumento nos custos de diárias;
3. A reprogramação da meta foi devida aos seguintes fatos:
 - a. Os FFAs lotados no SIPAG/SFA-PR apresentam uma demanda de atividades, que não a fiscalização, quais sejam: análise de requerimentos e emissões de autorizações de importação e certificados de inspeção, análise e autorização de requerimentos de exportações de bebidas; análise de processos de registro de estabelecimentos e produtos e de rotulagem, as quais demandam tempo;
 - b. Deslocamento de FFAs lotados no SIPAG/SFA-PR para participação de reuniões técnicas, cursos, treinamentos, conforme tabela abaixo;

TABELA – TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO IPVEGETAL2 SIPAG/DT-PR NO EXERCÍCIO DE 2008.

EVENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Encontros	- Encontro Nacional da Inspeção Vegetal, Pirenópolis - GO	03
Cursos e oficinas Treinamentos teóricos e práticos	- Curso sobre Legislação de Proteção e Defesa do Consumidor para servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília – DF	02
	- Treinamento na área de Vinhos e derivados da uva e do vinho, organizado pela CGVB e CEFET/BG, Bento Gonçalves – RS;	02
	- Treinamento em fiscalização de estabelecimentos de vinhos e bebidas, Curitiba – PR;	11
	- Treinamento sobre registro e fiscalização de vinhos e bebidas, São Luis – MA	02
Reuniões	- Reunião para revisão dos procedimentos de importação e amostragem de vinhos e bebidas, na CGVB/DIPOV/DAS, Brasília – DF;	02
	- Reunião para elaboração de regulamento técnico para fixação de critérios de controle, comercialização, estoque e envelhecimento de cachaça, aguardentes e destilados. Realizar análise de processos de registro de vinhos e derivados, Brasília – DF;	01
	- Participar de reunião do programa SIVIBE para revisão do documento de Visão do Sistema criado pelo SERPRO, conforme as necessidades	01

	apresentadas pelos representantes das SFAs e Coordenação, Brasília – DF;	01
	- Participação em reunião, na CGVB/DIPOV/DAS, sobre resultados obtidos na fiscalização no 1º semestre e estabelecer ações para o 2º semestre, Brasília – DF;	01
	- Participar de reunião com vistas a discussão e elaboração de instrumento legal que estabelecerá os procedimentos padronizados referentes a fiscalização de vinhos e bebidas, Brasília – DF;	01
	- Participar da segunda reunião do Grupo de Trabalho com vistas à discussão e elaboração de instrumento legal que estabelecerá os procedimentos padronizados, referentes a fiscalização de vinhos e bebidas, a se realizar em Brasília na Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB.	

- c. Os FFAs lotados nas Unidades descentralizadas atuam nas diversas áreas de Fiscalização do MAPA, sendo necessário, em alguns casos, o cancelamento das fiscalizações.

No presente Exercício, houve alteração no quadro de FFAs lotados no SIPAG/DT-PR. Em julho de 2008 incorporou-se ao quadro o FFA Francisco Marçallo. Porém, 3 (três) FFAs deixaram o serviço neste ano:

- Marlene de Matos Malavasi solicitou licença médica em fev/08, por um período de 3 meses e após, foi transferida para a área de Classificação Vegetal, sendo que em julho/08, solicitou a exoneração de seu cargo.
- Em dezembro/08 os FFAs Glauco Bertoldo e Francisco Marçallo foram transferidos para outros serviços.

O quadro ideal de servidores seria:

- 7 Fiscais Federais Agropecuários;
- 4 Agentes de atividade agropecuária;
- 2 Agentes Administrativos;
- 1 Estagiários de nível médio e
- 2 Estagiários de nível superior

Os demais entraves citados no Relatório de Gestão/2007, tais como a falta de computadores e automóveis, foram sanados em 2008, com a compra de equipamentos e veículos compatíveis com a carga de serviço, com recursos empenhados no PI PADCLASSIF.

RESULTADOS DO SERVIÇO:

PROGRAMA: 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

ATIVIDADE – 4746 – PADCLASSIF - PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

1 - FINALIDADE DA AÇÃO:

I. Fiscalização da identidade e qualidade dos produtos vegetais, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, com padrão oficial editado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e destinados diretamente à alimentação humana; II. Supervisão das atividades de classificação vegetal realizada pelas entidades credenciadas pelo Ministério da Agricultura; III. Gerenciamento do Contrato MAPA-CLASPAR, para apoio nas atividades de classificação vegetal de produtos vegetais importados.

2 - DESCRIÇÃO DA AÇÃO:

I. Fiscalização da identidade e qualidade dos produtos vegetais, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, destinados diretamente à alimentação humana, principalmente na fase de comercialização, coletando amostras dos citados produtos para classificação fiscal, especialmente; II. Supervisão das atividades realizadas pelas empresas credenciadas pelo MAPA, para exercerem a atividade de classificação de produtos vegetais, atuando na análise de documentação, vistoria do local e equipamentos do posto de classificação, emissão de licença de funcionamento e; supervisão periódica "in loco", da realização da atividade de classificação e; III. Controle dos certificados de classificação de produtos vegetais importados, pela CLASPAR, conferência dos valores recolhidos e emissão de GRU para recolhimento do valor destinado ao MAPA.

3 - RESULTADOS OBTIDOS

3.1 PRODUTO: METAS FÍSICAS

TABELA: DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO PADCLASSIF/SFA-PR

Nº	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	2007 ¹	2008		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO	(%)
1	Fiscalização de estabelecimentos beneficiadores, embaladores comerciais e	fiscaliz.	157	225	202	89,8%
2	Fiscalização e inspeção de postos de classificação de empresas credenciadas	fiscaliz.	04	26	21	80,8%

3	Fiscalização de posto de classificação de produtos vegetais importados (CLASPAR)	fiscaliz.	01	10	05	50%
4	Amostras coletadas	amostra	320	200	193	96,5%
5	Auto de infração lavrado	auto	134	Indetermin.	109	-
6	Perícia realizada	perícia	10	Indetermin.	10	-
7	Emissão certificado de classificação de produto importado	certif. de	26.592	Indetermin.	25.172	-
8	Produto importado classificado		2.126.809	925.000 ²	2.105.227,8	227,6%
9	Taxa arrecadada	R\$	1.579.133,37	Indetermin.	1.591.375,56	-
10	Taxa recolhida	R\$	315.826,68	Indetermin.	318.275,11	-

^{/1} Segundo dados contidos no RAEF, de dezembro de 2007; ^{/2} Valor constante no SIPLAN 2008.

3.2 PRODUTO: PRODUTO PADRONIZADO/CLASSIFICADO

TABELA: DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “PADRONIZADO/CLASSIFICADO”, REFERENTE AO EXERCICIO DE 2008, NO PLANO INTERNO PADCLASSIF/SFA-PR

Quantidade Física				Custo em R\$ 1,00			
2007	2008			Realizado (CR)		Unitário	Unitário
Realizado (QR)	Programado (QR)	Realizado (QR)	Universe (QT)	2007	2008	Programado 2008	Realizado 2008 (CUR)
157	225	202	^{/1}	65.678,38	34.069,80	151,42	168,66

^{/1} Não é possível quantificar o universo dessa ação, tendo em vista que os estabelecimentos beneficiadores, embaladores e comerciantes não são obrigados a se registrarem no MAPA.

4. EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO PADCLASSIF/SFA-PR

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	(%) E/L
3390-14	10.002,03	27.000,00	18.100,00	17.618,04	97,3%
3390-30	16.562,19	17.850,00	9.300,00	7.611,73	81,8%
3390-33	2.038,97	0,0	6.467,82	6.467,82	100,0%
3390-36	0,0	0,0	2.600,00	945,12	36,4%
3390-39	6.776,19	11.250,00	5.300,00	1.327,09	25%
3350-39	2.316,23	0,0	0,0	0,0	-
4490-52	65.678,38	4.500,00	0,0	0,0	-
339093	-	-	100,00	100,00	100,0%
TOTAL	103.373,99	60.600,00	41.867,82	34.069,80	81,37%

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

<i>Indicador Obtido</i>				
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	- 48,12	11,38	89,77	-

Fórmulas: Economicidade = $[(CR\ 2008 / CR\ 2007) - 1] * 100$;

Eficiência = $[(CUR\ 2008 / CUP\ 2008) - 1] * 100$;

Eficácia = $(QR\ 2008 / QP\ 2008) * 100$;

Efetividade = $(QR\ 2008 / QT\ 2008) * 100$

6. COMENTÁRIOS

Os resultados das atividades desenvolvidas no âmbito do PI PADCLASSIF, durante o ano de 2008, são apresentados no Item 3.1-METAS FÍSICAS. Foi observado um aumento dos quantitativos realizados, em praticamente todas as ações desenvolvidas, quando comparado com o ano anterior. As fiscalizações dos postos de classificação das entidades credenciadas estão próximas da quantidade mínima recomendada pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA (2 por posto ao ano).

Entendemos que diversos fatores contribuam de maneira significativa para o não alcance das metas estabelecidas para as atividades de fiscalização, dentre as quais os serviços administrativos a serem executados pelos FFAs deste setor. Tomando-se por exemplo o gerenciamento do contrato SFA-PR/Claspar, onde todos os certificados de classificação de produto vegetal importado são conferidos, sendo aproximadamente três mil documentos por mês, para se atestar o recebimento de taxas de classificação. Estima-se que o gerenciamento deste contrato consuma 40% do tempo de trabalho de

seu gerente, tempo precioso este que poderia ser utilizado para contribuir nas atividades de fiscalização e, conseqüentemente, para o atingimento de metas do setor. O gerenciamento poderia ser executado por um servidor que não seja FFA.

7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diante do quadro acima descrito, entendemos que para um adequado desenvolvimento dos trabalhos efetuados por este setor e implementação de novas atividades desenvolvidas pelo SIPAG, necessitaríamos de, pelo menos, mais um FFA, conforme quadro seguinte:

	NÚMERO SERVIDORES ATUAIS	DENECESSIDADE NOVOS SERVIDORES	DETOTAL DESEJAD O
Fiscais Agropecuários	03	01	04
Técnicos Agrícolas	02	00	02
Administrativo/Estagiário (NS)	01	00	01
TOTAL	06	01	07

PROGRAMA: 356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

ATIVIDADE - 2145 – INSPANIMAL3 - INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITARIA DOS PRODUTOS , SUBPRODUTOS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL

1. DESCRIÇÃO DA AÇÃO:

2.

Fiscalização nas indústrias que abatem animais destinados ao consumo humano ou manipulem matérias primas de origem animal através da Inspeção tecnológica higiênico sanitária nos estabelecimentos produtores, beneficiadores, e que realizem comércio nacional e internacional de alimentos e derivados de origem animal destinados ou não a alimentação humana.

As ações de fiscalização envolvem a inspeção ante-mortem e pos-mortem dos animais de abate, dos estabelecimentos de pescados, de laticínios, de ovos, de produtos apícolas e de graxarias.

A realização de rotinas operacionais visa o atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação bem como fiscalizar a produção de alimentos de origem animal destinados ou não ao consumo humano para o mercado interno.

2. RESULTADOS OBTIDOS

2.1.EXECUÇÃO DE METAS FÍSICAS:

TABELA 3: DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FÍSICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PLANO INTERNO INSPANIMAL3 . SFA PARANA .

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNID ADE MEDI DA	2007	2008	
			EXECUT ADO	PROGRA MADO	EXECUT ADO
1	<u>Supervisão:</u> Industrial e sanitária em estabelecimentos exportadores e não exportadores produtores de carne, pescado, produtos apícolas ovos e seus derivados, leite e seus derivados	TF	105	808 ⁽¹⁾	182
2	<u>Fiscalização e Inspeção</u> Industrial e Sanitária em matadouro frigorífico, charqueadas, fábrica de conserva e derivados, entrepostos de carne e derivados, fábrica de produtos não comestíveis, granjas avícolas, entrepostos de ovos e de pescado, usinas de beneficiamento de leite e fábricas de laticínios.	TF	1.540	5.916 ⁽²⁾	1581
3	Fiscalizar/inspecionar estabelecimentos com SIF e estabelecimentos comerciais através de análises fiscais.	TF	576	648 ⁽³⁾	766
4	Fiscalizar/inspecionar estabelecimentos com SIF (lácteos, pescados e mel) e reinspeção de produtos importados através de análises fiscais.	TF	867	1.080 ⁽⁴⁾	1543
5	Relatoria em 100% de processos administrativos referentes a autuações fiscais (autos de infração, irregularidades, recebimento de terceiros, denúncias e outros).	PR	180	180 ⁽⁵⁾	547
6	Analisar e emitir parecer em 100% dos processos de Reforma, Ampliação de empresas e registro de novas empresas que derem entrada no SIPAG ano de 2008	PR	240	240 ⁽⁶⁾	383
7	Analisar e emitir parecer em 100% dos requerimentos de registro e autorizações de uso de produtos que derem entrada no SIPAG ano de 2008.	Req	4.156	4.156 ⁽⁷⁾	5065
8	Analisar e emitir parecer em 100% dos requerimentos de anuência de embarque (importação) de produtos de origem animal para consumo humano que derem entrada no SIPAG no ano de 2008.	LI	624	600 ⁽⁸⁾	958
TOTAL			8.288	13.628	11.025

TF = termo de fiscalização – Abrange todo e qualquer documento que podem comprovar a realização de ações de fiscalização dentro do estabelecimento tais como: Relatórios de supervisão, termos de fiscalização, check lists, laudos de

vistoria de terrenos, termos de coleta de amostras (em ações isoladas, ou seja, ações somente para a coleta de amostra, sem geração de relatórios), termos de apreensão de produtos (sem geração de relatórios).

PR – Processos administrativos.

Req – requerimentos de registro ou autorização de uso (rotulagem e estabelecimentos).

LI – liberação de importação.

808(1) – É o somatório do número de supervisões nos estabelecimentos de bovinos, suínos, equinos, aves e entrepostos (com inspeção permanente) graxarias e fábricas de conserva somado com o número de supervisões nos estabelecimentos de leite, ovos, mel, pescado e E.R. (com inspeção periódica).

5.916(2) – É o somatório do número de inspeções/fiscalizações em estabelecimentos de bovinos, suínos e aves (com inspeção permanente), somando com o número de inspeções/fiscalizações nos estabelecimentos de leite, ovos, mel, pescado, graxarias e E.R., multiplicando-se por 12 meses no ano, somando-se ao número de estabelecimentos de inspeção permanente que devem ser fiscalizados por não possuírem FFA lotado (a fiscalização deverá ocorrer no mínimo duas vezes ao mês) e somando-se a fiscalização a ser executada em estabelecimentos de inspeção permanente que são atendidos por Médicos Veterinários Conveniados que devem ser vistoriados mensalmente (duas vezes ao mês).

648(3) – É o somatório total das fiscalizações realizadas em produtos oriundos de 32 (trinta e dois) estabelecimentos da categoria de aves e coelhos (para combater fraude de adição de água em frangos) multiplicando-se pelos 12 meses do ano (= 384) somando-se com 24 (vinte e quatro) fiscalizações realizadas em produtos coletados no varejo e mais a solicitação de análises realizadas através do cronograma do SIPAG (Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários) do Setor de Industrializados – Suínos, Bovinos e Aves (no qual são feitas análises de 20 amostras de produtos – multiplicando-se por 12 = 240).

Tabela A - Análises Fiscais - Aves/bovino-suínos	Número de Fiscalizações no mês	Frequência de Fiscalizações no ano	TOTAL
Fiscalizações em produtos nos estabelecimentos - categoria aves e coelhos	32	12	384
Fiscalizações em produtos coletados no varejo	2	12	24
Análise de produtos industrializados (aves, bov. sui.).	20	12	240
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	54	12	648

1080⁽⁴⁾ – É o somatório total das fiscalizações realizadas em produtos oriundos de 16 (dezesseis) estabelecimentos da categoria descrita (item 2 da tabela de

metas físicas) multiplicando-se pelos 12 meses do ano (= 192) somando-se com 108 fiscalizações realizadas em produtos coletados no varejo, visando a coleta de amostras de leite para análises de detecção de soro de leite e outras fraudes, conforme tabela abaixo:

Tabela B - Análises Fiscais - Lácteos mel e pescado.	Número de Fiscalizações no mês	Frequência de Fiscalizações no ano	TOTAL
Fiscalizações em produtos nos estabelecimentos - categoria lácteos, mel e pescado.	60	12	720
Fiscalizações em produtos coletados no varejo e reinspeção de produtos importados.	30	12	360
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	90	12	1080

180⁽⁵⁾ – Valor obtido a partir de dados do ano anterior somando todos os processos que foram analisados da área animal do SIPAG.

240⁽⁶⁾ – Valor obtido a partir de dados do ano anterior, somando as análises referentes a processos referentes a reformas, ampliações ou instalação de SIF efetuadas na área animal do SIPAG.

4.156⁽⁷⁾ – Valor obtido a partir de dados do ano anterior somando as análises de requerimentos de registros e autorizações de uso dos segmentos de aves e ovos (total de 2007 = 1961), bovinos e suínos (total de 2007= 395) e leite, mel e pescado (total de 2007= 1.800).

600⁽⁸⁾ – valor estimado a partir de dados do ano anterior referentes a importação de produtos de origem animal e retorno de produtos que foram exportados.

Atualmente, o número total de estabelecimentos com inspeção no Estado do Paraná é de 392.

Ver tabela abaixo de classificação dos estabelecimentos conforme suas habilitações comerciais:

Tabela A – Número de estabelecimentos registrados conforme habilitações				
Nº de Estabelecimentos	Exportadores			TOTAL
	Mercado Interno	Lista Geral	União Européia	
Aves	15	11	11	37
Bovinos – Suínos - Equinos	26	10	5	41
Entrepósitos	27	7	6	40
Graxarias	18	0	0	18
Fábrica de Conservas	36	0	0	36
Leite – Ovos – Mel – Pescado	151	15	0	166
Casas Atacadistas	54	0	0	54
TOTAL	327	43	22	392

As legislações que regem as ações de fiscalização ligadas a visitas de supervisão nos estabelecimentos determinam a frequência de visitas a ser realizada conforme a classificação do mercado de destino da sua produção. A saber, essas determinações constam, principalmente, nos seguintes documentos:

1. Resolução nº 7 de 10 de abril de 2003 e seus anexos;
2. Circular nº 249/2006/DIPOA de 07/04/06;
3. Ofício Circular DOI nº 004/1998 de 08/04/98;

Para estabelecimentos que realizam comércio para a União Européia, a Circular nº 249/2006/DIPOA de 07/04/06, determina que sejam realizadas no mínimo quatro supervisões ao ano, sendo, portanto, necessário programar no mínimo 88 (oitenta e oito) visitas de supervisão durante o ano.

Para estabelecimentos que realizam comércio internacional com outros mercados que não a União Européia e comércio de mercado interno, a Circular nº 249/2006/DIPOA de 07/04/06 e o Ofício Circular DOI nº 004/1998 de 08/04/98 determinam que sejam realizada no mínimo duas supervisões ao ano, portanto, é necessário a programação de no mínimo 740 visitas de supervisão durante o ano.

Além da classificação quanto à habilitação para exportação para mercados específicos, os estabelecimentos também são classificados quanto ao tipo de inspeção a que estão submetidos, podendo a inspeção ser permanente ou periódica.

Os estabelecimentos com inspeção permanente devem possuir ao menos um servidor do MAPA lotado desenvolvendo suas atividades no estabelecimento. Considera-se, para efeitos de relatório, uma fiscalização no mês para cada um desses estabelecimentos.

Os estabelecimentos que não possuem inspeção permanente classificados como inspeção periódica, devem receber visitas de inspeção com frequência a ser estipulada considerando critérios como volume, atividade, finalidade e natureza de sua produção e também o âmbito de comercialização de seus produtos.

A classificação por tipo de inspeção consta, principalmente, na Portaria nº 82 de 27 de fevereiro de 1976.

2.2. PRODUTO: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

TABELA 4 : DEMONSTRATIVO FISICO E FINANCEIRO PARA O PRODUTO “ FISCALIZAÇÕES/SUPERVISÓES REALIZADAS ” , REFERENTES AO EXERCICIO DE 2008, NO PLANO INTERNO INSPANIMAL3 . SFA PARANA .

Tabela 4 - Demonstrativo físico e financeiro para o produto: Fiscalizações/Supervisões Realizadas							
QUANTIDADE FÍSICA							
2006	2007			CUSTO EM R\$ 1,00			
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universo QT	Realizado CR ²		Unitário Programado 2008	Unitário Realizado 2008 CUR
				2007	2007	CUP ¹	-2008 CUR
8.288	13.628	11.025	13.628	327.344,71	391.319,16	33,19	35,49

Legenda:

QR- quantidade realizada
quantidade total

QP- quantidade programada

QT-

CR- custo total realizado
custo unitário realizado

CUP- custo unitário programado

CUR-

1 – Programação conforme Tabela 3

2 – Custo Realizado , extraído do SIAFI 2007

$CUP - 452.376,67/13.628 = 33,19$

$CUR - 391.319,16/11.015 = 35,49$

OBSERVAÇÃO:

A quantidade física programada por este Serviço difere da programação estabelecida no SIPLAN, pelo motivo de que os dados programados no SIPLAN não possuem meta cumulativa, não atendem a realidade do Serviço que buscou atender novas legislações e demandas.

2.3. EXECUÇÃO FINANCEIRA

TABELA 5 : DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008 , PARA O PLANO INTERNO INSPANIMAL3 . SFA PARANA.

ELEMENTO	2007	2008				
	EXECUTADO	Programado	Liberado	Executado	R.A.P.	% E/L
3390 – 14	96.842,25	191.189,02	224.147,03	221.560,66	0,00	98,85%
3390 – 30	16.488,64	66.070,00	54.770,00	54.548,67	0,00	99,60%
3390 – 33	6.796,35	54.617,65	58.265,82	57.982,57	0,00	99,51%
3390 – 36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390 – 39	2.903,47	34.500,00	30.350,00	22.491,92	0,00	74,11%
3350 – 39	8.690,00	3.000,00	3.000,00	2.350,00	0,00	78,33%
4490 – 52	96.095,39	100.000,00	10.000,00	155,00	0,00	1,55%
Outros (3390 – 93)	2.605,59	3.000,00	3.000,00	1.143,95	0,00	38,13%
TOTAL	230.421,69	452.376,67	383.532,85	360.232,77	0,00	93,92%

* RAP – restos a pagar, a serem somados ao valor “Executado” previamente ao cálculo dos percentuais.

TABELA 5 A: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, NO PI RESÍDUO E UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DO PLANO INTERNO INSPANIMAL3 . SFA PARANA.

ELEMENTO	2007	2008				
	Executado	Programado	Liberado	Executado	R.A.P	% L/E
3390-14	45.444,96	0	16.975,86	16.975,86	0	100%
3390-30	0	0	0	0	0	0
3390-33	9.529,95	0	14.110,53	14.110,53	0	100%
3390-36	0	0	0	0	0	0
3390-39	0	0	0	0	0	0
3350-39	0	0	0	0	0	0

4490-52	0	0	0	0	0	0
Outros(especificar)	0	0	0	0	0	0
TOTAL	54.974,91	0	31.086,39	31.086,39	0	100%

7 * A partir de novembro, o PI INSPANIMAL3 não dispunha de recursos para atendimento às despesas programadas nos elementos de despesa 3390-14 e 3390-33, para dar continuidade a liberação de recursos, por decisão da SDA, estes foram repassados através do PI RESIDUO.

2.4.INDICADORES DE DESEMPENHO

TABELA 6 : INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO INTERNO INSPANIMAL PARA O EXERCÍCIO DE 2008 COM RESPECTIVOS ÍNDICES DE ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE . SFA PARANA.

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	Economicida	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDAD
	Índice	Índice	Índice	Índice
CUSTO/INSPEÇÃO	70,99 ^(a)	0,36 ^(b)	80,90% ^(c)	3,30 ^(d)

(a) – é o custo total das ações realizadas (soma-se o valor do executado em 2008 - 360.232,77 da tabela 5) com o executado em 2008 na tabela 5 A - 31.086,39), que resulta no seguinte valor = 391.319,16 dividido pela quantidade das ações realizadas 11.025 (tabela 3).

FÓRMULA $391.319,16 / 11.025 = 70,99$

(b) – é o custo médio da inspeção em 2008, dividido pelo custo médio da inspeção de 2007. Neste está se considerando que o valor obtido na alínea (a) é o custo médio da inspeção no ano de 2007. E o valor 198,99, foi obtido no Relatório de Gestão do ano passado.

FÓRMULA $70,99 / 198,99 = 0,36$

(c) – é o percentual da meta atingida e o valor foi obtido a partir da tabela – 3,(conforme fórmula) que em % corresponde ao resultado 80,90%

FÓRMULA $11.025/ 13.628 = 0,809$

(d) – % de fiscalizações realizadas em 2008 / % de fiscalizações realizadas em 2007. O valor de 43,83 foi obtido no Relatório de Gestão do ano passado.

FÓRMULA $80,90/ 24,5 = 3,30$

2.5. COMENTÁRIOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Em relação aos estabelecimentos lácteos, foram dadas prioridades para àqueles habilitados para exportação e os que apresentaram grande número de situações de não conformidade constatados por meio de termos de inspeção e relatórios de supervisão, bem como supervisões relacionadas ao atendimento do Ofício DIPOA 10/2008.

As auditorias de caráter investigativo iniciadas no ano de 2007 logo após “Operação Ouro Branco” e “Lactose”, foram mantidas. Essa ação é realizada com a presença de 04 (quatro) FFAs e um agente de inspeção pelo período de uma semana em estabelecimentos de envase de leite (usinas de beneficiamento).

Considerando a intensificação da investigação da fraude por adição de água em excesso nos produtos cárneos oriundos de aves alguns estabelecimentos foram priorizados em visitas, e ficaram sujeitos a regime de inspeção especial.

Com a transferência da responsabilidade do registro e controle das Fábricas de produtos não comestíveis e graxarias para o DIPOA, em 2007, a fiscalização desses estabelecimentos passou a ser uma das metas do serviço de Inspeção, principalmente quanto ao adequado processamento (tratamento térmico/esterilização) dos subprodutos de ruminantes, considerando o programa de prevenção da introdução da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) no país.

Todos esses estabelecimentos foram inspecionados, de acordo com o anexo III da IN 15/2003, sendo que nos estabelecimentos de abate de ruminantes foram dadas orientações para a retirada e destinação adequada de material de risco específico (MRE), que não podem fazer parte da cadeia alimentar animal, devendo ser excluídos do processamento de subprodutos de ruminantes.

Dessa forma, todos os estabelecimentos que processam tais resíduos receberam inspeção, para aqueles que não se encontravam em condições foram lavrados autos de infração com suspensões e interdições.

Apesar do planejamento inicial das ações e de terem sido orçados e disponibilizados recursos para logística (transporte, informatização, recursos administrativos, material de consumo,...) e para a qualificação de corpo técnico (treinamento, cursos, participação em reuniões técnicas,...), houve entraves que prejudicaram a execução das ações.

Entre outras questões convém citar falta de combustível nos escritórios regionais, ações extraordinárias (problemas relacionados à fraude), falta de material de expediente, início de novos programas e controles (emissão de certificados em papel moeda controlado, etc...) e tramitação da viabilização das ordens de serviço que só podem ser executadas após autorização de todos os setores envolvidos.

Inclua-se a essas dificuldades, problemas no quadro funcional, como aposentadorias, transferências morosas causando transtornos nos trabalhos técnicos, transferências de técnicos para outros setores ou estados sem substituição permanecendo vago o cargo e licenças por motivos diversos.

O término do acordo de cooperação entre MAPA e CIEE, causou transtornos pelo fato de que o MAPA se vale da mão de obra dos estagiários que foram afastados.

A geração de dados decorrentes das ações do serviço (relatórios, termos de fiscalização, emissão de laudos, consultas ao sistema, alimentação de banco de dados, troca de informações,...) necessita de compilação atualizada, recursos informatizados (hardware e software) e técnicos treinados; recursos não disponibilizados de forma adequada para o cumprimento das metas estabelecidas.

A reposição dos quadros de pessoal do MAPA não é satisfatória para atender a demanda de Fiscais Federais Agropecuários, principalmente devido a

aposentadorias, licenças em geral, instalação de novas plantas industriais, aumento de turnos de abate, aumento de dias de funcionamento destes estabelecimentos na semana ultrapassando a carga de 40 horas semanais (nos estabelecimentos atendidos pelo Serviço de Inspeção Federal), além da designação de FFAs para atendimento de mais de um estabelecimento (geralmente de setores diversos) ou programas através de portarias impossibilitando o pleno atendimento de todas as exigências legais que competem ao cargo.

Além do quadro defasado, o SIPAG freqüentemente atende solicitações de outros serviços (VIGIAGRO e SEDESA) da SFA/PR, cedendo servidores para execução de ações a critério destes, em diversos municípios que não os de lotação do servidor.

A situação do quadro também é agravada com a requisição freqüente de servidores para atenderem demandas não programadas pelo SIPAG (requisições do órgão central, processos administrativos, composição de sindicâncias, auditorias, ministrar cursos, etc...).

As ações realizadas pelos Fiscais dependem também das atividades dos servidores da área administrativa e auxiliares técnicos, cujos quadros estão extremamente defasados em relação à realidade do setor produtivo atendido. O prejuízo na eficiência das ações de fiscalização é maior quando se considera que o setor administrativo carece de capacitação técnica para utilização de novos recursos e tecnologias.

Entretanto, há de se considerar que houve mudanças positivas na parte física da sede, com a aquisição de veículos e equipamentos de informática.

7. INFRAESTRUTURA , PROBLEMAS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O serviço técnico depende da eficiência da área de meio (administrativa, auxiliares de inspeção e outros) que deveria estar estabelecida com quadro funcional suficiente, treinado e capacitado além de estar aparelhada e informatizada.

Ainda ocorrem inúmeras falhas nos serviços prestados pelo SIPAG devido à falta de materiais básicos, tais como materiais de expedientes (tinta para impressoras, envelopes, papéis, canetas...).

O controle de resultados necessita de padronização de dados e softwares informatizados, não permitindo uma ampla análise de desempenho dos projetos técnicos e metas, não permitindo avaliação mais profunda, necessária para tomada de decisões técnicas e administrativas.

A preparação técnica específica, profunda e ética de fiscais, deveria ser meta contínua na formação de um corpo técnico ciente das responsabilidades, de trâmites legais, atualizados em suas áreas de atuação e habilitados para o exercício do cargo que lhes foi outorgado no serviço público.

8. ANÁLISE E CONCLUSÕES DO CHEFE DE SERVIÇO

No exercício de 2008, foi alterado o número dos PIs concentrando as ações e recursos em apenas três planejamentos internos com agrupamento de metas e recursos, mantendo-se a estrutura da Portaria 300.

A falta de pessoal não tem sido objeto da atenção dos órgãos centrais deste Ministério, e muito embora tenha sido motivo de inúmeras solicitações que vem sendo feitas ao longo destes anos.

Isso tem comprometido o alcance das metas, sobrecarregado o pessoal da área técnica e administrativa, causando demora no andamento dos procedimentos fiscais e conseqüentemente, insatisfação generalizada.

Aliado a esta falta crônica de pessoal, a legislação de muitos setores faz com que os técnicos fiquem a maior parte de seu tempo analisando documentos, a fim de registrar produto e/ou rótulos de produtos, diminuindo em muito o tempo disponível deste técnico para a realização de atividades de fiscalização de produtos e empresas.

O Serviço, na tentativa de minimizar a deficiência de pessoal, através da contratação de estagiários (CIEE) e da celebração de acordos de cooperação técnica, entretanto, são medidas paliativas de efeito prático sem solução da causa real do problema, e este ano agravou-se a situação com o vencimento dos acordos de cooperação celebrados com o CIEE.

O processo de descentralização de atividades antes realizadas pelo órgão central, embora seja compreensível face o quadro atual do serviço público, aumenta o consumo de materiais de expediente e agrava a necessidade de pessoal do Serviço para execução das novas demandas.

A reavaliação constante e aperfeiçoamento da nova gestão do Ministério da Agricultura, deve ser realizada de forma ampla, abrangendo aos diversos segmentos que se inter relacionam e com a participação efetiva dos servidores em todas as suas instâncias na proposta de alternativas priorizando a missão do MAPA.

Um trabalho de motivação com foco nos objetivos de gestão deve ser realizado junto aos servidores desde que haja retorno acerca das propostas apresentadas como alternativas de solução.

SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - SEPDA

1 . PERFIL DO SERVIÇO.

Ao Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDA/DT-PR) compete promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: crédito rural; cooperativismo e associativismo rural; pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias; assistência técnica e extensão rural; infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; indicação geográfica e produtos de origem; zoneamento agropecuário e seguro rural; estoques públicos; armazenagem e estocagem de produtos agropecuários e insumos; agroenergia; gestão dos armazéns e estoques de café; fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agro florestal e extrativista; novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; proteção, manejo e conservação de solo e água; recuperação de áreas agricultáveis, pastagens e agroflorestais degradadas; agricultura de precisão; preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais; e promover, orientar, estimular, controlar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos voltados ao fomento, investimentos, desenvolvimento e educação rurais; promover as atividades relacionadas com o registro genealógico, as competições turfísticas e hípias e apoiar a realização de exposições, leilões, feiras agropecuárias e outras aglomerações; e, estimular a organização do setor agropecuário.

Compete ainda ao SEPDA, promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários; participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e água, sementes e mudas; levantar dados sobre as atividades ligadas à agropecuária, coletar e transmitir informações e dados sobre a respectiva produção estadual; instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo à devida notificação; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às suas atividades; acompanhar as ações relativas a investimentos públicos e aplicação de recursos públicos a fundo perdido; assessorar e apoiar ações relativas à política de crédito, zoneamento agropecuário, programa de garantia da atividade agropecuária - PROAGRO e seguro rural; apoiar ações relativas a programas de agroenergia, a política do café e da cana-de-açúcar

Por fim, o SEPDA deve orientar, acompanhar a execução e executar as atividades relativas à implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, devendo implementar e coordenar as Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.

O SEPDA/DT/SFA-PR, tem em sua subordinação a Seção do Café (SECAF/SEPDA-PR) a qual compete coordenar e acompanhar as atividades de: guarda, movimentação e conservação de café estocado mediante carga, descarga, pesagem, ensacamento e reemblocamento; comercialização, escrituração do estoque e de amostra de café.

Compete a SECAF acompanhar, orientar e realizar auditorias técnico-fiscal e operacional nas Unidades Armazenadoras; acompanhar as ações relativas a investimentos públicos e aplicação de recursos públicos na produção cafeeira e, assessorar e apoiar ações relativas à política de crédito do FUNCAFÉ.

Essa Seção deve ainda, fiscalizar os serviços de vigilância, conservação e limpeza, executados nas Unidades Armazenadoras de Café bem como promover a conservação das instalações, dos equipamentos e bens móveis das mesmas.

2 . GESTÃO DE PESSOAS

No exercício de 2008, até o mês, maio o SEPDAG contou na sede com 04 Fiscais Federais Agropecuários, sendo 03 Engenheiros Agrônomos e 01 médico veterinário, posteriormente, passou a contar, apenas, com 03 Fiscais. Este Serviço, a partir do segundo semestre, passou a ter o apoio de 01 Agente Administrativo.

No interior, localizados na Seção do Café, SECAF/SEPDAG/DT/SFA-PR, dispomos de 01 Engenheiro Agrônomo e 17 Inspetores de Café, com ações voltadas especificamente ao gerenciamento dos armazéns com estoques oficiais de café.

3 . FLUXO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

O trânsito interno de documentos e processos é lançado, de forma manuscrita em livros de registro (livro de protocolo) onde se acompanha a posição de cada processo.

O Serviço conta também com sistemas informatizados de movimentação de processos (SIGID) e execução de relatórios de execução e planos operacionais (SIAFI).

4 . EXECUÇÃO FINANCEIRA

ELEMENTO	2006	2007		2008			
	Executado (R\$)	Program (R\$)	Liberado (R\$)	Executado (R\$)	Program (R\$)	Liberado (R\$)	Executado (R\$)
3390-14	-		470,00	436,78	-	18.652,30	18.652,30
3390-30	41,50		1.869,20	-	-	1.091,25	1.091,25
3390-33	-				-	1.091,25	1.091,25
3390-36	-		1.030,80	-	-	-	-
3390-39	522,94		5.000,00	5.000,00	-	191,82	191,82
4490-52	-				-	2.612,00	2.612,00
TOTAL	564,44		8.370,00	5.436,78	-	48.673,31	48.673,31

5 . CONCLUSÃO

O SEPDAG, desde a sua criação em 2005, carece de estrutura adequada para atender às suas demandas. Com a realização do último concurso (fevereiro de 2007), o Serviço recebeu o reforço de um Fiscal, médico veterinário. Em junho/08, o Fiscal que fora admitido em fevereiro de 2007, foi removido para SFA/RJ.

No exercício em exame, em virtude da carência de recursos humanos do SEPDAG, somente foram executadas atividades relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA. Este Programa objetiva viabilizar infra-estrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações por meio de

contratos e convênios. Para viabilizar o Programa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA seleciona as emendas parlamentares direcionadas para a agropecuária, que contemplam tanto operações de custeio quanto de investimento.

- As contratações feitas por intermédio da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se somente a investimentos (obras, máquinas e equipamentos)
- As contratações por meio da Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/SDC/MAPA, são realizadas por meio de Convênio, e aplicam-se apenas a custeio (feiras, eventos, insumos e serviços). Relativamente a esta modalidade de transferência de recursos, a SFA/PR, via SEPDA, procede ao acompanhamento, *in loco*, da execução do convênio e elabora posteriormente relatório conclusivo da execução do mesmo.

A verba é consignada no Orçamento Geral da União – OGU, através de emendas parlamentares. As emendas são selecionadas pelo MAPA e as entidades beneficiárias são comunicadas para que apresentem seus Planos de Trabalho, contendo toda a descrição técnica do objeto pretendido. Cabe ao SEPDA verificar se a proposta apresentada está de acordo com as ações estabelecidas no Programa.

Em seguida, a SFA/PR envia os Planos de Trabalho aprovados para a CAIXA, responsável pelas análises técnicas e acompanhamento da execução do empreendimento: A CAIXA é o agente contratado pelo MAPA para celebrar os contratos e realizar as execuções orçamentárias e financeiras das operações relativas ao repasse de verbas das emendas parlamentares selecionadas.

Em 2008, foram **analisadas 409 propostas de Contrato de Repasse**, com recursos oriundos das Emendas Parlamentares, tendo sido contratadas pela Caixa Econômica Federal, **341 propostas, no valor total de R\$ 61.699.140,97 (Sessenta e um milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta reais e noventa e sete centavos)** o que motivou a formação de uma força-tarefa, com Fiscais de outros Serviços, para atender esta demanda.

Foram **firmados 16 Convênios**, com prefeituras e entidades sem fins lucrativos, totalizando descentralização de recursos financeiros, pelo MAPA, na ordem de R\$ **1.715.829,34 (Hum milhão, setecentos quinze mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos)**.

Vale ressaltar, que há necessidade imperiosa de aparelhar melhor este Serviço, localizando mais servidores, com perfil visando fomentar, implementar e coordenar importantes atividades atinentes ao SEPDA, as quais foram listadas acima. A persistir com o atual quadro de servidores, este Serviço continuará executando tão somente as demandas oriundas do PRODESA, que são relativas ao **PI APPRODUTOR**.

Há necessidade de mais 04 (quatro) Técnicos neste Serviço para coordenar e executar as atividades relativas aos outros 10 (dez) PI's que são:

- **FISCONTRATO** – Fiscalização dos Contratos de Repasse - Tem por finalidade acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da CEF com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmado entre o MAPA e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse;

- **APOIOAGRIC** - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas –;
- **INOVAGRO** - Fomento à Inovação no Agronegócio - Tem como finalidade propiciar à sociedade em geral e ao produtor rural em especial, o acesso a informações e inovações tecnológicas nas diversas áreas do setor agropecuário, tem também, o objetivo de projetar e divulgar a imagem institucional do MAPA e detectar novas oportunidades de parcerias e troca de informações para o desenvolvimento agropecuário;
- **CERTORGAN1** - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica;
- **APOIOPEC** - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias;
- **APPRODUTOR** - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – Tem por finalidade apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores;
- **INDGRAF** - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG;
- **DESENORG** - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico;
- **PROTCULTIV** - Proteção e Fiscalização de Cultivares;
- **FISCALPEC** - Fiscalização de Serviços Pecuários;
- **ORGAGROEN** - Organização e Capacitação de Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas – Tem por finalidade ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva;
- **REGENAGRO** - Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação; e
- **ORGMANEJO** - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas.

SEÇÃO DO CAFÉ - SECAF/SEPDAG/PR

1 – INTRODUÇÃO

A cultura do café no Paraná ocupa, atualmente, cerca de 104,70 mil hectares. Apesar da área reduzida, tem se revezado com o Estado da Bahia como quarto colocado na produção brasileira de café, tendo, ainda, uma importância socioeconômica relevante para o Estado. O café ainda é cultivado em 200 municípios, por cerca de 12.500 produtores, na sua grande maioria, em pequenas propriedades e propriedades familiares. O Estado abriga duas grandes Indústrias de Café Solúvel e tem um consumo interno de 800.000 sacas de café por ano, além, da sua localização estratégica para atendimento dos mercados dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os países membros do MERCOSUL. Há que se considerar a importância da atividade na geração de emprego e renda e irrigação das economias

dos municípios produtores de café. Há que se considerar ainda, a infra-estrutura existente e a tradição e conhecimento que o Estado possui na atividade cafeeira. Portanto, as políticas públicas e os apoios institucionais são fundamentais para a continuidade e desenvolvimento dessa atividade, tão importante para a viabilização econômica das pequenas propriedades e propriedades familiares, dentro de um processo de diversificação agrícola. O MAPA, através de programas de apoio a pesquisa, difusão de tecnologia, fomento e de suas atividades de fiscalização, notadamente na produção sementes e mudas, além do apoio e controle na área de certificação da qualidade e outras exigências demandadas pelo mercado, é, com certeza, um instrumento fundamental para alavancar o desenvolvimento do Agronegócio Café do Paraná.

Programação feita pelo Órgão Central em Brasília. Unidade Gestora 130.170-SFA/PR/FUNCAFÉ. Todas as diárias emitidas encontram-se neste Serviço, bem como os relatórios. As despesas com diárias referem-se aos deslocamentos dos servidores para acompanhamento e controle das entregas dos cafés nos leilões, conforme relatório específico da Seção do Café/SECAF, que faz parte deste Relatório. A partir de março de 2008, os custos serão reduzidos em torno de 70% tendo em vista os últimos leilões de café, e a entrega de vários armazéns para a SPU.

2 - RECURSOS HUMANOS DA SECAF E DAS UACs

Número de Servidores localizados na sede da SECAF/SEPDAG/DT/SFA-PR – 8

Número de Servidores localizados nas UAC's - 12

3- ATIVIDADES TÉCNICAS DESENVOLVIDAS PELA SECAF

A SECAF coordenou e acompanhou as atividades de guarda e conservação dos estoques governamentais de café albergados nas 15 (quinze) Unidades Armazenadoras de Café – UAC's, localizadas no Estado do Paraná e, portanto, sob a responsabilidade do SEPDAG/SFA/PR. Em 2008 executou a entrega e escrituração de **161.089 (cento e sessenta e um mil e oitenta e nove) sacas de café**, que resultou no montante de **R\$ 31.509.068,70 (trinta e um milhões, quinhentos e nove mil, sessenta e oito Reais e setenta centavos)**, para o FUNCAFE. Vale salientar que os estoques de café foram quase totalmente vendidos, restando apenas 6.065 sacas albergadas na UAC Londrina II, das quais 6.000 sacas estão *Sub judici*, portanto, impedidas de serem vendidas. Os estoques de café foram vendidos em 04 (quatro) Leilões Oficiais, realizados pelo Banco do Brasil, ao longo do ano de 2008, conforme quadro 3, Demonstrativo das Vendas de Café, descrito a seguir:

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DAS VENDAS DE CAFÉS EM LEILÕES DO BANCO DO BRASIL

Data/Leilão	UAC	QUANTIDADE DE SACAS VENDIDAS	QUANTIDADE ENTREGUE	VALOR EM REAIS
16/01/08	Apucarana III	28.444	28.444	5.447.582,60
	Maringá I	1.660	1.660	314.555,00
	Maringá III	62.226	61.926	11.491.695,00
SUB TOTAL		92.330	92.030	17.253.832,60
Obs. Cancelada venda de 300 sacas				

13/02/08	Apucarana III	28.985	28.135	5.767.906,10
	Jacarezinho	1.280	1.280	263.680,00
	Maringá II	23.650	22.900	4.611.877,10
	Maringá III	8.235	8.235	1.706.181,00
SUB TOTAL		62.150	60.550	12.349.644,20
OBS: Cancelada a venda de 1.600 sacas de café				
16/04/08	Apucarana III	2.520	2.520	563.965,00
	Cambé	80	80	17.200,00
	Maringá I	35	35	7.875,00
	Maringá II	1.080	1.080	244.425,00
	Maringá III	3.920	3.920	875.776,00
SUBTOTAL		7.635	7.635	1.709.241,00
25/06/08	Apucarana III	209	209	46.499,00
	Maringá II	35	35	7.808,50
	Maringá III	630	630	142.043,40
SUBTOTAL		874	874	196.350,90
TOTAL/ANO		162.989	161.089	31.509.068,70

- Os serviços de limpeza e conservação, prestados por empresas terceirizadas, foram executados de maneira satisfatória, sem ocorrências que prejudicasse a segurança e a limpeza das Unidades Armazenadoras de Café e Sede da SECAF.

- A SECAF, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, participou de três reuniões da Câmara Setorial do Café do Paraná, com o objetivo de formular propostas para melhoria da cafeicultura paranaense, participou, também, na organização do 16º Encontro Estadual de Cafeicultores, durante a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, da Comissão Organizadora do Concurso Café Qualidade Paraná 2008 e na coordenação da Comissão Julgadora do Concurso Café Qualidade Paraná 2008. Houve também a participação do Chefe da SECAF em uma Reunião da Comissão Técnica de Pesquisa (CTP) da Embrapa/Café, como representante do MAPA, para aprovação dos projetos de pesquisa a serem contratados em 2009, no Consórcio Brasileiro de pesquisa e Desenvolvimento do Café.

Foram realização de nove Palestras sobre Mercado e Qualidade de Café em Seminários, Feiras e Encontros Regionais de Cafeicultores. Há que se registrar a participação do Chefe da SECAF, como jurado, da Comissão Julgadora dos Concursos Regionais de Santo Antônio da Platina, Mandaguari Apucarana e Londrina, tendo também participado, como jurado e Coordenador da Comissão Julgadora, do Concurso Estadual "Café Qualidade Paraná 2008".

Foram realizadas supervisões nas doze Unidades Armazenadoras de Café do Paraná, com a finalidade de avaliar as atividades desenvolvidas pelas mesmas.

Houve a participação da SECAF, em cinco Reuniões do Programa Treino/Visita Café, com os Pesquisadores do IAPAR, extensionistas da Emater, Cooperativas e Prefeituras.

Foram realizadas Classificação e Degustação de 168 amostras de Café de experimentos do IAPAR e 64 amostras de café e remessa ao laboratório do MAPA, em

Belo Horizonte, para análise de Ocratoxina. Foram emitidos 18 laudos de café, dos estoques oficiais.

7 - ANÁLISE E CONCLUSÃO DO CHEFE DO SERVIÇO

Conforme os Relatórios de Gestão dos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007, foi demonstrada a preocupação com a situação dos servidores oriundos do extinto IBC, localizados nas Unidades de Armazéns de Café. A maioria deles conta com mais de 35 anos de serviço e alguns em vias de entrar em aposentadoria compulsória (70 anos de idade) o que, por certo, irá gerar problemas num futuro bem próximo, uma vez que não há servidores para substituí-los.

Foi também alertado, sobre as Unidades Armazenadoras de Café, com baixa quantidade de sacas de café: Unidades Umuarama, Paranavaí, Loanda, Astorga, Apucarana II e Londrina II. Nossa preocupação prende-se ao custo-benefício em manter estas Unidades.

A partir de março de 2008, houve uma redução de 70% nas despesas de manutenção das UAC's, tendo em vista a redução dos estoques de café nas Unidades Armazenadoras.

Já foram entregues à SPU, os seguintes Armazéns: Loanda, Umuarama, Londrina I, Nova Esperança e Jandaia II. Loanda e Umuarama, já estão com as respectivas Prefeituras Municipais, estando os acervos sob a responsabilidade dos servidores que estavam localizados naquelas Unidades. Londrina I, Nova Esperança e Jandaia II, foram entregues à SPU, que deverá entregá-los para Universidade Estadual de Londrina, Prefeitura de Nova Esperança e Prefeitura de Jandaia, respectivamente.

Foi sugerido pelo Chefe da SECAF, que mesmo com o término dos estoques de café, deveriam permanecer com o patrimônio da SFA/PR, como estratégicos, os seguintes Armazéns: Jacarezinho, Londrina II, Apucarana III, Maringá III, além de Rolândia II, que já está com a CONAB.

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário, no ano de 2008, participou das reuniões mensais do IBGE, reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar - CEDRAF, do Sistema de Acompanhamento da Produção Integrada - SAPI, na produção leiteira, junto ao TECPAR e participação no Conselho Técnico da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa -APCBRH.

DIVISÃO TÉCNICA – DT

PERFIL DO SERVIÇO

Na portaria N° 300 de 16 de junho de 2005 no Capítulo III que trata das Competências, na Seção II das Unidades e Execução Finalística observa-se no Artigo 16 que trata da competência da Divisão Técnica onde consta que cabe a Divisão Técnica:

- I. Coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à:
 - a. Vigilância zoossanitária e fitossanitária;
 - b. Profilaxia, combate e erradicação de doenças dos animais e à preservação, controle e erradicação de pragas dos vegetais;
 - c. Contrôles do trânsito internacional e interestadual de animais, de vegetais e partes de vegetais, de produtos e derivados de origem animal e

- vegetal, de materiais biológicos e genéticos animal e vegetal, bem como demais insumos agropecuários;
- d. Sistema de produção integrada;
 - e. Sistema orgânico de produção agropecuária;
 - f. Tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade dos produtos orgânicos de origem vegetal e animal, bem como sua importação e exportação;
 - g. Educação zoofitossanitária;
 - h. Sementes e mudas;
 - i. Proteção de cultivares;
 - j. Mecanização e aviação agrícolas;
 - l. Infra-estrutura e energização rural;
 - m. Fiscalização da produção, importação e exportação e comercialização de produtos de uso veterinários, de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de alimentos para animais e de materiais genéticos animal e vegetal, bem como dos respectivos estabelecimentos industriais, manipuladores, beneficiadores e comerciais;
 - n. Fiscalização da produção, distribuição, comercialização, importação e exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins;
 - o. Inspeção e fiscalização de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal destinados ao comércio interestadual e ao internacional, inclusive dos respectivos estabelecimentos industriais, manipuladores e beneficiadores;
 - p. Preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais;
 - q. Pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias;
 - r. Assistência técnica e extensão rural;
 - s. Agricultura de precisão;
 - t. Fiscalização de prestação de serviços especializados à agropecuária, inclusive da classificação de produtos vegetais, seus produtos, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;
 - u. Cooperativismo e associativismo, à infra-estrutura rural e à assistência técnica e extensão rural;
 - v. Controle da execução de convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária, inspeção de produtos e fiscalização de insumos agropecuários, cooperativismo e associativismo, infra-estrutura rural e à assistência técnica e extensão rural;
 - w. Cadastros e registros de materiais genéticos animal e vegetal, de produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, de produtos veterinários, de alimentos para animais, de corretivos, fertilizantes, biofertilizantes e inoculantes, de vinhos, bebidas e vinagres, de produtos orgânicos e ainda dos estabelecimentos que produzem, manipulam, fracionam ou importam e daqueles que prestam serviços especializados na agropecuária, de estabelecimentos criatórios, de animais vivos, inclusive ratitas, na forma da legislação específica;
 - x. Orientação sobre requisitos para credenciamento de laboratórios;
 - y. Apoio à atividade laboratorial, e
 - z. Credenciamento de profissionais, autônomos ou não, para a emissão de certificados sanitários e guias de trânsito de animais e vegetais, na forma da legislação específica.

- II. Implementar a operacionalização de:
 - a. Sistema de coleta e transmissão de informações e dados sobre defesa sanitária, inspeção e fiscalização agropecuária, bem como sobre política e desenvolvimento agropecuário;
 - b. Cadastros e bancos de dados fitogenéticos e zootécnicos necessários às atividades ligadas à agropecuária, das entidades que se dedicam ao registro genealógico, à realização de provas zootécnicas, de competições turfísticas e hípcas e à promoção de exposições, leilões e feiras agropecuárias, e demais cadastros específicos;
 - c. Sistema de garantia de qualidade e segurança alimentar;
 - d. Programas e projetos de fomento da produção agropecuária;
 - e. Autorizações prévias para a importação e exportação de animais e produtos de origens animal e vegetal, e
 - f. Sistema integrado de cobrança de multas e taxas;
- III. Acompanhar o desempenho da produção agropecuária;
- IV. Manter articulações com órgãos públicos e entidades privadas que exerçam atividades de defesa sanitária animal e vegetal, de inspeção de produtos de origens animal e vegetal e de fiscalização agropecuária;
- V. Promover, constantes orientações específicas, a execução de atividades referentes aos assuntos:
 - a. Sucroalcooleiro, de agroenergia e cafeeiro, inclusive as atividades relativas ao armazenamento de café;
 - b. Comercialização e abastecimento agropecuários, economia agrícola e gestão de risco rural;
- VI. Promover, apoiar e incentivar a formalização de fóruns, com os respectivos instrumentos legais e operativos, que permitem a participação da sociedade civil na concepção e operacionalização das atividades de desenvolvimento agropecuário;
- VII. Participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;
- VIII. Programar e promover auditorias nas unidades organizacionais executoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância, desenvolvimento agropecuários, bem como demais ações técnicas, e
- IX. Implementar mecanismos de articulação técnico-administrativa para as atividades da SFA/MAPA.

Para que a Divisão Técnica possa desenvolver, coordenar e atender todas as competências relacionadas, ela é constituída de cinco Serviços Técnicos que desenvolvem as ações finalísticas no Estado do Paraná, conforme definido a seguir, sob a execução gerencial dos RT's – Responsáveis Técnicos e coordenação dos chefes de Serviço. Os Serviços Técnicos são: VIGIAGRO, SEFAG, SEPDAG, SIPAG E SEDESA, conforme passaremos a detalhar na sequência.

ANÁLISE DA DIVISÃO TÉCNICA

No exercício de 2008 ocorreram transições de chefias; redução de treinamentos em alguns serviços, falta de recursos em outros, e principalmente falta de servidores para atender adequadamente a demanda de serviços que é crescente. Mas, contudo a gestão exemplarmente efetivada neste período, teve como destaque, o empenho de todos os serviços e servidores para que seus planejamentos fossem concretizados, inclusive com constantes convocações para atenderem fiscalizações ou auditorias em outros Estados e alguns servidores constantemente foram convocados para prestarem serviços no Órgão Central em Brasília.

No entanto, é importante ressaltar que a liberação de recursos financeiros de maneira distinta da programada, compromete as ações, não só dos Planos Internos ou dos Serviços, mas da Superintendência como um todo, pois licitações são feitas em um determinado período, com a parte de recursos financeiros de todos os Planos Internos envolvidos, e a liberação extemporânea destes recursos podem prejudicar todos os processos licitatórios.

Embora as metas não tenham sido cumpridas em sua totalidade para alguns planos internos, a abrangência das ações quanto ao universo de agronegócio fiscalizado foi satisfatória para o ano de 2008.

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD

UNIDADE GESTORA: DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD/SFA/PR

CHEFE RESPONSÁVEL: GUILHERME BIRON BURGARDT

ENDEREÇO ELETRÔNICO: dad-pr@agricultura.gov.br

PERFIL DO SERVIÇO

O papel regimental da Divisão de Apoio Administrativo, definido pela Portaria/MAPA nº 300 de 20/06/2005, é o de promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; realizar os procedimentos licitatórios e de elaboração de contratos e convênios, bem como os de alienação de bens móveis; propor indicadores de desempenho administrativo; programar e promover auditorias nas unidades organizacionais subordinadas ou vinculadas tecnicamente; instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; promover o apoio logístico às atividades da SFA/MAPA; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Dentro de uma série hierárquica, à Divisão de Apoio Administrativo esta subordinada diretamente ao Superintendente Federal desta SFA/PR.

Em relação à Divisão de Apoio Administrativo, encontramos diretamente subordinadas, o Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, Seção de Recursos Humanos com os Setores de Desenvolvimento de Pessoas e Administração de Pessoal, Seção de Atividades Gerais com os Setores de Material e Patrimônio, Transporte e Protocolo e a Seção de Tecnologia da Informação.

Por termos a incumbência pela manutenção e administração geral, gerenciamos os PI's MANUTPR, MANUTSFA1, MANUTENÇÃO e ADMSEDE, que trata dos programas de apoio administrativo e de operacionalização dos serviços administrativos, além do PI CAPACITA, que trata da capacitação de servidores.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – DAD/PR

1) FORÇA DE TRABALHO – DAD – QUADRO ATUAL X QUADRO IDEAL

CATEGORIA FUNCIONAL	QUADRO ATUAL	QUADRO IDEAL	CARENCIA
Agente Administrativo	018	030	012
Datilógrafo	002	000	000
Motorista	002	015	013
Agente de Vigilância	006	000	000
Auxiliar Operacional em Agropecuária	002	000	000
Psicólogo	001	002	001
Contador	001	001	000
Medico	000	002	002
Assistente Social	001	002	001
SUB-TOTAL	033	052	029
Estagiários Nível Médio	003	005	002
Estagiários – Nível Superior	010	013	003
TOTAL	046	070	034

AVALIAÇÃO SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS

1) DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO MANUTPR.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3350-39	61.931,00	4.004,00	4.004,00	99,53	2,49
3390-14	17.772,62	9.454,39	9.454,39	8.957,94	94,75
3390-30	55.716,24	39.014,67	39.014,67	38.970,85	99,89
3390-33	11.695,02	10.780,00	10.780,00	10.758,37	99,80
3390-37	511.649,05	721.907,87	721.907,87	721.451,53	99,94
3390-39	679.944,95	1.004.011,64	1.004.011,64	986.532,00	98,26
3390-92	736,74	0,00	0,00	0,00	---
3390-93	349.820,92	88.081,00	88.081,00	83.865,49	95,21
3391-39	56.522,92	60.893,58	60.893,58	60.893,58	100,00
3391-47	80,49	1.310,49	1.310,49	1.180,49	90,08
3391-92	4.813,47	2.839,15	2.839,15	2.839,15	100,00
4490-52	63.200,00	38.276,00	38.276,00	30.776,00	80,41
TOTAL	1.813.883,39	1.980.572,79	1.980.572,79	959.792,93	

2) DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE RECURSOS PROGRAMADOS, LIBERADOS E EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2008, PARA O PLANO INTERNO MANUTENÇÃO.

ELEMENTO	2007	2008			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
4490-52	0,00	0,00	209.929,73	209.929,73	100%
TOTAL	0,00	0,00	209.929,73	209.929,73	100%

3) TERCEIRIZADOS CONTRATADOS (UG 130070)**= LIMPEZA E CONSERVAÇÃO****= EMPRESA: ALTERNATIVA ADM. MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA****= PROCESSO: 21034.003886/2006-20**

CIDADE		QUANTIDADE
CURITIBA	Rua José Veríssimo 420	13
CURITIBA	Rua Emiliano Pernetá 10 – 14º	1
CURITIBA	Rua Francisco A. Guimarães, 246	1
CASTRO	Rua Francisco A. Andrade, 141	1
PARANGUA	Rua Manoel Bonifácio, 455	3
LONDRINA	Avenida do Café, 543	1
MARINGA	Avenida Tuiuti, 1075	1
JACAREZINHO	Rua Manoel Ribas, 215	1
UMUARAMA	Avenida Rio Branco, s/n	1
PONTA GROSSA	Praça Getúlio Vargas, 184	1
CASCADEL	Rua da Lapa, s/n	1
FOZ DO IGUAÇU	Avenida Paraná, 1104	2
CIANORTE	Avenida Santa Catarina, 621	1
GUARAPUAVA	Rua Simão Varella, 3	1
TOTAL		29

4) TERCEIRIZADOS CONTRATADOS (UG 130170)**= LIMPEZA E CONSERVAÇÃO****= EMPRESA: ALTERNATIVA ADM. MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA****= PROCESSO: 21034.000832/2005-21**

CIDADE / ARMAZÉM		QUANTIDADE
LONDRINA		
LONDRINA III		2
LONDRINA II		1
MARINGÁ II		2
MARINGÁ III		2
ASTORGA		2
JACAREZINHO		2
JANDAIA DO SUL I		2
PARANAVAI		2
CAMBÉ		2
APUCARANA		2
TOTAL		19

5) TERCEIRIZADOS CONTRATADOS (UG 130070)**= LIMPEZA E CONSERVAÇÃO****= EMPRESA: ALTERNATIVA ADM. MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA****= PROCESSO: 21034.004523/2006-10**

CIDADE		QUANTIDADE
CURITIBA/LANAGRO	Rua Schiller 159	7
TOTAL		7

6) TERCEIRIZADOS CONTRATADOS (UG 130070)**= VIGILÂNCIA****= EMPRESA: MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA****= PROCESSO: 21034.00406/2005-98**

CIDADE	POSTO	QUANTIDADE DE VIGILANTES
CURITIBA	2	6
FOZ DO IGUAÇU	1	3
MARINGÁ	1	2
LABORATORIO	1	4
TOTAL	5	15

7) TERCEIRIZADOS CONTRATADOS (UG 130170)**= VIGILÂNCIA****= EMPRESA: MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA****= PROCESSO: 21034.00406/2005-98**

CIDADE	POSTO	QUANTIDADE DE VIGILANTES
LONDRINA	1	4
MARINGÁ III	2	8
MARINGÁ I	2	6
ASTORGA	2	6
JACAREZINHO	2	6
JANDAIA DO SUL I	2	6
APUCARANA II	2	6
PARANAVAI	2	6
MANDAGUAÇU	2	6
NOVA ESPERANÇA	2	6
CAMBÉ	2	6
TOTAL	21	66

8) CONTRATOS (Situação em 31 de dezembro de 2008)

Nº	Empresa	Assunto	Processo	Situação
01	ALTERNATIVA M.O. ESPECIALIZADA LTDA	MO Especializada	21034.003886/2006-20	VIGENTE
02	ALTERNATIVA M.O. ESPECIALIZADA LTDA	MO Especializada	21034.008322/2005-21	VIGENTE
03	ALTERNATIVA M.O. ESPECIALIZADA LTDA	MO Especializada	21034.004523/2006-10	VIGENTE
04	EMBRATEL S/A	TELEFONIA	21034.001783/2006-25	VIGENTE
05	BRASILELCOM S/A	TELEFONIA	21034.001783/2006-25	VIGENTE
06	BRASILELCOM S/A	TELEFONIA - LONDRINA	21034.001783/2006-25	VIGENTE
07	DIGITRO TECNOLOGIA LTDA	CENTRAL TELEFONICA	21034.003988/2006-45	VIGENTE
08	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	MO Especializada	21034.001727/2004-29	VIGENTE
09	CITY AGENCIA DE TURISMO LTDA.	PASSAGENS	21034.004473/2008-24	VIGENTE
10	AUTO MECANICA KING FUSCA LTDA	MANUTENÇÃO VEICULOS LONDRINA	21034.004213/2008-59	VIGENTE
11	BRUNO CICHON NETO – ME	TRANSPORTADORA	21034.001488/2008-31	VIGENTE
12	FORTISMAC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	MANUTENÇÃO VEICULOS CURITIBA	21034.003721/2008-10	VIGENTE
13	CENTRO AUTOMOTIVO NOVA ERA LTDA	MANUTENÇÃO VEICULOS MARINGÁ	21034.004212/2008-12	VIGENTE

9) SISTEMAS UTILIZADOS

SIASG – Sistema de Administração Serviços Gerais (INTERNET). São efetuados lançamentos tais como Empenho da Despesa, Registro de Contratos, Publicações de Editais, operada conjuntamente com o SIAFI.

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (INTERNET). Presta serviços a órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações, finalidade verificar se a empresa esta em dia com as obrigações da União para participações de licitações, pagamento de faturas e outros.

QLD – Quadro de Levantamento de Despesas (INTRANET LOCAL). Controla e emite os QLD's como procedimento para empenho de despesas, com os dados de fornecedores baseados em banco de dados local, não emite relatórios. Este sistema funciona apenas na SFA/PR.

AVALIAÇÃO DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMONIO

1) ESTOQUE DE ALMOXARIFADO

	2007	2008	Variação %
Valor do estoque	230.718,09	102.337,38	- 125,00%
Adquirido	340.025,60	215.613,40	-157,70%
Consumido	283.231,59	343.994,11	21,45%

2) BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

	2007	2008
Total de itens	11.757	12.983
Quantidade adquirida	480	1.226
Quantidade baixada	158	14
Valor adquirido	1.035.652,38	4.599.204,40
Valor baixado	171.940,63	85.781,27
Total de imóveis	36	24
M2 ocupados pela SFA	268.329,37	93.257,34
M2 cedidos	4.854,86	4.111,98
Total de imóveis baixados	02	12

3) SISTEMAS UTILIZADOS

LINKDATA (STAND ALONE). Sistema de gerenciamento de patrimônio. É um sistema interno do MAPA, que serve para controles, transferências, migrações, averbações e baixas de bens moveis do Ministério. Também é utilizado para controles de estoques, entradas e saídas de materiais.

SPIU – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União. Serve para cadastramento e controle de bens imóveis da União, sob a jurisdição da UG. Gerenciado pelo Ministério do Planejamento.

4) PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS

Nº	Tipo	Assunto	Processo	Situação
01	Eletrônico	Combustível - Curitiba	21034.000393/2008-08	Homologado
02	Eletrônico / RP	Material de Expediente	21034.001895/2008-48	Homologado
03	Eletrônico	Transportadora	21034.001488/2008-31	Anulada
04	Eletrônico	Telefonia - Curitiba	21034001814/2008-18	Homologado
05	Eletrônico / RP	Material Gráfico	21034.002570/2008-82	Homologado
06	Eletrônico	Locação de Foto copiadoras	21034.003114/2008-50	Suspenso
07	Eletrônico	Contratação serviços de engenharia	21034.003041/2008-04	Homologado
08	Eletrônico / RP	Compra de Capotas veículos	21034.003042/2008-41	Homologado
09	Eletrônico / RP	Cartucho de tintas e tonners	21034001896/2008-92	Anulado
10	Eletrônico	Manutenção Veículos - Londrina	21034.004213/2008-59	Homologado
11	Eletrônico	Manutenção Veículos - Maringá	21034.004212/2008-12	Deserto
12	Eletrônico	Manutenção Veículos - Curitiba	21034.003721/2008-10	Homologado
13	Eletrônico	Aquisição de Condicionador de Ar	21034.003737/2008-22	Homologado
14	Eletrônico	Transportadora	21034.001488/2008-31	Homologado
15	Eletrônico	Passagens área e terrestre	21034.004473/2008-24	Homologado
16	Eletrônico	Banda larga ADSL	21034.004472/2008-80	Anulado
17	Eletrônico	Uniformes VIGIAGRO	21034.004589/2008-63	Não autorizado
18	Eletrônico	Aquisição de Combustível PR	21034.004667/2008-20	Não autorizado
19	Eletrônico	Manutenção Veículos - Foz	21034.005475/2008-31	Deserto
20	Eletrônico	Telefonia – Londrina	21034001814/2008-18	Homologado
21	Eletrônico / RP	Cartucho de tintas e tonners	21034001896/2008-92	Homologado
22	Eletrônico / RP	Material Gráfico II	21034.004211/2008-60	Homologado
23	Eletrônico / RP	Aquisição café/açúcar/copos	21034.005561/2008-43	Homologado
24	Eletrônico / RP	Aquisição camisas/coletes	21034.006040/2008-11	Homologado
25	Eletrônico / RP	Serviços de Informática/terceirização	21034.000305/2008-60	Não autorizado
26	Eletrônico	Manutenção Veículos - Maringá	21034004212/2008-12	Homologado
27	Eletrônico	Banda larga ADSL	21034.004472/2008-80	Deserto
28	Eletrônico / RP	Aquisição Notebook	21034.004457/2008-31	Homologado
29	Eletrônico / RP	Aquisição medidor de gás e outros	21034.005702/2008-28	Homologado
30	Eletrônico / RP	Aquisição Material permanente	21034.005701/2008-83	Homologado

5) AQUISIÇÃO PÓS PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS

Pregão	Empresa vencedora	CNPJ	PI's utilizados	Valor
Eletr 01	TICKET SERVIÇOS S/A	47.866.934/0001-74		SUSPENSA JUDICIALMENTE
Eletr 02	HARTENTHAL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. WORLD MASTER COMÉRCIO DE PAPELARIAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA. DMPO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA. VISÃO COMÉRCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA. MERCOSUL BRASIL COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	02.545.132/0001-24	FISCALSEM1	R\$ 1.120,00
		06.083.020/0001-50	INSPANIMAL3	R\$ 481,70
		07.045.591/0001-62	INSPANIMAL3	R\$ 416,50
		07.598.481/0001-28	FISFECOI	R\$ 2.680,96
		07.653.072/0001-87	PCEVEGETAL	R\$ 1.064,00
			IPVEGETAL2	R\$ 2.432,00
			VIGIZOO2	R\$ 988,00
			FISAGROTOX	R\$ 836,00
			FISCALSEM1	R\$ 2.280,00
			MANUTPR	R\$ 760,00
				R\$ 760,00
			FISCINAN	R\$ 760,00
			FISCGENE	R\$ 760,00
			FISCORGEN	R\$ 760,00

	PEGA PEGA LTDA. LUIZ FERNANDO NERIS - ME. INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO PERI P. A. S. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO SOCIAL - INDÚSTRIA E COMERCIO. OPORTUNA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA	08.101.235/0001-81 08.326.686/0001-17 08.894.946/0001-50 08.903.201/0001-00 09.348.278/0001-29	INSPANIMAL3 INSPANIMAL3 PCEANIMAL FISPROVET1 FISPROVET1	R\$ 1.037,50 R\$ 484,13 R\$ 2.249,75 R\$ 23,50 R\$ 516,80
Eletr 04	BRASIL TELECOM S/A.	76.535.764/0321-85	MANUTPR	R\$ 13.878,00
Eletr 05	TENÓRIO COPIADORAS LTDA. UTRA GRÁFICA E EDITORA LTDA GRÁFICA RADIAL LTDA	03.612.495/0001-06 09.011.837/0001-00 81.709.495/0001-24	PCEANIMAL INSPANIMAL3 MANUTPR IPVEGETAL2 FISCALSEM1	R\$ 985,65 R\$ 958,00 R\$ 542,00 R\$ 845,00 R\$ 2.450,00
Eletr 07	MARIA HELENA DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.	04.842.444/0001-25	FISCALSEM1 FISCANIMAL1	R\$ 29.175,00 R\$ 9.725,00
Eletr 08	PORTINARI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.	01.169.098/0001-78	INSPANIMAL3 FISCALSEM1 RASTREAB1 FISCALSEM1 FISCANIMAL2 FISCALSEM1 FISCALSEM1	R\$ 2.613,00 R\$ 2.040,00 R\$ 2.613,00 R\$ 2.040,00 R\$ 5.226,00 R\$ 2.613,00 R\$ 4.080,00
Eletr 10	AUTO MECÂNICA KING FUSCA LTDA.	80.789.340/0001-82	FISCANIMAL2 FISCANIMAL2	R\$ 2.000,00 R\$ 2.000,00
Eletr 12	FORTISMAC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.	08.260.526/0001-12	FISCANIMAL2 FISCANIMAL2	R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00
Eletr 13	A & C BUSINESS DISTRIBUIDORA & COMERCIO LTDA.	07.797.339/0001-00	FISCORGEN FISAGROTOX FISPROVET1 FISAGROTOX	R\$ 6.444,00 R\$ 2.148,00 R\$ 2.148,00 R\$ 6.444,00
Eletr 14	BRUNO CICHON NETO – TRANSPORTES	06.174.391/0001-47	PCEANIMAL	R\$ 3.242,18
Eletr 20	BRASIL TELECOM S/A	76.535.764/0321-85	MANUTPR	R\$ 100,00
Eletr 21	GP MATTARA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA - ME XXIS 156 INFORMATICA LTDA - ME M.C.G. AGUIAR CARTUCHOS - ME, POTENCIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA. BRASIL LASERJET INFORMATICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO.	05.114.599/0001-08 06.033.806/0001-62 06.942.591/0001-00 07.152.924/0001-52 07.274.482/0001-17 09.163.698/0001-30	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS

	IMPERIAL - SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA.			
Eletr 22	FREE EDITORA E GRAFICA LTDA. JOJAFE COMUNICAÇÃO E MARKTING LTDA – ME LUIZ FERNANDES ACHAR-ME	03.872.106/0001-73 84.942.226/0001-00 95.764.890/0001-14	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS
Eletr 23	COMERCIAL BORA & FILHO LTDA. LUIZ FERNANDO NERIS - DIST. DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA P.A.S. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO SOCIAL - INDUSTRIA. E COMERCIO	04.094.110/0001-10 08.326.686/0001-17 08.903.201/0001-00	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS
Eletr 24	LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA. COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. - ME	02.538.222/0001-98	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS
Eletr 26	CENTRO AUTOMOTIVO NOVA ERA LTDA.	08.921.013/0001-05	FISCPLANTA2 FISCPLANTA2 FISCPLANTA2	R\$ 10,00 R\$ 10,00 R\$ 10,00
Eletr 28	IMPORTA BRASIL COM. E SERV. DE INFORMATICA LTDA. UZI COM. & SERV. EM INFORMATICA LTDA. OLIVEIRA MOT COM. E REPRES. LTDA, INES BEATRIZ WARPECHOWSKI PAWLOWSKI.	04.748.461/0001-06 07.533.865/0001-62 97.271.845/0001-53	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS
Eletr 29	CASTILHO EQUIP. CIENTIFICOS LTDA. CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA.	04.523.002/0001-16 08.010.504/0001-02	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS
Eletr 30	SULMATEL – COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA. K.C.DAS.HANK VARIEDADES ME. COMERCIAL POLITAN LTDA. GEOPEX MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA – ME. A ABSOLUTA LTDA - ME.	04.115.693/0001-19 06.989.713/0001-06 09.413.944/0001-65 10.315.248/0001-03 79.430.583/0001-40	NÃO HOUVE AQUISIÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS

6) AQUISIÇÕES ATRAVÉS DE USO DE ATA DE REGISTRO PREÇO (CARONA)

MATERIAL/OBJETO	VEÍCULO CAMINHONETE MITSUBISHI L-200 GL
QUANTIDADE	006
PI UTILIZADO	FISCANIMAL2 – MANUTPR – MANUTENÇÃO – PCEVEGETAL – FISFECOI – FISCPLANTA2
VALOR	R\$ 141.557,08- R\$ 30.776,00 - R\$ 209.929,73 - R\$ 35.000,00 - R\$ 20.000,00 – R\$ 100.137,19
UASG RESPONSÁVEL	160278 – 5 DIVISÃO DE LEVANTAMENTO/RJ
PREGÃO Nº	4/2008 – ITEM 008
CNPJ FORNECEDOR	54.305.743/0011-70
FORNECEDOR	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA

AVALIAÇÃO SETOR DE PROTOCOLO

	2007	2008	Variação %
Processos autuados	6.856	7.422	+ 0,92%

1) SISTEMA UTILIZADO

SIGID – Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentações (INTRANET). É um sistema interno do MAPA, de uso comum a todas as repartições, que tem por objetivo manter o Cadastro e Gerenciamento de Documentação e Informações de acordo com a Portaria Normativa nº 05 de 19 de Dezembro de 2002 da SLTI/MP. Permite a tramitação de processos em suas diversas instancias com opção de priorização e determinação de prazos de respostas. Propicia aos clientes internos e externos a localização e acompanhamento através de consulta via Internet, do processo/documento de seu interesse.

AVALIAÇÃO SEOF

1) EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR POR ANO DE INSCRIÇÃO NO SIAFI

RP PROCESSADOS				
ANO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2006	R\$ 85,08			
2007	R\$ 27.140,59		R\$ 85,08	
2008	R\$ 3.503,89		R\$ 27.140,59	

RP NÃO PROCESSADOS				
ANO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2006	R\$ 1.833.341,94		R\$ 1.810.886,92	R\$ 22.445,02
2007	R\$ 5.735.666,59		R\$ 5.662.094,30	R\$ 73.572,29
2008	R\$ 932.528,11	R\$ 73.572,29		

2) DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE GASTOS COM CARTÃO

DESPESAS REALIZADAS EM	FATURA	SAQUE	TOTAL CONCEDIDO
2006	R\$ 22.780,05	R\$ 2.619,00	R\$ 26.540,07
2007	R\$ 27.320,57	R\$ 2.220,00	R\$ 29.540,57
2008	R\$ 51.933,08	R\$ 411,00	R\$ 52.344,08

AVALIAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

1) QUANTITATIVO DE PORTARIAS EMITIDAS

Foram emitidas 1.270 portarias no ano de 2008.

2) FORÇA DE TRABALHO – SFA/PR

Função	2007	2008	Variação %	Deficiência (*)
Administrativo	090	090	0%	053
Fiscal Agropecuário	248	244	- 1,01%	171
Técnico nível auxiliar	049	049	0%	---
Técnico nível médio	181	174	- 1,04%	403
Técnico nível superior	010	009	- 1,11 %	009
TOTAL com SIAPE	578	567	- 1,01 %	636
Terceirizado	002	002	0%	---
Limpeza e Vigilância	129	136	+ 0,94%	---
Estagiário	038	071	+ 86,84	---
TOTAL sem SIAPE	169	209	---	---
TOTAL GERAL	746	776	---	---

2.1 DEMONSTRATIVO POR CARGOS

CARGO	QUANTIDADE
ADMINISTRADOR	01
AGENTE ADMINISTRATIVO	41
AGENTE DE ATIVIDADES AGROPECUARIAS	35
AGENTE DE PORTARIA	06
AGENTE DE TELECOMUNICAÇÃO	01
AGENTE DE VIGILANCIA	09
AISIPOA	129
ARTIFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÕES	01
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	01
AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	02
AUXILIAR DE LABORATORIO	03
AUXILIAR OPERACIONAL EM AGROPECUARIA	46
CONTADOR	01
DATILOGRAFO	13
DESENHISTA	01
ECONOMISTA	02
ENGENHEIRO AGRONOMO	03
ENGENHEIRO CIVIL	01
FISCAL FEDERAL AGROPECUARIO	244
INSPETOR DO CAFÉ	06
MOTORISTA OFICIAL	04
PSICOLOGO	01
TECNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	03
TECNICO EM COLONIZAÇÃO	02
TECNICO EM LABORATORIO	07
ESPECIALISTA DE NIVEL SUPERIOR	01
ESPECIALISTA DE NIVEL MÉDIO	01
AGENTE DE ATIVIDADES DO CAFÉ	02
TOTAL	567

3) CEDIDOS, LOTAÇÃO PROVISÓRIA OU REQUISITADOS.

- Temos 01 (uma) servidora desta SFA/PR cedida a Procuradoria Geral da República. = Maria do Rocio Wunder Hachem, e outra, = Flavia Maria Nava Costacurta, a disposição da AGU/PR.

- Contamos com 02 (dois) servidores em exercício provisório, Luiz Prado de Castro e Kátia Rosani Bencardini Spitz, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal Fluminense, respectivamente, atuando junto a esta SFA/PR.

- Não nenhum caso de servidor requisitado.

4) APOSENTADORIA E PENSÃO

SITUAÇÃO REAL 2008	APOSENTADOS	BENEFICIARIOS DE PENSÃO
	296	527

CONCESSÃO 2008	APOSENTADORIA	PENSÃO
	11	16

5) ROL DE PESSOAL EM CARGOS COMISSIONADOS NA SFA/PR – 2007

SERVIDOR	ATIVIDADE	NÍVEL	SIGLA	AREA M / F
DANIEL GONÇALVES FILHO	SUPERINTENDENTE FEDERAL	DAS-101.4	SUPERINTENDENTE	M/ F
ANTONIO HENRIQUE DE SOUZA MASCARENHAS NETO	ASSISTENTE	DAS 102.2	ASSISTENTE	M / F
MOACIR JOSÉ DE OLIVEIRA	CHEFE DE SECAO	FGR1	SPA	M / F
ANDRÉ DOMINGOS BERNARDI PARRA	CHEFE DE DIVISAO	DAS-101.2	DT	F
ROSILENA LIMA HALFEN	CHEFE DE SERVICO	DAS-101.1	SEPDA/DT	F
SCYLLA CEZAR PEIXOTO FILHO	CHEFE DE SERVICO	DAS-101.1	SEFAG/DT	F
JUAREZ DECONTO	CHEFE DE SERVICO	DAS-101.1	SIPAG/DT	F
VIVIANE RIBEIRO CHOCOROSQUI BARBOZA	CHEFE DE SERVICO	DAS-101.1	SEDESA/DT	F
JULIO NOBOYUKI OCHIAI	CHEFE DE SERVIÇO	DAS-101.1	VIGIAGRO/DT	F
JOAO ALBERTO NAKAMURA	CHEFE DE SERVICO	DAS-101.1	SVA FOZ DO IGUAÇU	F
GIL BUENO DE MAGALHÃES	CHEFE DE SERVICO	DAS-101.1	SVA PARANAGUA	F
JUAREZ JOSÉ DE SANTANA	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA LONDRINA	F
MAURO HENRIQUE GONZAGA TEIXEIRA	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA CASTRO	F
LUIZ CESAR BAPTISTA SCHEFFER	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA PONTA GROSSA	F
SALVADOR BERTOLI GAMBA	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA GUARAPUAVA	F
OSWALDO BARÃO	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA JACAREZINHO	F
JUAREZ ANTONIO FISTAROL	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA UMUARAMA	F
GERALDO PARRA GOMES	CHEFE DE SECAO	FGR1	UTRA TOLEDO	F
CARLOS PIANA FILHO	CHEFE DE SECAO	FGR1	UVAGRO CASCAVEL	F
EMILTON ARENA SILVA	CHEFE DE SECAO	FGR1	UVAGRO MARINGÁ	F
FERNANDO AUGUSTO PEREIRA MENDES	CHEFE DE SECAO	FGR1	UVAGRO SANTA HELENA	F
ALFREDO RODOLFO JAENSCH	CHEFE DE SECAO	FGR1	UVAGRO AEROPORTO	F
SAMIR ANUAH ATIHE	CHEFE DE SECAO	FGR1	UVAGRO GUAÍRA	F
VAGO	CHEFE DE SECAO	FGR1	UVAGRO ANTONINA	F
GUILHERME BIRON BURGARDT	CHEFE DE DIVISAO	DAS-101.2	DAD	M
EDGARD BASSFELD	CHEFE DE SERVIÇO	DAS-101.1	SEOF/DAD	M
EDIL MULLER DE SIQUEIRA	CHEFE DE SECAO	FGR1	SAG/DAD	M

GERSON WALDEMAR KARPSTEIN	CHEFE DE SETOR	FGR2	SMP/SAG	M
RICARDO SCHEMBERGER ILHA	CHEFE DE SETOR	FGR2	STR/SAG	M
ELZA KAZUKO SUETUGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	SPR/SAG	M
SONIA MARILDA CORDEIRO	CHEFE DE SECAO	FGR1	SRH/DAD	M
NILZA ELIETE FARIAS	CHEFE DE SETOR	FGR2	SDP/SRH	M
ANA CRISTINA SILVA DE MIRANDA	CHEFE DE SETOR	FGR2	SAP/SRH	M
FRANCISCO BARBOSA LIMA	CHEFE DE SECAO	FGR1	SECAF	F
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS NETO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/MARINGA III	F
GERALDO GILBERTO SANTOS	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/MARINGÁ II	F
JOAO BATISTA DA ROCHA	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/MARINGA I	F
JOÃO BELIZARIO DA SILVA	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/LONDRINA I	F
JOSE ANTONIO NUNES	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/JANDAIA I	F
VAGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/MANDAGUAÇU	F
VAGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/LOANDA	F
NIVALDO GOMES DO ROSARIO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/APUCARANA III	F
VAGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/NOVA ESPERANÇA	F
JONAS RIZZATO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/JACAREZINHO	F
MARIA CLEUSA DE OLIVEIRA	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/CAMBÉ	F
AGEU ALVES DA SILVA	CHEFE DE NÚCLEO	FGR3	UAC/SECAF/ASTORGA	F
VAGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/JANDAIA II	F
VAGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/APUCARANA II	F
VAGO	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/PARANAVAI	F
VAGO	CHEFE DE NÚCLEO	FGR3	UAC/SECAF/LONDRINA II	F
PEDRO PERFEITO	CHEFE DE NÚCLEO	FGR3	UAC/SECAF/UMUARAMA	F
JOSÉ PEREIRA DE FARIA	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/LONDRINA IV	F
DANIEL ANDRADE DE FARIA	CHEFE DE SETOR	FGR2	UAC/SECAF/LONDRINA III	F

6) ROL DE RESPONSÁVEIS DA UG

De acordo com as declarações apresentadas pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/DAD/PR e Seção de Recursos Humanos – SRH/DAD/PR, todas as informações cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, referente aos dados dos ordenadores de despesas, são fidedignas, e todos os servidores qualificados no rol de responsáveis desta Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, entregaram suas Declarações de Bens e Rendas, referente ao exercício de 2008.

7) SISTEMAS UTILIZADOS

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (INTERNET). O SIAPE é um sistema on-line, de abrangência nacional, que se constitui hoje na principal ferramenta para a gestão do pessoal civil do Governo Federal, realizando mensalmente o pagamento de cerca de um milhão e trezentos mil servidores ativos, aposentados e pensionistas em 214 órgãos da administração pública federal direta, instituições federais de ensino, ex-territórios, federais, autarquias, fundações e empresas públicas, mantendo atualizados os dados cadastrais e financeiros.

SISAC - Sistema de Avaliação de Atos de Admissão E Concessões (INTERNET). Tem por finalidade a remessa dos Atos de Admissões, Aposentadorias, Reforma e Pensões

Civis e Militares dos Servidores Públicos Federais, para julgamento do TCU, de acordo com o contido na Instrução Normativa TCU nº 44/2002.

SRH10 - Sistema de Controle de Recursos Humanos (INTRANET). Tem por objetivo controlar dados cadastrais dos servidores possibilitando informações completas. De uso do MAPA.

AValiação DO SETOR DE TRANPORTE

1) DOS VEÍCULOS DA UNIDADE E CONSUMOS

	2007	2008	Variação %
Total de veículos	118	185	+ 63,78%
Saída da frota	--	002	
Entrada na frota	16	070	+ 328,57
Quilômetros rodados	900.000	1.032.746	+ 14,65%
Idade média	8,56	5,41	- 36,80%
Gastos com combustíveis	R\$ 180.890,00	R\$ 686.122,91	+ 380,79%
Gastos com manutenção	R\$ 70.001,52	R\$ 104.641,95	+ 40,48%
Média total de Km/l	12,52	35,05	+279,95%
Custo por veículo	R\$ 2.536,36	R\$ 4.524,03	+78,36%
Custo por quilometro	R\$ 0,29	R\$ 0,80	+175,86

TOTAL DE VEÍCULOS NA FROTA A DISPOSIÇÃO DA SFA/PR	=	183 UNIDADES
TOTAL DE VEÍCULOS CEDIDOS EM CONVÊNIO SEAB/PR	=	02 UNIDADES
TOTAL DE VEÍCULOS PETENCENTES A SFA/PR	=	185 UNIDADES

2) SISTEMA UTILIZADO

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotivo (INTRANET). Sendo utilizado para gestão de uso e controle de despesas da frota de veículos. É um sistema de uso interno do MAPA.

=====

ANÁLISE DO CHEFE DE DIVISÃO

1) AÇÕES RELEVANTES REALIZADAS EM 2008

- iniciamos 28 (vinte e oito) processos licitatórios, na modalidade Pregão Eletrônico, sendo que deste total 07 (sete) não foram autorizados o seu prosseguimento pelo Núcleo de Assessoria Jurídica – NAJ/Curitiba/AGU/PR, 01 (um) deserto, 01 (um) cancelado, e 03 (três) foram realizados dentro do exercício de 2009. Restando os 16 certames que encerram com sucesso. Dentre estes processos findos com êxito, destacamos dentro de sua complexidade, o de contratação de empresa especializada em transporte de cargas e encomendas, o de telefonia fixa e móvel, fornecimento de banda larga e o de contratação de empresa de engenharia que prepara o projeto arquitetônico para obra de

construção do imóvel da nova sede da Unidade de Vigilância Agropecuária de Maringá/PR.

- foram iniciados os processos licitatórios para reforma dos imóveis das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Castro e Ponta Grossa, e também, da Estação Quarentenária de Foz do Iguaçu/PR, os quais por necessidade de ajuste as novas regras emanadas pelo Ministério do Planejamento, estarão sendo tramitados dentro do presente exercício.
- foram atendidas todas as recomendações da Controladoria Geral da União no Paraná, referente ao exercício de 2008, sendo revistos e modificados procedimentos operacionais.
- participamos de reuniões, palestras, treinamentos, em Curitiba e Florianópolis, sobre conhecimento do conceito de gestão estratégica, missão e visão do MAPA e noção da aplicabilidade do mapa estratégico do MAPA.
- iniciamos desenvolvimento de projeto que objetiva a construção de indicadores de desempenho do PI MANUT, através da iniciativa da Coordenação Geral de Apoio às Superintendências – CGAS/SE/MAPA, com criação de um plano operativo, metas, propostas de redução de gastos, otimização de processos, padronização de ações, entre outras tarefas, ligadas a manutenção e conservação das SFA's. Ocorreram reuniões nacionais e regionais (São Paulo – Goiânia - Vitoria).
- foram recebidos os 69 (sessenta e nove) novos veículos adquiridos no final do exercício de 2007, sendo todos devidamente documentados, emplacados e segurados. Sendo que a distribuição dos mesmos obedeceu a um criterioso estudo elaborado pela administração desta SFA/PR.
- treinamento de multiplicadores na área de aposentadoria, ministrado pelo Ministério do Planejamento, na cidade de Belém/PA;
- treinamento de cadastradores no sistema SICONV, junto ao Ministério do Planejamento, em Brasília;
- cadastramento de diversas prefeituras municipais e entidades sem fins lucrativos, junto ao sistema SICONV;
- dentro do Programa de Capacitação, servidores foram capacitados, na Escola de Administração Fazendária - ESAF, em Gestão de Contratos de Serviços.
- substituição do equipamento de rede Firewall Aker Box 300 pelo Aker Box 611, junto a STI/DAD/PR;
- instalados novos servidores de rede PDC e BDC por máquinas Dual-Core;
- instalação de acesso Wireless no Auditório;
- implantação de rede lógica e de telefonia nas novas dependências do escritório de Paranaguá, junto a APPA;
- início de desenvolvimento de softwares internos;
- foi firmado convênio com a Universidade Federal do Paraná, para fins de uso da Junta Médica Oficial, no tocante a homologação das licenças para tratamento de saúde requerida pelos servidores.
- foram emitidos ofícios a GRPU, buscando a transferência de imóveis, na cidade de Maringá/Pr, junto ao novo complexo cívico local, e na cidade de Paranaguá/Pr, junto ao Porto local, para que edifiquemos nossas novas sedes, lugar a que possamos proporcionar um ambiente de trabalho digno, onde desenvolvamos nossas atividades com proficiência, bem como, nossos clientes tenham fácil e confortável acesso.

=====

2) AÇÕES FUTURAS

- implantação completa do serviço de acesso à internet, através de banda larga/ADSL, acesso a rede MPLS com QOS para VOIP, para todas as unidades descentralizadas não contempladas com o link SERPRO e a sede;
- implantação completa do sistema VOIP (voz sobre protocolo de internet), entre todas as unidades descentralizadas e a sede, em razão da chegada da banda larga;
- implantação de controle de ligações externas através de instalações de senhas individuais no uso dos ramais internos, tanto sede como todas as unidades descentralizadas;
- contratação de empresa prestadora de serviços de colocação de mão-de-obra interna terceirizada visando à prestação de serviços de administração de rede física e lógica, manutenção preventiva e corretiva em servidores, notebooks, microcomputadores, monitores, mouses, teclados, impressoras, scanners, projetores multimídia, periféricos de rede como switches, hub's, concentradores ópticos, cabeamentos e roteadores;
- intensificação da criação de softwares de programas específicos, como controle de emissão de certificados fitossanitários, solicitação de material junto ao almoxarifado, protocolo, requisição e saída de veículos, entre outros.
- reformar, ampliar, construir novas estruturas físicas nas diversas unidades regionais, bem como, na sede da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná.
- buscar junto a GRPU/PR, imóveis nas cidades de Cascavel, Toledo e Jacarezinho, para que possamos construir a sede própria desta descentralizadas, que hoje ocupam imóveis cedidos, acanhados e em sua maioria em situação precária de uso.

SEÇÃO DE ASSESSORIA DIRETA AO GABINETE
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO- SPA
CHEFE RESPONSÁVEL: MOACIR JOSÉ DE OLIVEIRA

A Seção de Programação e Acompanhamento, em função da adequação ao novo Regimento Interno da Superintendência está ligada diretamente ao Gabinete da Superintendência e suas atribuições estão designadas na portaria 300/2005-MAPA , sendo principalmente.

1) orientar, monitorar e acompanhar a consolidação de programação, planos, atividades e relatórios de gestão ;

2) Orientar a elaboração de processos de termos de convenio, montagem análise com pareceres de responsáveis técnicos, e sua formatação, conforme a legislação determina.

3) articulação com entidades públicas e privadas para formalização de parcerias;

4) ações de apoio e logística às atividades finalísticas e aprimoramento da gestão das atividades técnicas e administrativas.

Na SPA são autuados e formatados documentalmente os processos para celebração de Convênios sem ônus que visam a oferta de estágios curriculares, com as Universidades e Entidades de Ensino, e instrução de Acordos de Cooperação Técnica celebrados com Prefeituras Municipais , principalmente para atendimento ao Serviço de Inspeção Federal – SIF em estabelecimentos onde o MAPA mantém corpo Técnico de Fiscalização, Acordos e Convênios com Universidades.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA

ENTIDADES BENEFICIADAS	PROCESSO	PRAZO DE VIGENCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA	21034.000897/2004-96	30/06/2009
PREFEITURA MUNICIAPL DE CHOPINZINHO	21034.001215/2005-43	29/08/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEI	21034.003945/2007-41	02/08/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBEMA	21034.004020/2005-55	14/08/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI	21034.000794/2003-45	31/12/2009
PREFEITURA MUNICIPAL MAL.C.RONDON	21034.003238/2005-92	10/07/2011
SEAB-PR TÉCNICOS E AUXILIARES - 2003	PROTOC. 5.733.330-8	31/12/2009
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA	21034.004181/2006-20	17/05/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA	21034.000319/2004-50	30/12/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA	21034.004914/2007-15	31/08/2008
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO NORTE	21034.001772/2007-26	EM TRAMITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL CAFELANDIA	21034.004066/2007-36	EM TRAMITAÇÃO

Destacamos que apenas 1 convênio foi liberado através de recursos descentralizados à esta Unidade Gestora, sendo que nos demais casos, compete à SFA-Pr realizar os acompanhamentos in loco, em atendimento à Instrução Normativa STN 01/97, Portaria 607 e outras instruções Normativas. Convênio nº 01/08 entre o MAPA através da SFA/PR com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SEAB-PR, sendo liberada pelo Ministério da Agricultura o valor R\$ 9.365.411,00, com contrapartida do conveniente no valor de 1.873.082,20.

A SPA desenvolve ainda as atividades de suporte de orientações, informações, esclarecimentos e assessoramento na elaboração e gestão de programação, análise dos indicadores de desempenho, na execução física e financeira dos PI's técnicos e administrativos, e na montagem final do Relatório de Gestão da SFA/PR e da Tomada de Contas Anual.

Neste processo, é de competência privativa das SFA's, a análise e homologação dos planos de trabalho quanto a sua compatibilidade com o diploma legal. No exercício de 2008, à SPA coube a responsabilidade de receber os pleitos das Prefeituras Municipais, analisar e confirmar a liberação das Emendas e promover a autuação dos processos recebidos e contempladas e encaminhar ao SEPDA/SFA/PR para análise dos Planos de Trabalho, neste item foram autuados 338 processos de PRODESA.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DAS AÇÕES 1.

À SPA cumpre dentre outras atribuições, proceder o acompanhamento, suporte à análise físico-financeira e planejamento das atividades desenvolvidas na Superintendência segundo os Planos Internos (PIs) da gestão pública descentralizada.

GESTÃO DE PESSOAS

O quadro abaixo indica a situação atual, bem como a lotação ideal, para o melhor desempenho das Seções SPA:

LOTAÇÃO ATUAL
01 Técnico de Nível Superior – economista - dedicação integral – Chefe da Seção
01 Auxiliar de atividades administrativas –Chefe Substituta
01 Estagiária de Nível Superior em tempo integral
01 Fiscal Federal Agropecuária
Obs.: A partir de meados do mês de maio tivemos como componente do quadro da

Seção 1 FFA que nos deu apoio técnico na gestão dos procedimentos de análise de Relatórios Técnicos no acompanhamento e avaliação das atividades técnicas dos diversos PI da SFA e montando planilhas de análise e acompanhamento da execução física/financeira das diversas atividades dos setores técnicos da SFA/PR, informando ao Superintendente da aplicação dos recursos liberados para a SFA/PR . Infelizmente a referida FFA, em meados do mês de dezembro foi designado para a chefia do SEPDA, o qual motivou uma ruptura nas atividades de acompanhamento programação e avaliação acima citada.

NECESSIDADE COMPLEMENTAR

01 Técnico de nível superior com formação em gestão pública e

01 Servidor administrativo de Nível Médio

No que se refere a ações extraordinárias, tivemos no Exercício a indicação do Chefe da Seção para presidir 3(Três) Processos Administrativos Disciplinar, por indicação da Superintendência, que manteve praticamente afastado de suas funções na SPA 120 dias.

Dentro desta situação todas as atividades relativas à liberação de recursos através de emendas parlamentares, passaram para a responsabilidade do SEPDA, inclusive como previsto no regimento interno das SFA's, na portaria 300/2005.

Principais PROCESSOS

No cumprimento de sua missão institucional, a Seção SPA executa os processos constantes do quadro abaixo:

PRINCIPAIS PROCESSOS DE APOIO E FINALÍSTICOS

Orientação na elaboração dos Planos de Trabalho para organismos internos e externos do MAPA

Formalização documental de Termos de Cooperação Técnica com Universidades – Programa de oferta de Estágio Curricular aos estudantes de nível superior e Acordos de Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais com vistas à Inspeção Sanitária .

Acompanhamento e monitoramento mensal dos parâmetros físico e financeiros gerenciais de PIs técnicos e administrativos da superintendência , suprimindo o gestor, os chefes de serviço e os RTs- responsáveis técnicos com informações e parâmetros atualizados para planejamento e execução de atividades finalísticas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Não é possível calcular por não ter recursos programados para esta atividade, sendo as ações realizadas de caráter eventual, pois o SPA depende da demanda de convênios liberados pelas secretarias nacionais sempre de forma tempestiva. Os recursos residuais foram recolhidos pela Unidade Central no final do exercício. A SPA não gerencia nenhum PI, as descentralizações de recursos para a realização das suas atividades são extemporâneas e insuficientes.

FOCO NO CLIENTE

Clientes Externos:

Entidades públicas e privadas, tais como: Prefeituras Municipais, Órgãos de administração direta e indireta do Estado do Paraná e da União Federal, como a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, associações de classes, Fundações, instituições de ensino, pesquisa e extensão, além, da Caixa Econômica Federal.

Clientes Internos:

Secretarias Nacionais do MAPA da sede/Brasília, especialmente SDC, SDA, Secretaria Executiva e suas diversas coordenações; Serviços e Seções técnicas e administrativas da sede da Superintendência, e unidades administrativas descentralizadas no interior e postos de fronteira. Foram também atendidas demandas pontuais de Superintendências da Agricultura de outros Estados, especialmente oriundas de SPA's, elaboração do 1º PI MANUT nas superintendências de todo o país, com a participação de 2 (dias) servidores da Seção, em conjunto com a Diretoria Administrativa da SFA-PR. Neste contexto participamos de várias reuniões técnicas em estreita ligação com a CGAS do MAPA em Brasília destacando-se:

- 1- Reunião Técnica para início dos trabalhos na elaboração do Plano Operativo/MANUT, nas cidades de Goiânia (2), São Paulo, Vitória e Florianópolis, finalizando com a elaboração do 1º Plano Operativo do MANUT em todas as Unidades da Federação.
- 2- Participação em duas reuniões, realizadas pela CGPLAN na implantação e elaboração de quadros operativos ligados aos trabalhos da Gestão Estratégica do MAPA.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Não é possível calcular por não ter recursos programados para este PI, sendo as ações realizadas de caráter eventual, pois o SPA depende da demanda de convênios liberados pelas secretarias nacionais sempre de forma tempestiva. Os recursos residuais foram recolhidos pela Unidade Central no final do exercício. A SPA/SPC não gerencia nenhum PI, as descentralizações de recursos para a realização das suas atividades são extemporâneas e insuficientes.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

Dentro do modelo de Gestão adotado pelo MAPA, as programações das metas físicas e financeiras a serem atingidas com seus respectivos parâmetros, são inicialmente estabelecidas pelas Coordenações Nacionais de PI's e posteriormente revisadas em nível Estadual; no início de cada Exercício Fiscal, atendendo as orientações emanadas da SPOA, Secretaria Executiva do MAPA em Brasília.

No que se refere ao Exercício de 2008, em face ao atraso na aprovação do orçamento da União, muitos PI's tiveram suas programações realizadas intempestivamente, na metade do ano. Alguns CAN's estabeleceram as programações de forma unilateral e outros apenas definiram a descentralização de recursos no final do ano.

Repetiram-se também os fatos de anos anteriores, com contingenciamento financeiro em determinados momentos do ano, e liberações acumuladas em outros. A execução de muitas ações fiscais ficou comprometida pela absoluta falta de recursos humanos na Unidade Gestora para o desenvolvimento de diversas ações administrativas simultâneas.

O atual modelo gerencial, com a fragmentação de recursos, gerenciados na UG através de mais de muitos PI's técnicos e administrativos se contrapõe operacionalmente aos preceitos legais que definem a gestão de recursos públicos, especialmente a lei 8666/93.

Estes fatos dificultaram sobremaneira a realização de processos licitatórios, com conseqüente comprometimento da logística operacional da Unidade e falta de suprimentos necessários às atividades finalísticas.

ANÁLISE DO CHEFE DA SEÇÃO

Através de contatos , reuniões ,curso com técnicos da Sub-Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e outros mecanismos de difusão de informações , deu-se continuidade ao trabalho de estabelecimento de Indicadores de desempenho e modernização da gestão, iniciado em 2004 dentro do MAPA e das SFA's.

Em conjunto com o corpo técnico da Superintendência, foram estabelecidos inicialmente os indicadores cuja aplicação teve início com o relatório de gestão, mesmo que de forma gradual e com distintos graus de aplicabilidade nos diversos Serviços . Além disto, encontra-se em análise na SPOA/SE o re-equacionamento dos indicadores para o exercício de 2009 . Registre-se que, em função da insipiência desta matéria , os indicadores apresentados para eficiência, eficácia, efetividade e economicidade na gestão dos processos deverão sofrer readequações; com o uso de novos parâmetros, adicionais àqueles analisados em exercícios anteriores.

Esperamos aperfeiçoá-los no decorrer dos próximos exercícios , com a adoção dos múltiplos indicadores gerados a partir do trabalho desenvolvido pelo MAPA desde o ano de 2005. Trata-se, portanto de um procedimento inovador na instituição, sem uma modelagem acabada e definitivamente formatada; ficando aberto a reajustes, com o objetivo de aprimorar os indicadores que reflitam efetivamente a mensuração de efeitos e abrangência das ações pudesenvolvidas, e seus reflexos à Sociedade.

Concluindo, e levando – se em consideração as alterações ocorridas no exercício de 2008, no quadro de pessoal, podemos afirmar que os resultados alcançados foram satisfatórios, pois todas as demandas foram plenamente atendidas, todos os Convênios liberados foram acompanhados e fiscalizados, e desta forma atingimos aos objetivos propostos.

ATIVIDADES DA SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO E COMUNICAÇÃO SOCIAL - STC

O presente relatório trata do produto final das ações desenvolvidas pela Seção Técnica Operacional e Comunicação Social em 2008.

A Seção conta com uma Técnica em Comunicação Social.

Em 2008 a STC realizou serviços de envio de *releases* e sugestões de pauta aos Meios de Comunicação de Massa (jornais, emissoras de rádio, de televisão) e conseqüente acompanhamento do material veiculado.

Sempre que necessário, intermediou o contato órgãos de imprensa/ SFA/PR/MAPA (organização de coletivas, concessão de entrevistas, etc)

Diariamente houve a confecção de *Clipping* Eletrônico, o qual é pesquisado através do *site* do MAPA, e contém matérias publicadas em jornais da grande imprensa da Capital e estadual.

Ainda, quando solicitada, a STC elaborou discursos, revisão de ofícios e/ou outros, responde e faz contatos relativo à convites recebidos pelo Superintendente, para que assim, haja melhor representatividade nas ações desenvolvidas.

No que concerne à divulgação institucional, a Superintendência Federal do MAPA no Paraná participou, através de *stands*, dos seguintes eventos:

Londrina - abril - Exposição FERIA Agropecuária, Comercial e Industrial – EXPOLODRINA

Cascavel – novembro - Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial - EXPOVEL

Foz do Iguaçu -- XXVII Ciclo de Reuniões da Comissão de Sementes e Mudanças

Todo o material impresso advindo do MAPA Brasília foi selecionado e enviado, conforme o caso, para as Divisões, Serviços, Seções e Setores da SFA/Paraná, além de Unidades Regionais do interior do estado.

Sempre que requisitadas, a técnica em comunicação acompanhou o Sr. Superintendente aos mais diversos eventos com o objetivo de assessorá-lo.

Em caso de eventos promovidos pela SFA/Paraná (treinamentos, palestras, comemorações) ou pelo MAPA Brasília no âmbito da Superintendência, ou ainda, quando solicitada pelo Gabinete do Ministro, a técnica em Comunicação Social atuou como organizadora, cerimonialista ou orientadora para fazer cumprir o cerimonial quando da presença do Senhor Ministro em eventos e solenidades públicas, no Paraná.

No decorrer no ano, foi elaborado pela STC, através da atuação da técnica em comunicação social, jornal virtual mensal – dirigido a todos os servidores da SFA/Paraná, capital e interior, com informações de interesse dos funcionários, além dos trabalhos desenvolvidos pelas diversas Divisões, Serviços, por técnicos e pelo senhor superintendente federal.

OUVIDORIA

DEMANDAS RECEBIDAS - APURAÇÃO E TRATAMENTO ADMINISTRATIVO

Através do Ofício nº 033/2006-GAB/SFA/PR, de 19 de janeiro de 2006, foi indicado o Servidor Ailton Santos da Silva como Interlocutor da SFA/PR para integrar a Rede de contatos da Ouvidoria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Informamos que este Interlocutor, durante o ano de 2008, recebeu 28 (vinte e oito) demandas oriundas do Sistema SOUMAPA.

Houve um significado aumento de demandas, comparando com o ano de 2007, que foram cinco.

Há de se enfatizar que o grande número de demandas é oriundo do dia-a-dia da SFA/PR, tanto da clientela interna(maioria) como da externa. O Interlocutor, às vezes, sente-se, quase como um psicólogo, tendo em vista a confiança que o demandante tem na pessoa do Ouvidor. O contato direto da clientela externa com a Ouvidoria do MAPA, no Estado, traz uma satisfação ímpar ao cidadão, quando ele recebe uma resposta rápida e vê seu problema solucionado, sem burocracia. Estas demandas não constam do Sistema SOUMAPA, nem das 28(vinte e oito)demandas, que geraram 16(dezesseis) laudas, onde constam, de maneira organizada e sistematizada, todos os passos no tratamento das demandas.

Todas as demandas foram atendidas(100%), com a maior rapidez possível e dentro do prazo estipulado pela Ouvidoria de Brasília, com exceção daquelas que exigiram deslocamento de técnicos para o interior para realizar diligências.

Observação importante:A partir do dia 06/09/2006, demandas classificadas como elogio e sugestão foram encaminhadas para as áreas técnicas responsáveis apenas para conhecimento da área, não gerando mais pendências.O cidadão demandante recebe uma mensagem de agradecimento que é fornecida pelo sistema automaticamente. Dia 20 de outubro de 2005 refere-se à data do lançamento do Sistema da Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SOUMAPA.

Informamos que não há demanda pendente(100% atendidas) até a data que este Interlocutor atuou: 06/01/2009.